Assembleia Legislativa
Estado do Rio Grande do Sul

COMISSÃO ESPECIAL PARA ANÁLISE DA

VIOLÊNCIA CONTRA A POPULAÇÃO LGBT

RELATÓRIO FINAL

2019

PORTO ALEGRE

55ª Legislatura - 2019

Mesa Diretora

Presidente: Luís Augusto Lara (PTB)

1ª Vice-presidente: Zilá Breitenbach (PSDB)

2º Vice-presidente: Vilmar Zanchin (MDB)

1º Secretário: Ernani Polo (PP)

2º Secretário: Edegar Pretto (PT)

3º Secretário: Luiz Marenco (PDT)

4º Secretário: Sergio Peres (PRB)

COMISSÃO ESPECIAL PARA ANÁLISE DA VIOLÊNCIA CONTRA A POPULAÇÃO LGBT

MEMBROS TITULARES:

Presidente: Luciana Genro (PSOL)

Vice-Presidente: Rodrigo Maroni (PODEMOS)

Relatora: Sofia Cavedon (PT)

Capitão Macedo (PSL)

Eric Lins (DEM)

Issur Koch (PP)

Jeferson Fernandes (PT)

Juliana Brizola (PDT)

Kelly Moraes (PTB)

Luiz Henrique Viana (PSDB)

Paparico Bacchi (PL)

Valdeci Oliveira (PT)

MEMBROS SUPLENTES:

Aloísio Classmann (PTB)

Dr. Thiago Duarte (DEM)

Ernani Polo (PP)

Gerson Burmann (PDT)

Pepe Vargas (PT)

Equipe técnica: Gabrielle Tolotti, Izabel Belloc, Samir Oliveira, Tamires de Oliveira Garcia, Taynah Ignacio.

SUMÁRIO

PREFÁCIO **6**
APRESENTAÇÃO **8**
1 INTRODUÇÃO DA RELATORA **10**
2 PANORAMA DA VIOLÊNCIA NO BRASIL **12**
2.1 Crimes contra a vida 12
2.2 Detalhes dos crimes 13
2.3 Conjuntura e tipos de agressão 16
2.4 Pesquisas locais 18
3 AUDIÊNCIAS PÚBLICAS **23**
3.1 Audiência Pública de Canoas 23
3.2 Audiência Pública Pelotas 31
3.3 Audiência Pública São Leopoldo 36
3.4 Audiência Pública Santa Maria 41
3.5 Audiência Pública Porto Alegre 45
4 VISITAS TÉCNICAS **52**
4.1 Presídio de Charqueadas (PEC) 52
4.2 Centro de Cidadania LGBTI Luiz Carlos Ruas 56
4.3 CASA 1 58
4.4 Penitenciária Feminina Madre Pelletier 60
4.5 Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba 65
4.6 Cadeia Pública de Porto Alegre 68
4.7 Fonte Colombo 70
4.8 Caxias do Sul 72
5 POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A POPULAÇÃO LGBT: UMA ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL **76**
5.1 SEGURANÇA PÚBLICA: POLÍTICAS PÚBLICAS, VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL E OMISSÕES DO ESTADO 77
5.1.2. Sistema prisional: marcadores sociais da diferença no cárcere 80
5.3 SAÚDE: A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA PELA FALTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS 85
5.3.1. População vivendo com HIV/Aids **88**
5.3.2. Mulheres lésbicas e bissexuais 92

5.2 EDUCAÇÃO: REFLEXOS DA DIVERSIDADE NA ESCOLA 95
5.2.1. Dados oficiais: CIPAVE e ABGLT 96
5.2.1. Educação a distância e população trans 98
5.2.2. Banheiro para pessoas transexuais 99
6 QUESTIONÁRIO ÀS PREFEITURAS DO RIO GRANDE DO SUL 102
6.1 MONTENEGRO 103
6.2 SÃO LEOPOLDO 104
7 CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E PROPOSTAS 106
7.1 Propostas de políticas públicas e indicações aos poderes e órgãos públicos: 108
REFERÊNCIAS 113
APÊNDICES 116
APÊNDICE I - Ofício para a Penitenciária Estadual de Charqueadas 116
APÊNDICE II - Ofício para o Núcleo de Defesa em Execução Penal (NUDEP)..... 118
APÊNDICE III - Ofício para o 1º Juizado da 1ª Vara de Execução Criminal de Porto Alegre 120
APÊNDICE IV - Ofício para a Cadeia Pública de Porto Alegre 122
APÊNDICE V - Ofício para o Núcleo de Defesa em Execução Penal (NUDEP) 124
APÊNDICE VI - Ofício para o 2º Juizado da 1ª Vara de Execução Criminal de Porto Alegre 126
APÊNDICE VII - Ofício para a Fundação de Assistência Social e Cidadania - FASC128
APÊNDICE VIII - Ofício para a Penitenciária Feminina Madre Pelletier..... 129
APÊNDICE IX - Ofício para o Núcleo de Defesa em Execução Penal (NUDEP)..... 130
APÊNDICE X - Ofício para o Juizado Regional da infância e Juventude de Novo Hamburgo 132
APÊNDICE XI - Ofício para a Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba 134
APÊNDICE XII - Ofício para o 2ª Vara de Execução Criminal - 1º Juizado de Porto Alegre 136
APÊNDICE XIII - Ofício para a Promotoria de Justiça de Execução Criminal de Porto Alegre 138
ANEXOS 140
ANEXO I - E-mail da Direção do Presídio de Charqueadas..... 140
ANEXO II - E-mail do NUDEP referente ao Presídio de Charqueadas 142
ANEXO III - Ofício da Cadeia Pública de Porto Alegre 144
ANEXO IV - E-mail do NUDEP referente à Cadeia Pública de POA 147

ANEXO V - E-mail da Penitenciária Feminina Madre Pelletier..... 149
ANEXO VI - E-mail do NUDEP referente à Penitenciária Feminina de Guaíba 152
ANEXO VII - Carta Aberta da Liga Brasileira de Lésbicas (LBL) 154
ANEXO VIII - Documento da ONG Construindo Igualdade e do Centro de Referência LGBT da Serra Gaúcha 160

PREFÁCIO

No Brasil, até pouco tempo atrás os problemas enfrentados pela população LGBT[1] eram tratados fora do âmbito político, como se fossem questões familiares, culturais ou casos de violência comuns. Isso mudou. Tenho muito orgulho de ter contribuído para esta mudança, especialmente na oportunidade em que fui candidata à Presidência da República, em 2014. Dizer, em um debate presidencial, que homofobia e transfobia matam, significou elevar o problema da violência contra as LGBT ao patamar de um problema social sobre o qual ninguém pode se calar.

Quando falamos em violência contra esta população estamos falando em crimes de ódio. Não se trata da violência a que todos nós estamos sujeitos, como assaltos e latrocínios - crimes graves que atingem toda a sociedade, inclusive também a população LGBT. Neste caso estamos falando de crimes que atingem apenas esta população. Crimes cometidos por quem não aceita a diversidade, a diferença. Por quem não aceita ver dois homens de mãos dadas nas ruas ou uma mulher que não se encaixe no padrão de feminilidade. Por quem não aceita a existência de pessoas trans. São crimes cometidos com requintes de crueldade, pessoas mortas a pauladas, pedradas, facadas.

Também entendemos a violência não apenas como uma agressão física, mas a violência também enquanto uma agressão psicológica, emocional, afetiva, patrimonial. É o xingamento, a ofensa, a negativa sem justificativas em uma entrevista de emprego, o *bullying* escolar, a expulsão de casa, enfim, atos que empurram as pessoas que têm uma identidade de gênero ou uma orientação sexual diferente do padrão heterocisnormativo para a marginalidade. No caso das pessoas trans, esse processo é ainda mais agressivo. A imensa maioria abandona a escola, é expulsa de casa e acaba tendo na prostituição a única alternativa de sobrevivência.

Como vocês lerão neste relatório, a situação é grave e agravou-se nos últimos tempos. Uma minoria com discursos de ódio ganhou legitimidade e isso acabou levando a um incremento da violência e da sensação de medo. Ao mesmo tempo há avanços no âmbito do poder judiciário e também uma massificação do apoio à causa LGBT. As

[1] O uso do termo LGBT é adotado para se referir a lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (travestis, transexuais e transgêneros). Sabe-se que a sigla pode assumir outros formatos, com a inversão da ordem das letras, duplicação/triplicação do "t" para agregar outras identidades e o acréscimo de letras (o "I" de intersexual, o "Q" de Queer ou o "A" de assexual/agênero) ou o aparecimento de um "+" como sinal de agrupamento depois da sigla. Dessa forma, o que se percebe é que a denominação está em aberto, sujeita a contestações, variações e mudanças, sendo utilizada nesse formato de representar uma categoria ampla e complexa do conjunto de diferentes identidades. (GARCIA, 2009)

paradas do orgulho LGBT são acontecimentos gigantescos, com amplo apoio popular. Mesmo assim, a violência segue ocorrendo.

Nossa comissão teve a missão de ouvir as pessoas sujeitas a este tipo específico de violência, os movimentos sociais que lutam pela causa LGBT, os órgãos públicos que têm, ou deveriam ter, políticas públicas voltadas para este problema. A partir desta escuta apresentamos propostas que podem ajudar a enfrentar o problema. Agradecemos imensamente a todos e todas que participaram de alguma forma deste trabalho nas audiência públicas, nas visitas técnicas, nas reuniões de trabalho ou nas respostas aos nossos ofícios.

Agradeço especialmente à equipe técnica da comissão. Sem eles e elas este trabalho teria sido impossível. Foram meses de dedicação intensa, em meio a várias outras demandas. Por fim, agradeço todo o carinho que tenho recebido das pessoas LGBTs. Por onde eu ando recebo esta energia, um incentivo fundamental para atravessar estes tempos difíceis. Ninguém larga a mão de ninguém, seguiremos juntxs e não deixaremos o ódio e a discriminação vencerem. Já disse um lutador que enfrentou muitas tormentas: a vida é bela, que as gerações futuras a livrem de todo o mal e possam desfrutá-la plenamente.

Deputada Luciana Genro (PSOL),

Presidente da Comissão Especial Para Análise da

Violência Contra a População LGBT.

APRESENTAÇÃO

Esta Comissão foi proposta pela Deputada Estadual Luciana Genro (PSOL), em 01 de fevereiro de 2019, tendo sido aprovada em 12 de março do mesmo ano, com 32 votos favoráveis e 08 contrários. A instalação ocorreu no dia 25 de março, na presença de cinco dos 12 titulares da Comissão Especial, além da presidente Luciana Genro: Sofia Cavedon (PT), Luiz Henrique Viana (PSDB), Rodrigo Maroni (PODE) e Eric Lins (DEM), bem como da Defensora Pública Isabel Wexel e de grupos organizados da comunidade LGBT.

Ato de instalação da Comissão Especial no dia 25/03/2019.

Em 03 de abril foi realizada a primeira reunião da Comissão, quando foram votados o Vice-Presidente, Rodrigo Maroni (PODEMOS), e a Relatora, Sofia Cavedon (PT), ambos aprovados por unanimidade. Além deles, também compareceram os parlamentares Valdeci Oliveira (PT), Jeferson Fernandes (PT), Paparico Bacchi (PL), Kelly Moraes (PTB) e Gerson Burmann (PDT). Também por unanimidade, os presentes aprovaram a realização de audiências públicas em diferentes municípios para debater violência contra a população LGBT, bem como a possibilidade de realização de visitas técnicas pela equipe.

Esta Comissão foi criada com o desafio de debater um problema inadiável: a violência contra a população LGBT. Ao longo de quatro meses de trabalho, foram percorridas 10 cidades e realizadas 5 audiências públicas, 8 visitas técnicas e 9 reuniões

com coletivos do movimento LGBT. Todo este esforço culmina na construção deste relatório, que busca estruturar um diagnóstico do cenário de violência contra a população LGBT no Rio Grande do Sul, procurando compreender quais as políticas públicas que existem para a população LGBT no Estado e quais são os problemas e déficits encontrados pelos movimentos sociais na rede pública de atendimento.

Entende-se que a violência contra a população LGBT tem sido uma constante e de gravidade cada vez maior. Os números divulgados só crescem. Evidentemente que esse crescimento tem a ver com o maior empoderamento dessa comunidade no sentido de denunciar as violências sofridas, mas também tem a ver com a situação política no país, onde há uma incitação permanente à discriminação. Os números demonstram que essa violência tem aumentado e isso está relacionado com os discursos de ódio, de discriminação e de preconceito que vêm sendo destilados nas ruas e pelas redes sociais e que recebem estímulo inclusive de parte de autoridades públicas.

Equipe Técnica

Comissão Especial para Análise da
Violência Contra a População LGBT

1 INTRODUÇÃO DA RELATORA

Há pouco mais de duas décadas debatemos os direitos humanos visando reparação histórica no Brasil. Nesse sentido, a regulamentação da Constituição Cidadã de 1988 avançou, o que se explicita através de leis e políticas públicas que identificam e combatem a discriminação por orientação sexual visando sua reparação. No mundo, o episódio Stonewall Riot (Rebelião de Stonewall) em junho de 1969, símbolo contemporâneo que deu origem ao Dia Internacional do Orgulho LGBT em 28 de junho, mobilizou a população LGBT, os meios de comunicação e a sociedade em geral que sempre naturalizaram a violência oriunda da discriminação e preconceito. Registros da homossexualidade datam da Antiguidade em diversas civilizações ao longo da História e apesar disso, a ignorância, o preconceito e a violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, seguem estampando as páginas de jornais e os noticiários, persistindo e se intensificando. A ascensão de governos neoliberais e autoritários no Brasil e no mundo, proporcionaram um ambiente social e político mais agressivo e conservador, que têm sido evidenciados nos discursos de ódio contra a população LGBT legitimando o preconceito e condutas mais violentas.

A Comissão Especial para Análise da Violência Contra a População LGBT da Assembleia Legislativa do RS, da qual sou relatora, evidencia a realidade da violência à população LGBT como um fenômeno multidimensional e estrutural a partir da perspectiva da segurança pública, educação e saúde, trazendo uma radiografia desta violação percebida ao longo do tempo. Os indicadores apontados demonstram que a falta de política pública e equipamentos que atendam a população LGBT, condena à exclusão, à depressão e à morte essa população.

Nossa ação parlamentar terá a partir desse diagnóstico, parâmetros para incidir nas políticas públicas em âmbito estadual, seja através de atualização da legislação, debates, reflexões, críticas, proposições e fiscalização do executivo, tendo como base os dados pesquisados e sistematizados pela Comissão Especial a partir de audiências públicas.

As oitivas da Comissão que encerra, ainda que em curto período, um trabalho de registro a partir de relatos, depoimentos de lideranças e instituições evidenciam que vivemos tempos de incompreensão, tempos de agressão, de recrudescimento do preconceito, da LGBTfobia, colocando a democracia em risco, a liberdade reprimida por ondas fascistas de aniquilação do outro e da diversidade. De outro lado, as instituições se

omitindo perigosamente, a violência justificada por ela mesma. Se para muitos restou raiva e intolerância, pois não suportam o Brasil que eclode e se reinventa pela democracia e pela diversidade, nós que apostamos nelas, precisamos debate franco, regras democráticas e humanitárias, respeito pela diferença. Assim esperamos que este relatório cumpra e fortaleça a luta de todas e todos que acreditam em uma sociedade livre da LGBTfobia.

Deputada Sofia Cavedon (PT),

Relatora da Comissão Especial para Análise da Violência Contra a População LGBT

2 PANORAMA DA VIOLÊNCIA NO BRASIL

A violência contra a população LGBT no Brasil conta com precárias ferramentas de acompanhamento estatístico. Os mais atualizados índices são os do Grupo Gay da Bahia (GGB) - o grupo é uma ONG nacionalmente conhecida voltada para a defesa dos direitos de homossexuais, sendo a mais antiga associação registrada no país, com criação no ano de 1980 e registro em 1983, tendo sido declarada como sociedade de utilidade pública municipal em 1987 (GRUPO GAY DA BAHIA, 2019) -, que anualmente compila e divulga dados sobre os números de mortes com vítimas que sejam lésbicas, gays, bissexuais, travestis ou transexuais.

2.1 Crimes contra a vida

O relatório mais recente do GGB foi divulgado no início de 2019, registrando que em 2018 ocorreram 420 mortes de LGBTs no Brasil - entre 320 homicídios e 100 suicídios. O estudo indica que mata-se muito mais homossexuais, bissexuais e transexuais no Brasil do que nos 13 países do Oriente e da África (onde há pena de morte contra esta população).

Com relação à identidade das vítimas, os dados revelam que 191 eram gays (45%), 164 trans (39%), 52 lésbicas (12%), 8 bissexuais (2%) e 5 heterossexuais (1%). Nessa conta, as pessoas trans representam a categoria sexológica mais vulnerável a mortes violentas, motivo pelo qual a ONG avalia que o risco de uma pessoa trans ser assassinada é 17 vezes maior do que um gay.

Analisando a idade das vítimas letais, o relatório indica que foi de 32,9% o percentual de pessoas entre 18 e 25 anos e 41,2% entre 26 e 40 anos. A taxa mais baixa registrada foi entre maiores de 60 anos, com 1,9%, seguida de jovens abaixo de 18 anos, com 5,7%.

Ainda sobre os crimes letais, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA) afirma que o Brasil segue sendo o país que mais mata travestis e transexuais no mundo. O “Dossiê: Assassinatos e Violência Contra Travestis e Transexuais no Brasil em 2018”, desenvolvido em parceria com o Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE), aponta para a ocorrência 163 assassinatos de pessoas trans em 2018, sendo 158 travestis e mulheres transexuais, 4 homens trans e 1 pessoa não-

binária, ressaltando-se que apenas 15 casos tiveram os suspeitos presos, o que representa um esclarecimento de 9% dos delitos.

Em 2018 a Rede Nacional de Pessoas Trans - Brasil elaborou o dossiê: “Monitoramento de Assassinatos e Violação de Direitos Humanos de Pessoas Trans no Brasil”. De acordo com a entidade, 150 pessoas trans foram vítimas fatais de violência no Brasil naquele ano. O relatório da organização foi entregue pessoalmente à Deputada Luciana Genro por Marcelly Malta, vice-presidente da Rede Trans Brasil.

Dados da ONG internacional Transgender Europe, fornecidos à esta Comissão pela ativista Atena Beauvoir, demonstram uma realidade assustadora: Foram registrados 2.982 assassinatos de pessoas trans no mundo inteiro, entre janeiro de 2008 e setembro de 2016 no mundo. O Brasil está no topo deste ranking, com 1.238 mortes - mais do que o registrado na soma de todos os demais continentes.

Reunião realizada com a ativista trans Atena Beauvoir, em 10/07/19.

2.2 Detalhes dos crimes

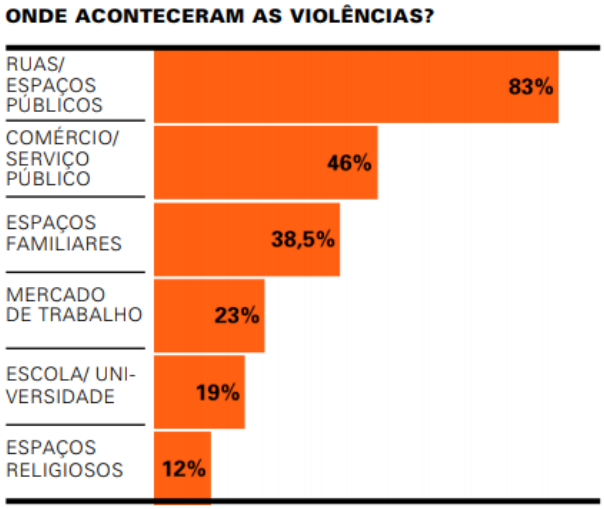
Consta no relatório do Grupo Gay da Bahia que a causa das mortes de LGBTs registradas em 2018 reflete a mesma tendência dos anos anteriores, predominando o uso de armas de fogo em 124 casos (29,5%), seguido por armas brancas perfuro-cortantes em 99 casos (23,6%), ao tempo que 97 episódios foram de mortes provocadas por agressões físicas (23,1%), com espancamento, asfixia, pauladas, apedrejamento, corpo carbonizado, entre outras.

Fonte: Dossiê "Monitoramento de Assassinatos e Violação de Direitos Humanos de Pessoas Trans no Brasil" (Rede Trans Brasil, 2019)

Os dados do GGB coincidem com o estudo elaborado pela Rede Trans Brasil, que aponta que em 47% das travestis e transexuais assassinadas em 2018 foram mortas a tiros e 22%, a facadas. A imensa maioria das vítimas (59,33) foi assassinada em vias públicas.

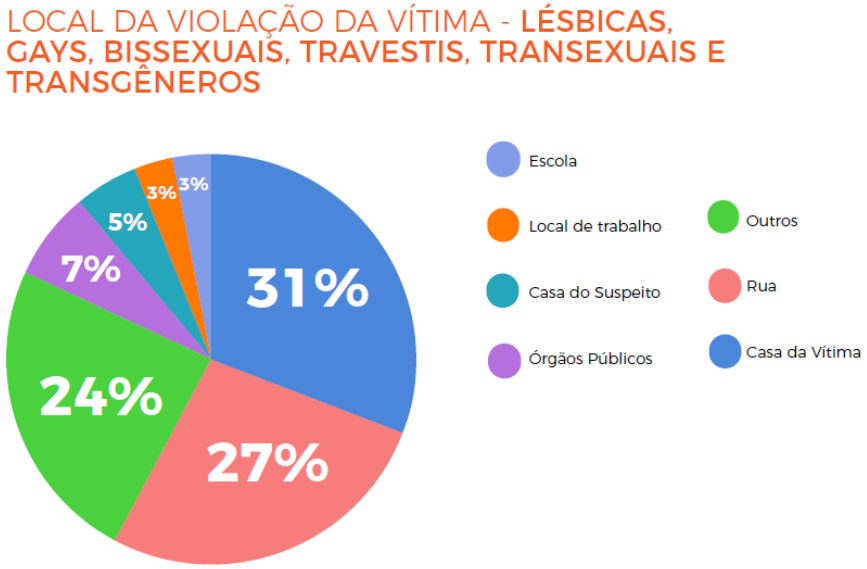
Em recente pesquisa da plataforma Gênero e Número desenvolvida nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador foram ouvidas 400 pessoas sobre suas percepções sobre violência(s) contra LGBTs no período eleitoral e violência(s) contra LGBTs nas redes sociais.

Nesta pesquisa, os dados indicam que o principal cenário de violência foram as ruas e locais públicos, com um total de 83% dos casos, enquanto espaços familiares chegaram a 38,5%.



Fonte: Pesquisa "Violência Contra LGBTs+ nos Contextos Eleitoral e Pós-Eleitoral (Plataforma Gênero e Número, 2019).

Considerando os dados das denúncias dirigidas ao Disque 100, verifica-se que no Rio Grande do Sul, entre 2011 e 2017 foram registradas 547 notificações de violência contra LGBTs. É possível perceber que 27,79% dos casos aconteceram na rua, 26,87% em casa; 6,22% no trabalho; 4, 39% na casa do suspeito; 2,38% na escola; 2,38% no hospital; 1,10% na igreja; 0,91% na delegacia de polícia; 0,55% no ônibus; e 0,55% em casas prisionais. O gráfico em relação aos números totais do relatório anual do Disque Direitos Humanos é esclarecedor:



Fonte: Relatório 2017 do Disque Direitos Humanos (Ministério dos Direitos Humanos, 2018).

O Grupo de pesquisa "Lesbocídio – As histórias que ninguém conta", da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), elaborou em 2018 o estudo: "Dossiê sobre lesbocídio no Brasil: de 2014 até 2017". O relatório final demonstra que 54 mulheres lésbicas foram assassinadas no Brasil em 2017, um aumento de mais de 237% no número de casos em relação ao ano de 2014. O maior percentual é observado entre mulheres de 20 a 24 anos (30%). E 54% dos casos envolve vítimas lidas como não-feminilizadas.

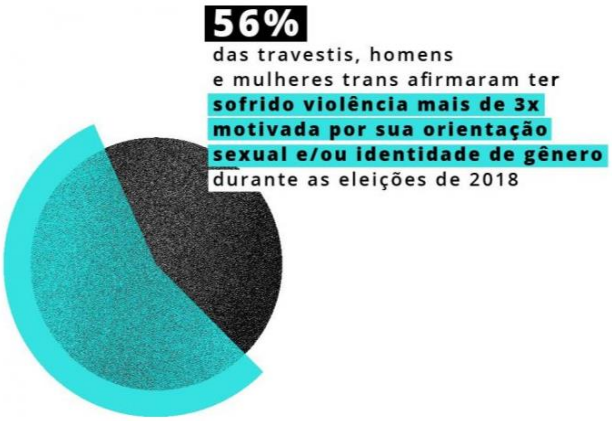
Mesmo considerando uma possível subnotificação e a dificuldade de catalogar esses dados, os registros demonstram um cenário grave de vitimização para a população LGBT: as ruas e suas próprias residências não são lugares seguros. Considerando este fator, parece haver: a) uma lacuna de políticas públicas que garantissem mais segurança no espaço público; e b) a ausência de política criminal de prevenção a delitos.

2.3 Conjuntura e tipos de agressão

Analisando a conjuntura atual, é preciso avaliar que passamos por uma eleição marcada por inúmeros discursos de ódio contra a população LGBT, sendo proclamados inclusive pelo presidente eleito, o que deixa claro que estas circunstâncias foram decisivas para legitimar o preconceito que além de passar a ser mais demonstrado, também resultou em condutas mais violentas. A partir destes dados, foi possível perceber que o cenário nacional de violência contra a população LGBT piorou desde o último pleito eleitoral. Constatou-se que 51% das pessoas entrevistadas pela pesquisa da plataforma Gênero e Número sofreram pelo menos uma agressão durante o segundo semestre de 2018 - antes, ao longo e depois das eleições.

Fonte: Pesquisa "Violência Contra LGBTs+ nos Contextos Eleitoral e Pós-Eleitoral (Plataforma Gênero e Número, 2019).

Os resultados dessa pesquisa da plataforma Gênero e Número indicam um efetivo aumento da percepção de violências cometidas contra pessoas LGBTs desde o começo das eleições de 2018 até as primeiras semanas 2019. Neste período, ser LGBT no Brasil significou, para ao menos 92,5% dos/as participantes, levar a vida cotidiana em meio a um ambiente político mais agressivo, já que foi esse o percentual que relacionou a percepção do aumento de violência ao período eleitoral e pós-eleitoral. Ainda, 56% das travestis e pessoas trans afirmaram ter sofrido violência mais de três vezes motivada por orientação sexual e identidade de gênero durante as eleições de 2018. Outra questão pontuada foi que 49% de um total de 110 pessoas bissexuais consideraram que as violências aumentaram muito durante as eleições.

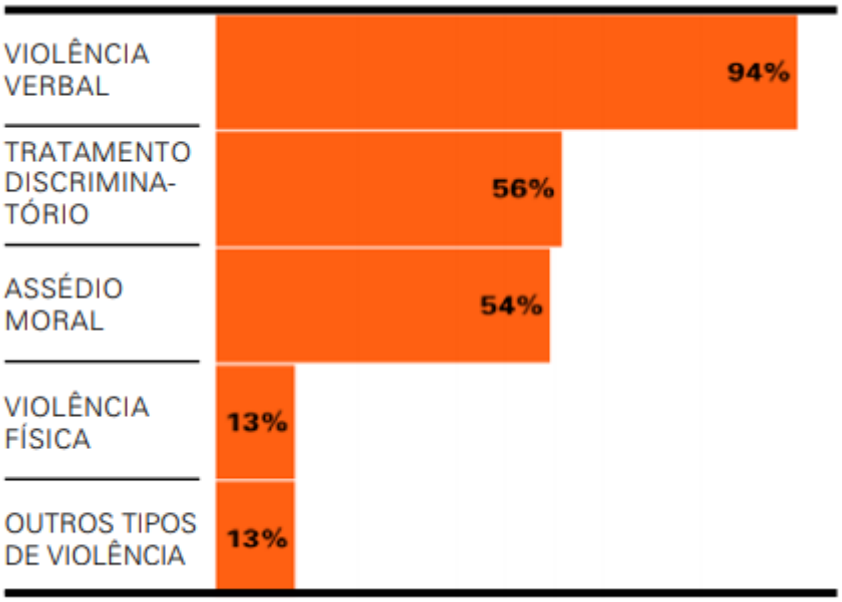


Fonte: Pesquisa "Violência Contra LGBTs+ nos Contextos Eleitoral e Pós-Eleitoral (Plataforma Gênero e Número, 2019).

São dados significativos e que demonstram que a percepção das pessoas LGBT é da visualização de uma escalada crescente de violência mesmo com o término do pleito eleitoral. Durante o pleito, se destacou a ampliação do repertório de discriminações e de discursos contrários aos direitos LGBT+, nas ruas e no ambiente familiar.

> Durante os meses de campanha, a expressão da violência contra essa população ganhou novos formatos, como ameaças que se utilizavam de propostas de campanhas anti-LGBT+ nas ruas, o uso de gestos simulando armas de fogo e a elaboração de informações falsas ou ofensivas com o objetivo de produzir pânicos morais envolvendo gênero e sexualidade. Metade dos/as participantes desta pesquisa, por exemplo, sofreu violência verbal durante as eleições. (Gênero e Número, 2019, p. 61)

Ainda com relação aos dados do Disque 100, os registros sobre os tipos de violência são de 38,93% são de violência psicológica; 37,10% de discriminação; 15,34% de violência física; 2,88% de violência institucional; e 2,11% de violência sexual. O cenário é semelhante na pesquisa realizada depois do último período eleitoral, que demonstra que a maior parte dos registros é de violência verbal, correspondendo a 94%, seguido de 56% de tratamento discriminatório; logo depois 54% de assédio moral, enquanto 13% é de violência física. Isso demonstra que os registros de violência física não são os maiores, o que pode ocorrer por dois motivos: ou porque esse tipo de violência não é o maior, ou em função de subnotificação - ou, ainda, uma combinação de ambos os fatores.



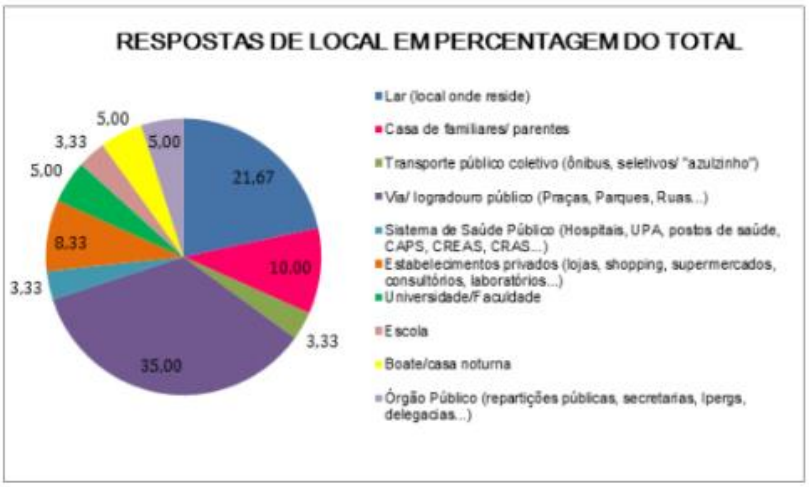
Fonte: Pesquisa "Violência Contra LGBTs+ nos Contextos Eleitoral e Pós-Eleitoral (Plataforma Gênero e Número, 2019).

Os registros indicam também que a maior parte das vítimas é do sexo masculino, com 74,58%, enquanto é de 25,42% o percentual de mulheres. Entre essas pessoas, a maioria é de gays, com 41,11%; seguido de 21,67% de transexuais; 14,44% de lésbicas; 14,44% de travestis; e 8,33% de bissexuais.

2.4 Pesquisas locais

Ao longo dos quatro meses de trabalho desta Comissão, identificamos a ausência de dados oficiais por parte dos órgãos de segurança a respeito das violações cometidas contra a população LGBT. Assim como os dados em âmbito nacional que existem são fruto do trabalho incansável de organizações do movimento LGBT, em nível estadual a situação se repete. Coletivos se organizam para produzir pesquisas próprias em suas cidades e regiões, obrigando o poder público a reconhecer a existência desta realidade de violências cotidianas contra uma população vulnerável.

Gráfico 8 – Local onde sofreu a violência

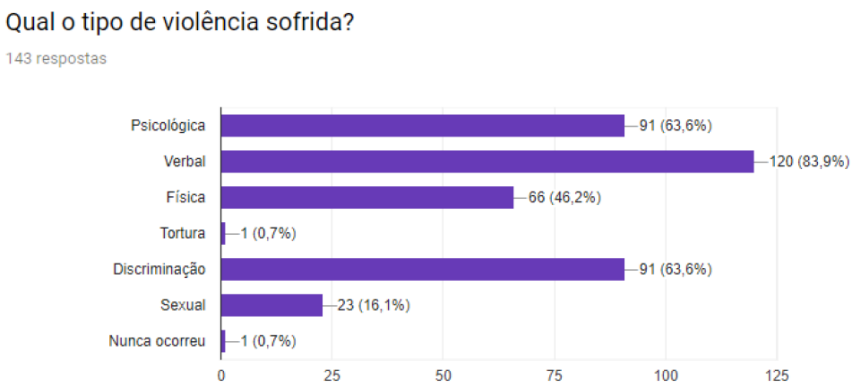


Coletivo VOE, de Santa Maria, entregou à Comissão relatório parcial com pesquisa sobre violência contra LGBTs na cidade.

É o caso do Coletivo Voe, de Santa Maria, que, até o momento da conclusão deste relatório, ainda estava finalizando sua pesquisa. Contudo, o grupo forneceu um levantamento de resultados parciais a esta Comissão. O estudo demonstra que a maioria dos LGBTs entrevistados (35%) sofreu violência nas vias públicas de Santa Maria, enquanto 21,67% sofreram violência em suas casas.

Em Caxias do Sul, os dados apresentados por Cleonice Araújo, coordenadora do Centro de Referência LGBT, demonstram a demanda frequente por atendimento a esta população na cidade. De agosto de 2018 a maio de 2019 foram realizados 200 atendimentos jurídicos com advogado vinculado ao Centro, 60 atendimentos com assistente social e 38 atendimentos com profissionais da psicologia.

A ONG Identidade LGBT entregou a esta Comissão uma pesquisa realizada entre os dias 01 e 10 de julho de 2019 para verificar a situação da violência contra a população LGBT em Caxias do Sul. Ao todo, 143 pessoas responderam aos questionários.



Pesquisa da ONG Identidade LGBT mapeou violência contra LGBTs em Caxias do Sul.

Verificou-se que 64,3% das pessoas já sofreram algum tipo de violência por ser LGBT. E 97,2% dos entrevistados conhecem alguém que já sofreu este tipo de violência. Em relação ao local onde ocorreram as agressões, era possível selecionar mais de uma opção na pesquisa. Por isso se verificou que a imensa maioria dos casos (69,9%) ocorreu na rua e em vias públicas. Em segundo lugar ficaram os estabelecimentos públicos (39,2%), seguidos pelo ambiente familiar e doméstico (32,9%) e por estabelecimentos particulares (30,1%).

A pesquisa do coletivo Identidade LGBT ainda demonstrou que as agressões mais sofridas pela população LGBT em Caxias do Sul foram: verbais (83,9%), psicológicas (63,6%) e físicas (46,2%). Os percentuais elevados indicam que, em muitos casos, mais de um tipo de agressão foi efetuado no mesmo episódio.

Quanto ao perfil dos agressores, o levantamento indica que a imensa maioria (78,3%) é composta por pessoas desconhecidas das vítimas, enquanto 30,8% são parentes e familiares.

Em Porto Alegre, o Coletivo Conexão Diversidade desenvolveu um Projeto de Extensão em parceria com a UFRGS durante 2017 e 2018. Segundo um integrante do coletivo, o Projeto foi um espaço de acolhimento, vivência e debates de pautas LGBTIQ+, em formato de rodas de conversas, com encontros semanais abertos a toda comunidade interessada nos assuntos relacionados a este universo, em grupos de até 15 pessoas.

Durante as reuniões, eventualmente, aconteciam relatos e depoimentos dos fatos e situações de violência, tanto verbal quanto psicológica, moral ou física, que os participantes presentes haviam vivenciado na semana anterior ao encontro. O grupo não dispunha de assessoria psicológica nem jurídica, mas alguns casos, considerados mais

sérios, eram encaminhados para o serviço de atendimento clínico do Instituto de Psicologia da Universidade Federal ou para o G8 – Generalizando, grupo que atende às demandas relacionadas Direitos Sexuais e de Gênero dentro do SAJU (Serviço de Assessoria Jurídica Universitária) da Faculdade de Direito.

Alguns relatos considerados mais emblemáticos e significativos foram enviados a esta comissão:

> 1) Senhor A, 78 anos, alemão naturalizado brasileiro, tomou coragem de assumir sua orientação sexual aos 73 anos, depois de mais de 50 anos de casado. Foi expulso de casa pelos filhos, com quem perdeu completamente o contato. Relatava com sofrimento que sua maior dor era não poder conhecer o bisneto de dois anos, o qual só via pelas redes sociais.
>
> 2) B, rapaz de 19 anos, estudante universitário e estagiário num órgão público, contou com indignação e vergonha o embaraço que sofreu quando ao chegar ao prédio do local de trabalho, passou pelo balcão da recepção para bater o ponto quando ouviu um senhor perguntando ao Guarda onde ficava determinado setor, ofereceu-se para leva-lo pois estava indo ao mesmo andar. O guarda, em tom jocoso disse: -Pode acompanhar esse moço aqui, mas se o senhor perceber que ele está levando o senhor pro banheiro ou para um cantinho o senhor grita e nos chame.
>
> 3) C, 19 anos, secretária em um consultório médico. Descreveu a situação vexatória pela qual passara no trabalho. Havia "se descoberto" como Bissexual recentemente e publicado nas redes sociais. Antes disso, seu namorado sempre a buscava no consultório no fim do expediente, depois que fez a publicação (ela continuava namorando, inclusive), sua irmã foi ao seu trabalho para almoçarem juntas, e o chefe solicitou que ela não envolvesse o trabalho na "libertinagem de sua vida pessoal".
>
> 4) D, 23 anos. Na primeira vez que esteve no Conexão, contou sua história: Narrou que nasceu e cresceu numa Igreja evangélica. Na faculdade, apaixonou-se por uma colega. Tiveram um breve relacionamento. Assumiu-se. Foi expulsa da congregação. Hostilizada pela família. "Arrependeu-se e voltou para o armário", porém era muito mal tratada por todos, tanto na família quanto na Igreja, onde inclusive o Pastor a chamou de aberração. Foi quando ela abandonou tudo e foi morar sozinha.
>
> 5) E, mulher trans, 35 anos. Morava há 12 anos no mesmo prédio onde comprara um apartamento com sua herança (os pais morreram num acidente). Sempre teve um ótimo relacionamento com todos até que decidiu "transicionar" quando passou a ser agredida verbalmente pela vizinha (que também era síndica)e incitava os outros moradores contra ela, chamando entre outros xingamentos de "travecão". Estava na ocasião processando a vizinha e o condomínio.
>
> 6) F, 69 anos. Contou que antes dos 20, no início dos anos 1970, resolveu assumir-se "travesti" (sic). Viveu 45 anos como uma mulher, fêmea (SIC). O grande problema de de F, foi que aos 65 anos, velhx, doente e sozinhX, teve que ir viver num asilo, numa vaga paga pela Prefeitura de Gravataí. Ocorre que a vaga era "masculina". Aos 65 anos, F teve que se desmontar e assumir uma identidade que não reconhece. "Era isso ou morrer na rua, sem um mínimo de dignidade" (SIC).
>
> 7) G, jovem de 17 anos. Entendia-se como gay desde a infância. Foi flagrado pelo pai com um vizinho de condomínio. Apanhou e foi expulso de casa. Estava abrigado na casa de uma tia.

8) H, 33 anos. Cuidava do pai doente. Certo dia foi surpreendido pela irmã mais velha que raramente aparecia na casa deles. Foi espancado pelo cunhado sob a acusação de que havia chegado até eles um vídeo onde ele estaria fazendo sexo com outro homem. Registrou B.O. e queria apoio para processá-la.

3 AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Um dos instrumentos de trabalho da Comissão Especial para Análise da Violência Contra a População LGBT foi a realização de audiências públicas, além de visitas técnicas e reuniões. Ao longo de quatro meses de trabalho, foram feitas cinco audiências públicas no Rio Grande do Sul: em Canoas, Pelotas, São Leopoldo, Santa Maria e Porto Alegre.

Estas audiências públicas reuniram centenas de pessoas e foram organizadas para que a comunidade pudesse expressar suas demandas, tanto municipais quanto regionais. Também foram momentos em que as autoridades públicas puderam falar a respeito das políticas desenvolvidas - ou não - para a comunidade LGBT. Além disso, as audiências públicas deram voz aos movimentos sociais, que expuseram suas demandas, cobranças e propostas - todas elas devidamente incorporadas neste relatório.

Este capítulo expõe detalhadamente os assuntos que foram debatidos em cada uma das audiências públicas, seja pelas autoridades e lideranças presentes, seja por parte do público em geral que tomou a palavra.

3.1 Audiência Pública de Canoas

Local: Auditório Irmão Bruno Ruedell da Universidade La Salle

Data: 29/04/2019

Audiência pública de Canoas reuniu autoridades e lideranças de movimentos sociais no auditório da Universidade La Salle.

Instituições/entidades presentes: Deputada Estadual Luciana Genro (PSOL), presidente da Comissão; Deputado Estadual Capitão Macedo (PSL), integrante da Comissão; Prof. Cássio Cassel, Coordenador Acadêmico da Pós-Graduação *Lato Sensu*; Rebeca Pizzi Rodrigues, Chefe de Gabinete da Secretaria de Educação de Canoas; Diego

Menezes, Chefe de Unidade da Diretoria de Política de Prevenção à violência, da Secretaria de Segurança Pública; Jaqueline Batista, Coordenadora do Eixo de Políticas, e Nara Becker, Coordenadora do Eixo de Equidade, ambas da Secretaria de Saúde de Canoas; Bianca Hilgert, representante da Comissão da Diversidade da OAB; Mario Souza, Diretor da 2ª Regional de Canoas da Polícia Civil, e Clarissa Demartini, Delegada de Polícia da DEAM; Emerson Kellermann, representante da Coordenadoria Estadual de Diversidade Sexual do Rio Grande do Sul; Coronel Oto Eduardo Rosa Amorim, Comando de Policiamento Metropolitano da Brigada Militar; Claudia Regina Schwan, da assessoria da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul; João Pedro, representando vereadora Maria Eunice; Luiza Eduarda dos Santos, do Emancipa Cursinho; Natasha Ferreira, da Emancipa Mulher; Chris Siberine, da Corte LGBT de Canoas; Marcon Souza, representando a deputada Juliana Brizola; ainda, chegou ao final o Coordenador Estadual LGBT, Leo Beone.

A audiência pública da cidade de Canoas foi a primeira a ser realizada pela Comissão Especial para Análise da Violência contra a população LGBT, tendo sido conduzida pela Deputada Estadual Luciana Genro (PSOL), presidente da Comissão. O evento teve início com a fala da parlamentar, que coordenou os trabalhos e apresentou os objetivos de averiguar a situação da violência contra a população LGBT na cidade, analisar como as políticas públicas vêm sendo implementadas no município e que outras políticas são necessárias para o enfrentamento da violência.

A seguir, foi dada a palavra ao Diretor de Extensão e Pós-graduação *Lato Sensu* da Universidade La Salle, Professor Dr. Márcio Leandro Michel, para dar as boas-vindas às autoridades e comunidade em nome da instituição.

Composta a mesa de autoridades, os debates começaram pela fala de Rebeca Pizzi Rodrigues, da Secretaria de Educação de Canoas, que apontou que a cidade tem avançado nas políticas de educação. Ao início da fala, revelou que é lésbica, o que, segundo ela, indica o esforço institucional em ter representatividade nos espaços políticos, e que a Secretaria é um órgão da administração onde o preconceito não é tolerado. Com relação aos projetos, citou o Projeto Amor à Vida, que estabelece parceria com outras secretarias (como a de Saúde) e começou a ser desenvolvido a partir de relatos de automutilação, depressão, tentativa de suicídio entre adolescentes e crianças.

Mariana Leonhart, professora municipal da cidade de Canoas há 3 anos, questionou o Projeto Amor à Vida. Disse que conheceu a representante da Secretaria da Educação no ano anterior em uma situação conflituosa em uma escola, envolvendo

violência contra a população LGBT. Falou que desde que começou a trabalhar no município, não presenciou nenhuma ação da SME sobre a promoção da diversidade.

A seguir, o Deputado Capitão Macedo (PSL) saudou a Deputada Luciana Genro (PSOL) pela presidência da Comissão e condução dos trabalhos para tratar de um assunto tão importante, argumentando que "a violência transparente que a gente vê é muito pequena frente à violência velada". O parlamentar indicou que a violência começa muitas vezes dentro da própria casa, por meio de rejeição da família, ponderando que é preciso garantir a efetividade dos direitos inscritos no artigo 5º da Constituição Federal. Além disso, atentou para o fato de que muitas vezes as violações não são denunciadas porque as pessoas LGBTs têm medo de não serem bem tratadas ou de passar por mais discriminação.

Em seguida, falou o Chefe de Unidade da Diretoria de Política de Prevenção à Violência da Secretaria Municipal de Segurança Pública, Diego Menezes, que é sociólogo e especialista em segurança pública. Segundo ele, a política de prevenção atravessa a própria Secretaria de Segurança, uma vez que ela tem construído um trabalho calcado na intersetorialidade, por entender que a violência, em qualquer uma das suas formas de manifestação, é um fenômeno multicausal e, por isso, precisa ser abordado em diferentes setores. Diego explicou que em Canoas existem os Centros de Prevenção à Violência, que são dois equipamentos públicos que existem nos bairros Guajuviras e Mathias Velho. Trata-se de um serviço que conta com apoio psicológico, que faz o acolhimento inicial das vítimas e encaminha para os locais que oferecem acompanhamento mais especializado em longo prazo. Conta também com grupo de agentes comunitárias capacitadas, lideranças comunitárias e que hoje trabalham nos centros para que o atendimento possa chegar nos lugares mais distantes do centro, para tratar do acolhimento de vítimas de violência seja por discriminação de gênero, sexualidade e raça.

Ainda existem políticas voltadas a grupos populacionais estatisticamente mais vulneráveis aos crimes contra a vida no município. Está em estudo a possibilidade de desenvolvimento de um decreto que determine a criação de um sistema integral de prevenção à violência e acesso à justiça, que terá o objetivo de implementar uma câmara de gestão entre secretarias para que se pensem todas as áreas que possam disponibilizar serviços públicos que trabalhem com vetores da violência e que se reúnam num mesmo local para repensar as estratégias de políticas nessa área. Está sendo desenvolvido ainda um planejamento para o funcionamento da Guarda Municipal, para que possa analisar a tendência criminal com o objetivo de intervir de maneira mais preventiva.

Diego apresentou também uma crítica em relação à forma como são organizados os dados do Sistema Consultas Integradas - uma plataforma utilizada pelas Polícias, Ministério Público e Judiciário que fornece dados sobre situações conflitivas registradas pela Polícia Civil. Apresentou a dificuldade para quem trabalha com estatísticas criminais em função do modelo do sistema não permitir a pesquisa correta de crimes de ódio, o que inviabiliza a análise desses dados para a criação de políticas públicas.

A seguir, foi ouvida a psicóloga Jaqueline Batista, Coordenadora da Política de Atenção Integral da População LGBT da Secretaria Municipal da Saúde. De início, explicou que o Ambulatório Trans de Canoas surgiu através de ato normativo da prefeitura, no final de 2016, por meio da política de atenção integral à Saúde do Município de Canoas. Segundo ela, essas ações são muito amplas e a implantação do Ambulatório Trans é só um braço da política. A equipe de atendimento do ambulatório é formada por médico, psiquiatra, assistente social e enfermeira. Em 2017, com apoio da UFRGS, formaram 22 promotores de saúde LGBT para acolhimento e multiplicação de conhecimento. O Ambulatório Trans trabalha com hormonização; grupos de homens e mulheres trans para encaminhamento ao PROTIG; grupo de familiares, porque para a prevenção da violência também é necessário trabalhar junto às famílias, para fortalecer a rede de apoio e cuidado.

Com relação à prevenção da violência na saúde, disse que é preciso uma educação permanente, a partir da sensibilização dos profissionais da saúde para pensar no acolhimento da população LGBT. Acrescentou que a invisibilidade é uma forma de violência: se a pessoa não é vista, ela não se sente pertencente ao espaço. A psicóloga disse que a população LGBT pode não acessar o serviço de saúde por muitos motivos e, por isso, é preciso fortalecer o cuidado da rede. Por isso, foi realizado trabalho de Sensibilização dos CRAS de Canoas. Todos os CRAS foram fechados no dia da ação e todos os profissionais estiveram presentes, numa oportunidade em que foi oferecida orientação sobre nome social, documentação e outras formas de abordagem e acolhimento. Em 2019, a Secretaria de Saúde está fazendo parte do Comitê de Prevenção ao Suicídio e do Projeto Amor à Vida.

Bianca Hilgert, da Comissão da Diversidade da OAB de Canoas, também Presidente do Conselho LGBT de Canoas, falou em seguida. A advogada disse: “Direitos humanos não são para fracos e quando se relaciona com a população LGBT, há que se ter ainda mais força para defender a pauta”. Explicou que Canoas tem lutado nos últimos 10 anos para trazer políticas públicas para a população LGBT. Lutaram muito para ter o 1º

Cartório para atender LGBTs, na 4ª Delegacia de Polícia. Na época da implantação, houve muita repercussão e, segundo ela, isso coibiu muita gente no cometimento de violência. Como militante, ouviu relatos como: "Olha, meu pai, meu tio, meu cunhado parou de me agredir porque sabe que tem uma delegacia especializada que vai me atender se eu for lá". Acredita que a criação do Ambulatório Trans é também uma vitória. Por fim, disse que existem 3 formas de violências grave contra a população LGBT: 1) a falta de acesso à saúde. Não existe política de saúde para mulher lésbica e bissexual em nenhuma esfera; 2) a negação do trabalho para transexuais, travestis, mulheres masculinas. Para ela, essas são violências que geram as demais, porque quem não tem trabalho é marginalizado; 3) o direito à educação, uma vez que as pessoas LGBTs não ficam na escola, porque sofrem ataques o tempo inteiro até que desistem da escola. Disse também que essa população vive lutando pelo direito de sobreviver. Para isso, é preciso medidas efetivas para esse tipo de violência.

Mario Souza, Diretor da 2ª Regional de Canoas da Polícia Civil, se apresentou diante do público dizendo que estar na audiência, para ele, caracterizava um momento de ouvir e de prestar contas, para a partir de um diálogo franco construir saídas efetivas. Especialmente em relação à área criminal, disse que é um tema importante porque trata da vida das pessoas e que é inadmissível qualquer tipo de agressão ou violência às pessoas por estarem incluídas no público LGBT. Disse que existe um Cartório de Atendimento à população LGBT em Canoas, que fica no 4ª Distrito, que é preparado para receber pessoas que sofrem qualquer agressão. Segundo ele, é preciso divulgar mais esse serviço. Ainda, colocou seu gabinete à disposição e disse que o Cartório e toda a rede da Polícia Civil de Canoas estão abertos para as demandas, pois o atendimento da rede criminal deve ser imediato. Ressaltou que é importante denunciar, pois isso reduz a subnotificação de crimes de ódio - manifestando que esse fenômeno pode ocorrer pela falta de confiabilidade da população na polícia, por medo de ser identificado ou de sofrer mau atendimento, mas que nenhuma dessas violações é aceitável na Polícia Civil.

O Coronel Oto Eduardo Rosa Amorim, do Comando de Policiamento Metropolitano da Brigada Militar, falou que o tema discriminação e falta de respeito não ocorre somente com LGBTs. Segundo ele, o principal crime - homicídio - está sendo combativo. Tratou da falta de consideração e da forma discriminatória que tratam os moradores de localidades como Alvorada, Viamão, Cachoeirinha, dizendo que é preciso

defender a imagem da região metropolitana. Sua intervenção não teve nenhuma relação com o assunto a ser tratado na audiência.

Emerson Kellerman, em nome do Leo Beone, parabenizou a iniciativa da Comissão, disse que a Coordenadoria estará à disposição e que vão utilizar o relatório produzido para a criação de políticas públicas no Estado do Rio Grande do Sul.

Cássio Cassel, Coordenador do MBA em Diversidade e Desenvolvimento de Práticas Inclusivas nas Organizações da Universidade La Salle, disse que no momento em que se vê no país uma onda crescente da violência, tanto física quanto psicológica, o aumento do discurso de ódio, a universidade tem um papel fundamental. Diante deste cenário, enfatizou que a universidade precisa se colocar como protagonista na promoção de debates e também utilizando desse espaço de privilégio para a transformação social. A universidade também tem um papel de acolhimento para as pessoas que passam por qualquer situação de violação e violência. Por isso, disse que orgulha-se em pertencer à Universidade La Salle, que é a única que faz parte da rede Pride Conection, uma reunião de empresas e organizações que debatem práticas inclusivas que vêm sendo desenvolvidas.

Após as falas da mesa, foram abertas as inscrições para que qualquer pessoa presente no público pudesse se manifestar. Neca Nazário faz parte das Mães pela Diversidade, grupo criado para ajudar filhos e filhas LGBTs em diversas frentes. Apresentou o coletivo dizendo que, com o tempo, sentiram a necessidade de fazer acolhimento a pais e mães de pessoas LGBTs. Relatou que é desesperador para mães cada vez que os filhos saem de casa, por exemplo, quando são adolescentes e querem sair, se divertir como outro qualquer, e a família tem muito medo. Conclui dizendo que “esses meninos e meninas têm pais, têm mães, tem família, que não estão sós. Nós não vamos aceitar nenhum tipo de discriminação contra os nossos filhos, contra as nossas filhas”.

Lucas Garcia, da Frente Cidadã, disse que o assunto é sério quando se trata de violência contra a população LGBT. Ressaltou para o delegado da Polícia Civil que as portas das delegacias precisam estar abertas e que a recepção deve ser preparada para receber a população LGBT.

A militante e mulher transexual Natasha Ferreira ressaltou que a gestão de Canoas acerta muito na sua estrutura, mas algumas coisas não foram tratadas pelas instituições. Não se falou de mulheres travestis e transexuais que se prostituem na faixa. Denunciou

um caso de duas mulheres que foram ameaçadas por policiais militares e precisaram fazer o registro da violência em São Leopoldo, pois não puderam fazer isso na sua cidade. A ativista questiona “Eu quero saber quantas mulheres travestis e transexuais vão ter o direito de viver. Quantas a gente vai garantir que cheguem na faculdade”, considerando que para chegar na faculdade precisam passar pelo Ensino Fundamental sem ser discriminadas.

Cris Siberiano, Miss Trans Diversidade de Canoas, tratou do trabalho que desenvolve desde 2017, que é voltado à questão da violência contra a população LGBT. São palestras sobre identidade de gênero e orientação sexual, em escolas, universidades, sempre fora de Canoas - o que indica que não existe espaço para esse debate na cidade. Enfatizou que deveria haver mais trabalhos assim, pois é uma educação contra o preconceito.

Fabiano Souza apresentou a Pastoral Anglicana da Diversidade, que fica na Catedral Anglicana da Santíssima Trindade, na Rua dos Andradas, em Porto Alegre. Com o papel de absorver as reflexões da audiência, explicou que existe um espaço de acolhida de todas as pessoas da sigla LGBT, divulgando também que haveria uma celebração em memória das pessoas vítimas de violência.

A militante transexual Luiza Eduarda tratou da violência contra pessoas trans, casos de assassinatos e agressões com dezenas de facadas, tiros, deixando muitas vezes as pessoas desfiguradas. Disse que é inaceitável que qualquer aluno(a) de escola que se identifique como trans não possa utilizar o banheiro, restringindo as pessoas ao hábito diário de ficar mais de 5h sem ir ao banheiro, o que pode gerar casos de incontinência urinária crônica.

Encaminhando para o encerramento, a Deputada Luciana Genro (PSOL) fez alguns questionamentos referentes à existência de mapeamento de evasão e automutilação no contexto escolar em função de discriminação. Também solicitou informações a respeito de segurança pública, com dados sobre orientação sexual e identidade de gênero nas ocorrências, e dados sobre políticas públicas para HIV/Aids no município. Com isso, a parlamentar concedeu a palavra novamente aos componentes da mesa para que pudessem responder os questionamentos levantados durante as falas.

Rebeca foi a primeira a falar, dando um retorno ao ponto levantado pela professora Mariana, dizendo que o caso que foi levado para a Secretaria no ano anterior foi encaminhado para um CRAS que pudesse atender uma série de questões que envolviam

vulnerabilidades sociais. Com relação à promoção das diversidades, foi dito que existe uma parceria com a Secretaria Municipal de Segurança para fomentar a prevenção à violência nas escolas, não especificamente direcionada à população LGBT, porque as escolas estão situadas em diversos tipos de territórios. Também junto com esta Secretaria, tratou do projeto "Cuidado Trajetórias", com o objetivo de manter o jovem na escola e longe do crime. Por fim, disse que há uma parceria com a Diretoria de Diversidades, com a intenção de fazer capacitação e oficinas nas escolas do município.

Em seguida, Diego, da Secretaria Municipal de Segurança, afirmou que não é possível identificar quais são as pessoas evadidas da escola em função da concepção de "evasão escolar" adotada pelo governo do Estado. Diego reclamou da ausência de comunicação entre a base de dados do município e o Estado quanto à evasão escolar. "Essa política precisa avançar para avançar também a política de prevenção à evasão, pois atualmente só é possível ver a categoria 'evasão escolar' como um dado genérico, de 'x' por cento, ou 'x' número de pessoas. Não se sabe quem são as pessoas, impossibilitando de visitar domicílios, por exemplo", criticou.

O delegado Mario Souza falou sobre o sistema utilizado pela polícia, reconhecendo que não existe a opção de informar orientação sexual nos registros de ocorrências. "Essa e outras demandas existem para que o sistema seja atualizado, de diversos setores da polícia, mas isso precisa de investimento e a utilização desse sistema repercute em toda a cadeia de segurança", disse. O delegado reconheceu que é preciso uma atualização do sistema. Ele afirmou que é possível fazer a pesquisa manualmente, com a leitura de cada histórico de ocorrência, mas ressaltou que a pessoa que registra precisa solicitar que seja incluída a informação sobre identidade de gênero ou orientação sexual no boletim de ocorrência.

Leo Beone, Coordenador de Diversidade Sexual do Estado, parabenizou o trabalho da Comissão. E contou sobre um caso em que a Coordenadoria foi chamada a atuar na cidade de Pelotas, onde uma criança de 8 anos estava sendo agredida e tratada com preconceito em uma escola porque gosta de dançar e jogar vôlei ao invés de futebol nas aulas de educação física.

Por fim, a deputada Luciana Genro (PSOL) agradeceu a presença de todas as instituições que compuseram a mesa e todas as pessoas que contribuíram para o debate, construindo um espaço de diálogo franco sobre as diferentes formas de violência contra a população LGBT. Ressaltou que audiência teve como princípio coletar dados para a construção de mecanismos de prevenção à violência, bem como controle da

responsabilização de condutas delitivas, passando por uma estrutura transversal que unifique saúde, educação e segurança pública.

3.2 Audiência Pública Pelotas

Local: Auditório CCHS da Universidade Federal de Pelotas

Data: 09/05/2019

Mais de 170 pessoas compareceram à audiência pública de Pelotas.

Instituições/entidades presentes: Deputada Estadual Luciana Genro (PSOL), Presidente da Comissão; vereadora Fernanda Miranda (PSOL); Rodrigo Rosa, integrante do coletivo Juntos LGBT; Maria Angélica Gentilini da Silva, Delegada de Polícia da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher; Marcia Monks, no NUGEN (Núcleo de Gênero e Diversidade)/UFPel; Juliana Borges Victoria Eberhardt, da Secretaria Municipal de Educação; Fábio Cóssio, da mídia independente local Outras Vozes; Bianca Medeiros, da Secretaria Municipal de Saúde; Renata Porcellis, do Núcleo de Gênero e Diversidade do IFSul; Crissiany Teixeira, ativista social do Movimento Trans Brasil e Chile; Mateus Fernandes da Silva, do Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos (GEEUR); Francis Silva e Rejane Braier, do Arquipélago Casa Atelier Espaço Cultural.

Além de integrantes de coletivos ou representantes de instituições, também estiveram presentes cerca de 170 pessoas, entre estudantes e trabalhadores, para participar

da audiência[2]. Depois de dar as boas vindas às pessoas presentes, a Deputada Luciana Genro (PSOL), presidente da Comissão, explicou os objetivos da Comissão Especial, o porquê da realização de uma audiência pública para tratar de violência contra a população LGBT e a relação disso com a formulação de políticas públicas.

A seguir, deu-se a palavra à Vereadora de Pelotas, Fernanda Miranda (PSOL), que apontou a discriminação como uma doença social, que precisa ser combatida. A vereadora apresentou também dados de 2015, indicando que 76% dos estudantes LGBTs da cidade relataram ter sido vítimas de discriminação, com violência física e psicológica nas escolas. Ela ressaltou que são graves as violências que ocorrem contra LGBTs nos ambientes da escola e de casa, pois são os da primeira socialização, prejudicando a formação desses indivíduos. Ao concluir, disse que "o ódio só vai ser transformado através da educação".

Maria Angélica Gentilini da Silva, Delegada de Polícia da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, falou sobre a criação do novo Departamento de Atendimento a Grupos Vulneráveis (DAGV) da Polícia Civil. Enfatizou que quando a Delegacia de Combate à Intolerância e Discriminação for instalada, a equipe será preparada para o atendimento ao público. Ressaltou que as denúncias são importantes e que podem ser feitas de forma anônima.

Em seguida foi ouvida a militante Marcia Monks, que pertence ao NUGEN (Núcleo de Gênero e Diversidade)/UFPel, à Rede Antra, à Rede Trans Brasil, e a outros espaços de luta das populações de travestis e transexuais. Trabalhando na universidade, relatou que até a data da audiência já havia registro de 15 pessoas que não se identificavam com o nome civil e procuraram a retificação para o uso do nome social. Apresentou alguns dados de mortes com requintes de crueldade ocorridas recentemente no Rio Grande do Sul, entre eles o de uma mulher trans universitária que teve as mãos cortadas e colocadas em frente ao rosto. Relatou que "A escola é o pior lugar para uma pessoa trans. Eu fui expulsa da minha cidade aos 16 anos, tive que ir morar no Rio de Janeiro", sendo Pelotas uma cidade muito tradicional e que não aceitava a população transexual.

[2] Todas as assinaturas constam nas listas de presença junto aos documentos da Comissão Especial.

Ativista trans, Marcia Monks, do NUGEN e da Rede Antra, falou sobre a natureza cruel presente nas mortes de travestis e transexuais.

Crissiany Teixeira, ativista social do Movimento Trans Brasil e Chile, parabenizou a Polícia Civil, dizendo que havia visitado a Delegacia da Mulher no dia anterior e que houve uma conquista em relação ao respeito ao nome social, visto que não se usavam mais os dados do Consultas Integradas, bastando incluir o RG no sistema para aparecer o nome social. Apresentou dados de violência fatal no Chile, onde, segundo ela, registraram-se apenas 4 casos ao total de homofobia e transfobia em 2018 - resultado que atribuiu à legislação de respeito a pessoas LGBT. Relatou que abriu sua casa no Chile para brasileiros de Santa Catarina durante o período eleitoral, tendo recebido cerca de 40 pessoas, mais 22 na casa da sua sogra, e informou ainda que 3 pessoas trans foram assassinadas em Florianópolis. Disse que está à disposição para auxiliar LGBTs no exterior, pois muitas vezes sair do país é uma questão de segurança para essa população. Crissiany também denunciou que existem cartórios em Pelotas que não estão respeitando a decisão judicial de retificar diretamente o nome de pessoas trans.

Em seguida, Rodrigo Rosa, que pertence ao movimento Juntos LGBT e que é uma pessoa vivendo com HIV em Pelotas, começou sua fala dizendo que as pautas LGBTs têm tido respaldo em alguns setores em instituições do Estado, mas que isso só está sendo possível graças à organização e à luta do movimento social. Para ele, todo grupo oprimido tem dificuldade de se postular na sociedade, de levantar dados, de ingressar na universidade. Relatou que chorou muito com o resultado da última eleição presidencial,

principalmente enquanto pessoa vivendo com HIV, pensando: “Acabou para mim”. Tratou dos suicídios da população LGBT, que é rejeitada pela família, ressaltando que “há 8,4% mais chances de se suicidarem. Isso é muito complicado e muito triste, porque geralmente quem é LGBT sofre o primeiro preconceito dentro de casa”. Ainda, com relação às 163 mortes de pessoas transexuais em 2018, ressaltou que 82% eram negras.

Com relação ao tema de HIV/Aids e outras ISTs, Rodrigo disse que a negação de acessos básicos à saúde e à educação também é uma forma de violência. Ressaltou que são preocupantes os índices de HIV/Aids na população LGBT, considerando que uma média de 18,4% está infectada pelo HIV, enquanto na população geral esse índice é de 1%. Homens gays e homens que fazem sexo com homens têm chance 27% maior de serem infectados pelo HIV e mulheres trans têm 13% mais chance de serem infectadas. Lembrou que o posicionamento do Governo Federal é contrário a determinações internacionais de trabalhar com prevenção combinada e de trabalhar com populações chave, tendo retirado recentemente qualquer menção ao público LGBT da cartilha de prevenção a ISTs, o que é um retrocesso. Apontou também que o Rio Grande do Sul não disponibiliza a medicação para pessoas vivendo com HIV por dois meses, como ocorre em outros estados, fazendo com que a pessoa precise buscar essa medicação mensalmente, além de todos os cuidados com exames e outros tratamentos.

Cassia, que trabalha em uma Casa Cultural de Pelotas, reivindicou atenção à elaboração de políticas públicas voltadas às mulheres lésbicas, que frequentemente são invisibilizadas inclusive no movimento LGBT. Ela manifestou preocupação com a questão dos estupros corretivos de mulheres lésbicas. “Lesbofobia é diferente de homofobia”, pontuou.

Mateus da Cunha, estudante de Licenciatura em Matemática na UFPel, criticou a extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação. “O ministério nega que a diferença existe e que é preciso fazer política para a diferença, que isso também envolve a população LGBT nas escolas”, disse.

Maico Lopes, funcionário da CEEE em Pelotas, agradeceu à Deputada Luciana Genro pelo apoio na luta contra as privatizações. Frisou que é um homem branco e heterosexual que, naquele espaço da audiência pública, se sentia bem em prestar sua solidariedade aos LGBTs.

Tatiane, aluna do curso de Psicologia, falou sobre a Rede Nacional de Religiões Afro Brasileiras de Saúde (RENAFRO-Saúde) e sobre o Núcleo de Pesquisas É’lééko,

sobre agenciamentos epistêmicos descoloniais e antirracistas. Ela também comentou a respeito do projeto Diz Aí, que promove, na cidade de Pelotas, um grupo terapêutico para conversar sobre raça, gênero e sexualidade. Ela também refletiu sobre a criminalização da LGBTfobia, questionando se essa seria a forma mais adequada de combater o preconceito.

Luisa Marques, mulher lésbica e militante do do coletivo Juntos, falou sobre as propostas da Chapa 2 ligadas ao combate ao preconceito. No momento da audiência pública estava ocorrendo eleição ao DCE da UFPel e foi oportunizado a todas as chapas uma fala sobre suas propostas.

Aline Ramos, estudante de Psicologia, na UFPel e bolsista do NUGEN - Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual da universidade, informou que o núcleo, neste ano, conseguiu uma cadeira no Conselho Estadual LGBT e está procurando parcerias para levar as demandas sociais de Pelotas e região para esse Conselho. Também disse que o NUGEN deseja criar um Conselho LGBT na UFPel, com a proposta de elaborar uma política que preveja cota para pessoas trans na universidade.

Renan Umpierre, natural de Santana do Livramento e morador de Pelotas há dois meses, explicou que foi militar por sete anos, saindo do Exército no início de 2019. Sua fala frisou a existência e a vida dos gays dentro dos quartéis. “Pois existem muitos”, pontuou. Ele reiterou que sempre buscou debater de forma amigável com seus companheiros de farda, tentando desconstruir preconceitos e, sobretudo, entender a realidade das pessoas que acabam optando pela carreira militar. Renan passou no último concurso da Brigada Militar e aguarda ser convocado. “Quero ingressar na Brigada e continuar defendendo essa bandeira da diversidade”, concluiu.

Por fim, após as considerações finais e despedidas da mesa, a Deputada Luciana Genro agradeceu a presença de todas e todos e encerrou os trabalhos da audiência pública.

3.3 Audiência Pública São Leopoldo

Local: Plenário da Câmara de Vereadores de São Leopoldo

Data: 22/05/2019

Audiência pública de São Leopoldo reuniu secretários municipais e ativistas do movimento social LGBT.

Instituições/entidades presentes: Deputada Estadual Luciana Genro (PSOL); Natasha Ferreira, da Emancipa Mulher; Xuxa Malaikoski, presidente do Grupo de Apoio à Diversidade; Lolita Bombom, da Parada da Diversidade Sexual de São Leopoldo e do Fórum LGBT; Lucimar Lopes Pedroso, Secretária Municipal de Direitos Humanos; Carlos Sant‘ana, da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Comunitária; Major Paulo Cesar dos Santos, do Comando Regional da Brigada Militar do Vale dos Sinos; Rodrigo dos Santos Ribeiro, da Defensoria Pública Estadual; Eduardo Hartz, Delegado da 3ª Delegacia de Polícia Regional Metropolitana;

A Deputada Luciana Genro (PSOL) abriu os trabalhos da audiência pública agradecendo e cumprimentando o público presente, bem como explicando sobre os objetivos da Comissão Especial, de averiguar a situação da violência contra a população LGBT e analisar e propor ações e políticas públicas de enfrentamento a esse tipo de violência.

A seguir, foi passada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de São Leopoldo, Vereador José Ari Moura (PDT), que deu fez uma saudação aos presentes e ressaltou a importância dos trabalhos da Comissão Especial e do debate do tema da

violência contra a população LGBT. O Vereador Arthur Schmidt (MDB) também saudou as pessoas presentes e parabenizou a iniciativa da Assembleia Legislativa.

A primeira pessoa da mesa a tomar a palavra foi a militante transexual Natasha Ferreira, da escola feminista e antirracista Emancipa Mulher. Ela lembrou que São Leopoldo já foi modelo em políticas públicas para a população LGBT, no início dos anos 2000, e disse que é necessário retomar este debate na cidade. Natasha Ferreira cobrou a criação de uma Coordenadoria Municipal LGBT para que esses temas tenham um melhor tratamento e encaminhamento na cidade, lembrando que a Secretaria Municipal de Direitos Humanos possui setores para pessoas com deficiência, combate ao racismo e para a juventude, mas que o movimento LGBT não encontra uma estrutura com representatividade real na pasta. Ela também solicitou dados sobre a evasão escolar de pessoas LGBTs na cidade. Natasha Ferreira ainda questionou se o atendimento a mulheres vítimas de violência feito pelo Centro Jacobina - vinculado à Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres - inclui o acolhimento a mulheres trans. “Não se sabe se o Centro Jacobina faz atendimento às mulheres transexuais. Essas mulheres se sentem à vontade de buscar esse atendimento se não há nele nenhuma representação LGBT? Está na hora de São Leopoldo compreender suas minorias”, disse.

O Defensor Público Rodrigo dos Santos Ribeiro informou que a Defensoria Pública é uma parceira importante na defesa dos direitos humanos e afirmou que a violência contra a população LGBT existe na infância, na juventude, na fase adulta e na velhice, que se manifesta em diversas formas e com uma determinada força em cada um dos momentos da vida das pessoas. Ele ressaltou que a Defensoria Pública tem, entre suas funções constitucionais, a de assegurar a defesa dos direitos humanos, através do atendimento a grupos vulneráveis e também atendimentos individuais. A instituição conta com um Centro de Referência em Direitos Humanos que recebe casos de violações a direitos.

A Secretária Municipal de Direitos Humanos, Lucimar Lopes Pedroso, informou que São Leopoldo é o único município do Estado que tem uma Secretaria de Direitos Humanos. Ela disse que a Secretaria possui dois departamentos e três setoriais: Departamento da Juventude, Departamento da Igualdade Racial e as Setoriais LGBT, Pessoas com Deficiência e Idosos. De acordo com Lucimar, o atendimento na Secretaria é realizado de forma horizontal, inexistindo ênfase maior a uma ou outra área, pois todas têm a mesma importância. Ela ressaltou que a Secretaria trabalha transversalmente com todas as outras pastas.

A ativista transexual Xuxa, do Grupo de Apoio à Diversidade, disse acreditar que seria possível implementar, junto à prefeitura, políticas de atendimento a travestis e transexuais que sofrem violência. “Elas não têm nenhum tipo de apoio. Muitas vão ao GAD relatar situações de violência e não há o que se possa fazer porque não existe nenhum projeto social no município que possa atendê-las”, concluiu.

O Major Paulo Cesar dos Santos, do Comando Regional da Brigada Militar do Vale dos Sinos, ressaltou que repudia a violência contra a população LGBT e que orienta o efetivo sob seu comando a realizar um atendimento imparcial. Ele lembrou que o treinamento dos brigadianos se pauta também pelo respeito aos direitos humanos, para que os policiais possam dar o melhor encaminhamento às ocorrências, independentemente de os envolvidos serem vítimas ou autores, trabalhando dentro da legislação e buscando que essas questões tenham fim.

Carlos Sant’ana, da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Comunitária, afirmou que o órgão atua na prevenção, na solução pacífica de conflitos, na negociação e na mediação, sendo essa a forma de agir da Guarda Civil Municipal e dos outros departamentos da pasta. Ele reconheceu que a subnotificação dos casos de violência inviabiliza um mapeamento eficaz e informou que um levantamento sobre índices de violência e criminalidade aponta a existência de 16 casos de violência contra a população LGBT em 2018 e 8 casos de violência autoprovocada contra esta população, que foram atendidos na rede de saúde do município. O Secretário ainda assegurou que na matriz curricular do curso de formação da Guarda Civil Municipal de São Leopoldo constam disciplinas para trabalhar no atendimento a LGBTs.

Lolita Bombom, da Parada da Diversidade Sexual de São Leopoldo e do Fórum LGBT, explicou que acompanha há muitos anos a situação de violência contra LGBTs na cidade. “São Leopoldo era praticamente um ringue para LGBTs, não se podia andar na rua. Quando eu tinha casa noturna na cidade, era preciso avisar aos clientes para não se deslocarem por determinadas ruas porque era perigoso. Aconteciam episódios de espancamentos de travestis e, por isso, era preciso avisar as pessoas onde era perigoso andar sozinhos”, relatou. Ele reconhece que a cidade melhorou nesse aspecto, mas critica o fechamento da casa noturna My Way, em 2012 - o que disse entender como uma forma de violência contra a população LGBT.

O Delegado Eduardo Hartz, da 3ª Delegacia de Polícia Regional Metropolitana, acredita que o surgimento do preconceito faz com que o poder público precise criar mecanismos de forma a promover a igualdade material entre as pessoas que, por algum

motivo, estão em situação de vulnerabilidade, que é o caso dos grupos LGBTs. Ele ressaltou que a Polícia Civil deu um grande passo, no ano passado, quando foi criado o Departamento de Proteção a Grupos Vulneráveis, com a ideia multiplicar Delegacias de Proteção a Grupos Vulneráveis no interior. E reiterou que a grande dificuldade na criação de estratégias de prevenção à violência contra a população LGBT deve-se aos filtros dos sistemas de informação de ocorrências que, na Polícia Civil, selecionam dados a partir de fatos e não a partir das vítimas, o que torna difícil mensurar e estabelecer uma estratégia mais efetiva no combate a esse tipo de violência.

Daniel Passaglia, Diretor da Secretaria Municipal de Direitos Humanos, manifestou que São Leopoldo vive uma ascensão muito grande em relação a direitos LGBTs. Ele explicou que a Secretaria tem um trabalho forte dentro da Setorial LGBT, no sentido de promover formações com servidores para um melhor atendimento e combate ao preconceito nas questões que surgem no dia a dia, com professores e alunos da rede municipal. Daniel informou que em 2017 e 2018 a Secretaria realizou atividades em escolas para conversar com alunos, para que se possa entender, junto com eles, qual é o contexto em que estão inseridos e o que entendem como preconceito e discriminação. Explicou que também foi realizada uma sensibilização com as diretoras dessas escolas com o objetivo de orientar sobre essas questões e uma formação de 60 professores municipais sobre suicídio e automutilação da população LGBT. Informou ainda que São Leopoldo tem a Lei nº 6.010, aprovada em 2006, que estabelece penalidades para estabelecimentos públicos e privados que cometam atos discriminatórios por motivo de orientação sexual ou identidade de gênero, e que a Secretaria Municipal de Direitos Humanos acolhe denúncias referentes a esta lei. Também disse que foi realizado um seminário sobre saúde da população LGBT com servidores da área, e que a Parada Livre é organizada em parceria entre poder público e sociedade civil e está no calendário da cidade.

A seguir, a Deputada Luciana Genro colocou a palavra à disposição das pessoas presentes e chamou a se manifestar a primeira inscrita, Marlowa, moradora de Porto Alegre e representante da Casa Fonte Colombo, que informou que a Casa acolhe pessoas soropositivas de Porto Alegre e Região Metropolitana, sendo a única casa não governamental com este serviço ainda aberta no Estado. A instituição é mantida pelos freis capuchinhos, sem nenhum tipo de financiamento público. Relatou que foi agredida em 2009 e não teve ajuda de nenhum equipamento público da cidade de Porto Alegre e de nenhuma instituição LGBT. Denunciou também a falta de apoio do poder público ao

GAD, coordenado por Xuxa, que está sem verbas até para fazer uma intervenção de levar preservativos para as profissionais do sexo.

A seguir, a Deputada Luciana Genro chamou a se manifestar a segunda pessoa inscrita, Helio Teixeira, ex-secretário municipal de Direitos Humanos de São Leopoldo. Ele comentou a respeito da questão cobrada por Natasha em relação à pasta, que não possui uma Coordenadoria LGBT. "Existe uma opção do governo por duas áreas específicas, a de igualdade racial e a de juventude, porque elas demandam uma certa organização de interesse partidário dentro da Secretaria. Ou seja, houve uma opção ideológica de se dar prioridade para algumas áreas em detrimento de outras. O que Natasha coloca e que é importante que todos saibam é que há uma opção de governo em priorizar algumas áreas mais do que outras, o que não quer dizer que não haja uma preocupação com LGBTs, mas efetivamente há uma opção em se priorizar duas Coordenadorias, pois é mais fácil falar sobre certos temas do que outros", concluiu.

A seguir, a Deputada Luciana Genro chamou a se manifestar a terceira pessoa inscrita, Luísa, que enfatizou sua preocupação com o tema da saúde LGBT, indagando o que efetivamente a Prefeitura de São Leopoldo faz em termos de projetos específicos voltados para a população LGBT e no auxílio à empregabilidade das pessoas transexuais. Questionou também a respeito do uso do nome social na lista de chamada das escolas e do uso dos banheiros nas escolas, de acordo com a identidade de gênero dos alunos e das alunas.

A seguir, a Deputada Luciana Genro chamou a se manifestar a quinta pessoa inscrita, Marco Aurélio Bica, Rei Momo de Esteio e Presidente do Conselho Municipal da Igualdade Racial. Ele afirmou que a população negra, LGBT e pobre é quase metade da cidade de São Leopoldo. Disse que "a abordagem da Brigada Militar tem cor, classe e gênero" e que é preciso olhar para a juventude negra, a comunidade LGBT e a população pobre que está morrendo. Propôs à Secretária de Direitos Humanos a instalação, na cidade, de um Disque Direitos Humanos, onde possa haver um atendimento por todos os órgãos públicos conjuntamente em um só lugar. E informou que vai propor um serviço de SOS Racismo em São Leopoldo, através do Conselho, com recursos que não sejam públicos.

Por fim, a Deputada Luciana Genro agradeceu a presença de todas e todos e encerrou os trabalhos.

3.4 Audiência Pública Santa Maria

Local: Auditório do Prédio da Antiga Reitoria da Universidade Federal de Santa Maria

Data: 13/06/2019

Deputados Luciana Genro e Valdeci Oliveira participaram da audiência pública de Santa Maria.

Instituições/entidades presentes: Deputada Estadual Luciana Genro (PSOL), Presidente da Comissão; Deputado Estadual Valdeci Oliveira (PT), integrante da Comissão; Gabriela Quartiero, do Coletivo Voe; Delegada Carla Dolores, da Polícia Civil; Tenente Flávia Festa, da Brigada Militar; Renata Quartiero, da Comissão de Gênero e Diversidade Sexual da OAB/SM; Pablo Kempz e Adriano Teixeira, da ONG Igualdade; Bernardo Guterres e Alef Mustafá, do Coletivo Homens Trans em Ação Santa Maria (HTASM); Victor de Carli Lopes, Coordenador do Observatório de Direitos Humanos da UFSM; Gustavo Duarte, Coordenador do Projeto de Extensão LGBTchê/UFSM; Mariah Soares Machado, do Diretório Acadêmico de Psicologia da UFSM; Marcia dos Santos, do Departamento de Serviço Social da UFSM; Alice Carvalho, Presidente do PSOL Santa Maria; Gustavo Rocha, do Movimento Negro de Santa Maria; Eliziane Ribeiro, do Coletivo Alicerce; Luciano Becher, da UJS/PCdoB; Tomaz Rodrigues, dos Escoteiros do Brasil; Laureana Silveira, Assistente Social na Casa 13 de Maio; Annie Caroline Jacques e Maria Cunrado, servidoras do CREAS/SM.

Além disso, estiveram presentes outras 106 pessoas do município[3]. A audiência começou com a composição da mesa. E a presidente Luciana Genro apresentou a Comissão e a importância do trabalho que estava sendo realizado. Ressaltou também a importância de estar na UFSM, no momento em que o governo federal tem implementado cortes no orçamento das universidades.

O Deputado Valdeci de Oliveira disse que sabe o quanto é difícil tratar de violência contra a população LGBT. Ressaltou que durante os 8 anos em que foi prefeito da cidade, implementou um projeto que tinha como foco a inclusão e a construção de políticas públicas que pudessem debater e prevenir a violência contra LGBTs, o que "lamentavelmente hoje não existe mais em Santa Maria".

Renata Quartiero, da Comissão de Diversidade Sexual da OAB de Santa Maria, assegurou que a entidade está de "portas abertas para a garantia de direitos de LGBTs, principalmente no fornecimento de informações jurídicas para acesso a direitos".

Pablo Kempz, da ONG Igualdade, questionou a ausência e invisibilidade de pessoas negras no movimento LGBT e na universidade. E chamou atenção para a violência psicológica que a comunidade LGBT negra sofre todos os dias. "Isso nos leva a cometer suicídio a quase desistir da graduação, como aconteceu comigo uma vez", desabafou.

A Tenente Flávia Festa, da Brigada Militar, disse que a polícia deve primar pela não-violência e ser preparada para dar amparo e proteção a quem precisa. Ela reforçou que a Brigada MIlitar atende a todas as pessoas, independentemente de sexo ou raça.

Gabriela Quartiero, do Coletivo Voe, destacou a ausência de dados regionais e municipais sobre violência contra a população LGBT, lembrando que o levantamento do Grupo Gay da Bahia é nacional. O Coletivo Voe desenvolve uma pesquisa local em Santa Maria sobre o tema. Até o fechamento deste relatório, o levantamento parcial do grupo aponta que a maioria dos LGBTs entrevistados (35%) sofreu violência nas vias públicas de Santa Maria, enquanto 21,67% sofreram violência em suas casas.

A Delegada Carla Dolores, afirmou que a estrutura da Delegacia do Idoso, onde trabalha, também passou a ser, desde o início de 2019, uma Delegacia de Combate à Intolerância, dentro da nova estruturação feita pela Polícia Civil no recém-criado Departamento de Proteção a Grupos Vulneráveis. "É a única delegacia deste tipo no interior do Estado", informou. Carla Dolores frisou que é necessário atualizar as

[3] Todas as assinaturas constam nas listas de presença junto aos documentos da Comissão Especial.

ocorrências com base na carteira de identidade de nome social, para que se possa ter dados mais corretos sobre violência contra a população LGBT.

Bernardo Guterres, do coletivo Homens Trans em Ação questionou a invisibilidade das pessoas trans, argumentando que elas são vistas e lembradas apenas quando são mortas. “É só perguntar quantas pessoas conhecem pessoas trans. Ninguém lembra. Mas se perguntarmos de pessoas trans que foram mortas, isso estará muito mais fresco na memória”, refletiu. Ele também explicou que a violência física costuma ser maior contra mulheres trans do que contra homens trans, mas ponderou que as estatísticas de violência contra homens trans costumam não aparecer porque sequer o nome social destas vítimas é respeitado. E também chamou a atenção para o problema dos suicídios entre a comunidade trans, especialmente entre os homens trans.

Victor De Carli, do Observatório dos Direitos Humanos da UFSM, explicou que o órgão fomenta práticas e projetos de extensão a quem possuam projetos voltados à garantia dos Direitos Humanos na universidade. No início de 2019 a repartição lançou um edital para subsidiar iniciativas que trabalhem em eixos de gênero e sexualidade.

O professor Gustavo Duarte, do LGBTchê, desenvolve um projeto que envolve ida às escolas para falar com alunos e professores sobre temas ligados à diversidade sexual e de gênero e ao combate ao preconceito. “Por enquanto só tem uma escola que aceitou o projeto. É preciso fortalecer a rede de parcerias para estender o projeto para a comunidade e outras escolas”, colocou.

Público compareceu ao auditório da antiga Reitoria da UFSM.

Após as manifestações da mesa, a Deputada Luciana Genro abriu a possibilidade de falas do público, de acordo com a ordem das inscrições. Primeiro, falou Luciano, que propôs a criação de uma Procuradoria de Combate à Intolerância Contra Orientação Sexual e Identidade de Gênero junto ao Ministério Público.

Em seguida, Andreia Silva, trabalhadora da saúde, frisou a importância de os profissionais da área estarem capacitados para preencher as fichas de notificação do SINAN, que informam, dentre outras coisas, sobre os tipos de violência que levaram os pacientes a buscar os serviços de saúde. E também reforçou a necessidade de os estatutos escolares permitirem a inclusão do nome social de alunos e alunas trans nas listas de chamadas.

Gabriela Weber, do Coletivo Voe, reiterou a necessidade de se trabalhar com os profissionais de saúde pública e de saúde mental. Ela entende que é preciso um foco na formação de pessoas adultas, já que a juventude costuma lidar com os temas de sexualidade e diversidade de forma mais natural.

Delvéquio, de 61 anos de idade, disse que desde os 20 anos luta contra a discriminação. Relatou ter sido expulso do Seminário por um padre por ter sido encontrado tendo relações com outro garoto.

Gustavo Rocha reivindicou a luta da população LGBT negra em defesa de suas vidas. “Queremos o direito de andar nas ruas com segurança”, disse.

Carla Zanella, coordenadora da escola de emancipação feminista e resistência antirracista Emancipa Mulher, falou sobre o núcleo de organização deste projeto educativo em Santa Maria, convidando todas as mulheres presentes a se somarem nesta iniciativa.

Quando as falas retornaram para a mesa, Renata Quartiero, da Comissão de Diversidade Sexual da OAB de Santa Maria, relatou que a organização e seus integrantes foram alvo de preconceito após terem tomado posse.

Pablo Kempz falou que a ONG Igualdade e os Homens Trans em Ação estão formando uma parceria para sensibilizar profissionais de saúde na cidade em temas ligados à diversidade.

3.5 Audiência Pública Porto Alegre

Local: Plenário João Neves da Fontoura - Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul

Data: 26/06/2019

Entidades/Instituições presentes: Deputada Estadual Luciana Genro (PSOL), presidente da Comissão; Patrícia Sanchotene Pacheco, da Secretaria Estadual da Educação/CIPAVE; Guilherme Gomes Ferreira, da ONG Somos; Andrea da Rocha Mattos, da Polícia Civil; Delegada Viviane Nery Viegas, da Secretaria Estadual de Segurança Pública; Simone Avila, da Secretaria de Saúde de Porto Alegre; Célio Golin, do Nuances - Grupo pela Livre Expressão Sexual; Carlos Renan Evaldt, do Magia Sport Club; Gisele Varani, das Mães pela Diversidade; e Marcelly Malta, da Igualdade Associação de Travestis e Transexuais do Rio Grande do Sul.

Audiência Pública de Porto Alegre ocorreu no Plenarinho da Assembleia Legislativa.

A Comissão Especial para Análise da Violência Contra a População LGBT, sob a Presidência da Deputada Luciana Genro, realizou sua última audiência pública em Porto Alegre, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, no dia 26/06/19. Luciana Genro abriu a audiência pública, agradecendo e cumprimentando o público presente, bem como explicando sobre os objetivos da Comissão Especial, de averiguar a situação da violência

contra a população LGBT no Rio Grande do Sul, analisando e propondo ações e políticas públicas de enfrentamento a esse tipo de violência.

O pesquisador Guilherme Gomes Ferreira, da ONG Somos, foi o primeiro integrante da mesa a se manifestar. Ele explicou que é responsável por coordenar o projeto Passagens - Rede de Apoio a LGBTs nas Prisões. Esse projeto, financiado pelo Fundo Brasil de Direitos Humanos e executado pelo Somos, percorreu, até a data da audiência pública, 13 instituições de privação de liberdade de todo o país, oferecendo assessoria sociojurídica às lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais privados de liberdade e capacitação técnica em matéria de gênero e sexualidade a trabalhadores e gestores penitenciários. Também foi elaborado um documentário para revelar as experiências sociais de quem é LGBT preso no Brasil. "É imperioso dizer, nesse momento, que o Brasil não possui dados fidedignos sobre a situação de encarceramento da população LGBT. O último dado divulgado pelo Departamento Penitenciário Nacional afirma que no Brasil existem em torno de 1.700 pessoas LGBTs presas, mas encontramos esse número de presos LGBT em apenas uma instituição prisional de São Paulo. Somente em São Paulo, a Secretaria de Administração Penitenciária estima que há 5 mil presos LGBT, o que demonstra a contradição entre os próprios níveis de governo e aponta para a necessidade fundamental de investigações científicas no campo da diversidade sexual e de gênero nas prisões", disse. Ele denunciou as violações que a população LGBT sofre nas prisões, como presídios que mantêm travestis e homens gays presos em celas destinadas a criminosos sexuais, mulheres e homens trans que não têm suas identidades de gênero reconhecidas institucionalmente pelas prisões e até mesmo práticas como "exorcismo" de gays por presos evangélicos. Guilherme cobrou políticas públicas efetivas por parte dos governos estadual e municipal, que, segundo ele, se limitam a desenvolver ações imediatistas e assistencialistas, sem se preocuparem com as demandas do movimento LGBT.

A seguir, a Deputada passou a palavra para Patrícia Sanchotene Pacheco, da Secretaria Estadual da Educação. Coordenadora da Comissão Interna de Prevenção a Acidentes e Violência Escolar (CIPAVE), Patrícia explicou que está sendo feito um trabalho no sentido de que sejam respeitadas todas e quaisquer questões relativas à diversidade sexual, orientação religiosa, orientação sexual e questões de raça nas escolas estaduais. Ela sugeriu a ideia de articular um programa de resgate das travestis expulsas da escola, garantindo uma turma de Ensino de Jovens e Adultos (EJA) para esta população.

Gisele Varani, do grupo Mães Pela Diversidade, recordou que a ONG começou seus trabalhos no Rio Grande do Sul com um grupo de três mães. “Hoje reunimos mais de 50 pessoas em todo o país e demonstramos que famílias de LGBTs existem”, disse. Gisele revelou que sua filha sofreu bullying na escola por ser lésbica, deixando de interagir com os demais colegas durante os recreios. Ela ressaltou que o grupo Mães Pela Diversidade trabalha com o acolhimento junto às famílias, relatando casos em que as próprias mães precisam se separar de maridos que não aceitam seus filhos LGBTs. “Falamos muito na violência a nível macro, mas tem micro-violências acontecendo todos os dias, inclusive dentro de casa”, pontuou.

A Delegada Viviane Nery Viegas, que havia assumido há pouco tempo a Divisão de Políticas Públicas da Secretaria Estadual de Segurança Pública. Ela informou que, em relação à Carteira de Nome Social, o Instituto-Geral de Perícias (IGP) já confeccionou 140 carteiras neste ano, o que demonstra que é um projeto que deu certo e que ainda vem sendo contemplado.

A seguir, a Deputada Luciana Genro convidou a compor a mesa Cilas Machado, Coordenador do Cursinho Emancipa Restinga. Ele explicou que o cursinho é um movimento social que tem muitos alunos LGBT e que, juntamente com a Casa Emancipa Restinga, está organizando a LGBTinga, que é a Parada LGBT na Restinga que será realizada no dia 25 de agosto. Por ser um homem gay negro, Cilas também refletiu sobre questões relacionadas ao racismo e à comunidade LGBT. “É preciso discutir nos movimentos o impulso de pessoas negras a ocuparem esses espaços e também fazer uma revisão e autocrítica frente à forma de atuação do dia a dia”, ponderou.

Carlos Renan Evaldt, do Magia Sport Club, explicou que o Magia é a associação esportiva LGBT mais antiga em atividade no Rio Grande do Sul, tendo sido fundada em 2005. “Começamos como um grupo de amigos que se reunia para jogar futebol, um esporte que é machista, homofóbico e que vive dizendo que as pessoas LGBT não podem jogá-lo”, lembrou. Em 2017, juntamente com mais sete times brasileiros, foi fundada a LIGAY - Liga Nacional de Futebol Gay, e realizaram o primeiro campeonato nacional de futebol LGBT no Estado do Rio de Janeiro, sendo a segunda edição no Rio Grande do Sul, em 2018, da qual participaram 12 times e 240 atletas LGBT do país inteiro, com um público médio de 1.200pessoas por dia. Renan defendeu o combate ao preconceito no mundo esportivo, afirmando que todos têm direito a praticar esportes sem serem discriminados. O Magia atende cerca de 230 praticantes, divididos em vôlei, futebol masculino e feminino, vôlei de competição, handebol e jiu-jitsu.

A seguir, a Deputada Luciana Genro passou a palavra para Andrea da Rocha Mattos, da Polícia Civil, que trabalha no Departamento de Proteção a Grupos Vulneráveis, um novo departamento da Polícia Civil criado formalmente no final de 2018 e que abriu as portas no dia 2 de janeiro des 2019. O departamento engloba as Delegacias da Mulher, da Criança e Adolescente, do Adolescente Infrator, do Idoso e, por enquanto somente no papel, a Delegacia de Combate à Intolerância. Andrea informou que a previsão é de que esta nova delegacia seja efetivamente criada até o final do primeiro semestre de 2020. Esta nova estrutura será preparada para investigar crimes que envolvam intolerâncias de qualquer ordem, como sexual, religiosa e racial. Andrea da Rocha também projetou que, além da Delegacia de Combate à Intolerância, deverá passar a existir uma Delegacia de Pronto Atendimento somente para a população de vulneráveis, que funcione 24 horas por dia, sete dias por semana, para atender grupos vulneráveis.

A seguir, a Deputada Luciana Genro passou a palavra para Célio Golin, do Nuances - Grupo pela Livre Expressão Sexual. Ele afirmou que a questão moral envolvendo sexualidade colocou as pessoas LGBTs num lugar de margem e inferioridade historicamente. “Esse lugar de margem legitima a LGBTfobia, porque essas pessoas são desumanizadas através de estigmas”, refletiu. O ativista também ponderou que o empoderamento da comunidade LGBT se reflete muito mais nas camadas desta população ligadas às classes média e alta, sendo uma visibilidade atrelada ao consumo e ao poder de compra. Célio lembrou que o Nuances organizou a primeira Parada do Orgulho LGBT de Porto Alegre, na Redenção, em 1997. “As Paradas significam romper com esse local de invisibilidade e marginalidade.” Ele também recordou que durante o governo de Olívio Dutra (PT) o movimento LGBT ministrava aulas de formação em direitos humanos aos policiais e cobrou o retorno deste tipo de iniciativa.

Simone Avila, da Secretaria de Saúde de Porto Alegre, falou sobre a criação da área de saúde integral LGBT dentro da pasta, em novembro de 2017. Ela informou que foram capacitados 1.515 profissionais de saúde para um atendimento adequado à população LGBT. A formação abrangeu 119 unidades de atenção primária. Simone explicou que tem sido feito, junto com a Coordenadoria da Vigilância em Saúde, um monitoramento da violência contra a população LGBT. Em 2017 e 2018 houve 123 notificações de violência por motivação LGBTfóbica nos atendimentos em saúde na cidade. “É um número muito baixo, pois quando as pessoas sofrem algum tipo de violência, vão a um pronto atendimento e não a uma unidade de saúde. Elas não querem falar sobre a violência sofrida, pois acreditam que isso chegará até a polícia”, relatou.

Marcelly Malta, presidente da ONG Igualdade - Associação de Travestis e Transexuais do Rio Grande do Sul, recebeu, na noite da audiência pública, antes de seu início, uma Medalha da 55ª Legislatura da Assembleia Legislativa. A honraria foi proposta pela Deputada Luciana Genro em homenagem ao ativismo histórico de Marcelly em defesa da população LGBT. Em sua fala, ela informou aos presentes sobre a articulação nacional que vem fazendo para que o projeto Transcidadania, da prefeitura de São Paulo, seja expandido para todo o país. Com 68 anos de idade, Marcelly recordou que já foi professora na Academia de Polícia para falar sobre respeito à diversidade com os policiais em formação, algo que ocorreu durante o governo de Olívio Dutra. Ela criticou fortemente o desinteresse do governador Eduardo Leite (PSDB) na garantia de direitos à população LGBT. "Até hoje o governador nunca me recebeu, mesmo eu sendo a presidenta do Conselho Estadual LGBT e tendo enviado ofício solicitando uma reunião", cobrou. Ela também denunciou que na penitenciária PECAN 3, em Canoas, 27 travestis apenadas foram obrigadas a usar roupas masculinas.

A seguir, a Deputada Luciana Genro abriu a audiência pública para manifestações do público. Natasha Ferreira cobrou a necessidade de haver uma casa de acolhimento para LGBTs em Porto Alegre.

Atena Beauvoir, que representa a ONG Transgender Europe, afirmou que o Brasil é o país que mais mata LGBTs no mundo, com um índice de assassinatos quatro vezes superior ao do México e dos Estados Unidos, que estão em segundo e terceiro lugares, respectivamente. Ela cobrou um relatório eficaz e completo por parte da Comissão Especial e se colocou à disposição para ajudar em sua construção.

Ana Nolasco, integrante do Coletivo LGBT Comunista, afirmou que a ideologia da classe dominante opera para empurrar a população LGBT para a marginalidade, para os subempregos e para a prostituição. "A luta da população LGBT também é uma luta da classe trabalhadora. É preciso lembrar que não existe travesti dona de multinacional", pontuou. Ela denunciou a violência policial contra manifestantes na última greve geral, quando 50 pessoas foram presas em Porto Alegre, dentre elas uma mulher trans de seu coletivo.

Luciano Vitorino, assessor do vereador Roberto Robaina (PSOL), informou que em 2017 se conseguiu apresentar e aprovar, na Câmara de Porto Alegre, um projeto para destinar R$ 200 mil à implantação de um ambulatório trans em Porto Alegre, mas o prefeito Nelson Marchezan Jr (PSDB) não executou esta política

Mateus, da Secretaria LGBT do PT-RS e assessor do Deputado Federal Marcon (PT), manifestou preocupação com a situação de LGBTs que vivem no interior do Estado, em áreas consideradas mais conservadoras. E sugeriu a realização de eventos por todo o Estado para que se apresente o relatório da Comissão Especial às comunidades.

Caio Klein, da ONG Somos, falou sobre a violência institucional, aquela que ocorre dentro das estruturas do Estado, contra a população LGBT. Ele cobrou que os sistemas informatizados da polícia possam recolher dados sobre violência contra LGBTs. Ele também denunciou que a Brigada Militar não está permitindo que o movimento social ingresse na Cadeia Pública de Porto Alegre para realizar ações junto à população LGBT encarcerada. Por fim, denunciou o descaso do governo do Estado com o Conselho Estadual LGBT e da prefeitura de Porto Alegre com o Conselho Municipal de Direitos Humanos, "que só existe no papel, porque os representantes da prefeitura não comparecem às reuniões e, por conta disso, nunca há quórum para votar absolutamente nada". Ele explicou que a mesma situação ocorre no Conselho Estadual LGBT, em que ainda não houve eleição da nova presidência, mesmo três meses após a instalação do órgão.

Adriane, do grupo Mães Pela Diversidade, afirmou que o maior medo que sente, enquanto mãe de uma pessoa trans, é em relação à alta taxa de mortalidade desta população.

Luiza Eduarda, do cursinho Emancipa, denunciou ter sido desrespeitada em uma blitz da polícia e do Detran em Novo Hamburgo, cidade onde vive. Ela disse que os agentes não respeitaram seu nome social. "É preciso haver um maior treinamento por parte das forças policiais, para que tratem as pessoas trans de forma digna", solicitou.

Samir Oliveira, assessor da Comissão Especial, falou sobre o trabalho desenvolvido pela Comissão, com a visita ao Centro de Cidadania LGBT em São Paulo para conhecer a experiência do projeto Transcidadania. Informou também que a Comissão havia entrado em contato com todas as 497 prefeituras do Rio Grande do Sul para questionar a respeito de políticas públicas para a população LGBT. E explicou que as propostas contidas no relatório só poderão se tornar realidade e sair do papel com muita mobilização do movimento LGBT.

Roselaine Dias cobrou dados de mapeamento de violência contra a população LGBT por parte da Secretaria Estadual de Segurança Pública, afirmando que a pasta possui essas informações. Também informou que existem emendas parlamentares dos

deputados federais Maria do Rosário (PT) e Paulo Pimenta (PT) destinando recursos a organizações do movimento LGBT.

Tainá Nascimento manifestou preocupação com a questão da saúde das mulheres lésbicas. Ela disse que já foi orientada a não fazer exames preventivos por ser lésbica.

Monique Prada, trabalhadora sexual, integrante do Grupo Assessor da Sociedade Civil da ONU Mulheres no Brasil e uma das fundadoras da CUTS - Central Única de Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais, disse que as prostitutas são parte da população LGBT também. Ela ainda manifestou desconforto com a confusão entre termos como "prostituição" e "exploração sexual", frisando a diferença entre estas expressões, ressaltando que o que precisa ser combatido é a exploração sexual e o tráfico de pessoas.

A Capitã Karine, da Adjuntoria de Polícia Comunitária da Brigada Militar, disse que se emocionou com os relatos que foram dados na audiência pública e afirmou se colocar à disposição da Comissão para auxiliar no que for preciso. E garantiu que levará ao Comando da Brigada Militar as denúncias apresentadas na reunião, como questões envolvendo violência policial e o impedimento de acesso à Cadeia Pública de Porto Alegre.

Após as conclusões com o retorno da fala à mesa, a Deputada Luciana Genro agradeceu a todos os presentes e encerrou a audiência pública.

4 VISITAS TÉCNICAS

A Comissão Especial Para Análise da Violência Contra a População LGBT realizou 8 visitas técnicas ao longo dos 120 dias de trabalho. Essas diligências tiveram por objetivo conhecer a realidade da população LGBT em diferentes espaços, a fim de compreender suas necessidades e averiguar possíveis violências. Durante as visitas técnicas, a equipe da Comissão pôde dialogar com gestores públicos, lideranças de movimentos sociais e pessoas LGBTs atendidas por políticas públicas ou acolhidas em projetos assistenciais para verificar a efetividade das iniciativas, as possibilidades de aplicá-las no Rio Grande do Sul, valorizando seus méritos e identificando suas limitações.

Também houve uma preocupação especial, dentro do roteiro de visitas técnicas, com a situação da população LGBT em privação de liberdade. Por isso foram visitadas, com a presença da Deputada Luciana Genro, algumas casas prisionais para que a Comissão pudesse avaliar a situação das pessoas LGBTs encarceradas, a abordagem das direções dos presídios quanto a este tema e a possibilidade de avanços com políticas públicas para esta área.

4.1 Presídio de Charqueadas (PEC)

Data: 22/04/2019

Presentes: Carlos Roberto da Cunha Rodrigues, Diretor da PEC; Deputada Estadual Luciana Genro (PSOL), presidente da Comissão; Deputado Estadual Jeferson Fernandes (PT), integrante da Comissão; Conrado Klöckner, assessor jurídico da Bancada do PSOL na Assembleia Legislativa; Leo Beone, Coordenador Estadual de Diversidade Sexual do Rio Grande do Sul; Gabriela Lorenzet, assessora da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do RS; Marcos Ungaretti, assessor do Juiz Paulo Augusto Oliveira Irion, do 1º Juizado da 1ª Vara de Execução Criminal de Porto Alegre; Samir Oliveira, Tamires Garcia e Taynah Ignacio, da equipe desta Comissão; Caio Klein, Coordenador Jurídico da ONG Somos; Maria Eugênia Bofill, jornalista da ONG Somos; a equipe de assistência social e psicológica do presídio, com três servidoras da PEC.

A Comissão Especial Para Análise da Violência Contra a População LGBT visitou a Penitenciária Estadual de Charqueadas (PEC) no dia 22 de abril de 2019, no turno da manhã. O objetivo da visita técnica era conhecer a galeria A da PEC, especificamente as celas 18 e 19, destinadas a abrigar a população de travestis, transexuais, seus maridos e homens gays e bissexuais.

Cela 18 da Galeria A é uma das celas destinadas à população LGBT apenada na PEC.

As celas 18 e 19 ficam na galeria onde também há apenados por crimes sexuais ou ex-agentes de segurança pública. No momento da visita técnica, havia cerca de 14 pessoas em cada uma das celas, em que 9 eram travestis. O critério para a entrada nas celas é a autodeclaração como pertencente à população LGBT e solicitação para a administração prisional, não sendo necessário nenhum outro procedimento. Segundo o diretor da PEC, nenhuma pessoa LGBT pertence à facção criminosa, porque não são aceitas por esses grupos.

A penitenciária tem capacidade máxima de 360 vagas, enquanto no momento da visita havia 501 apenados. Desde o ano de sua inauguração, em 1983, a PEC já passou por mais de uma interdição, tendo sido a primeira em 2012, quando a taxa de ocupação era de 259,23%. Com a mesma capacidade, os dados do ano de 2017 são de ocupação de 184,22%, numa relação de 619/336 entre lotação e número de vagas. O movimento do Judiciário de interditar as casas prisionais tem por objetivo a redução das taxas de ocupação aos níveis exigidos pela engenharia prisional, o que, no caso de Charqueadas, claramente não aconteceu, já que a quantidade de pessoas presas segue excedendo o limite. (KLÖCKNER, 2018, p. 28)

Durante a visita, o Diretor da PEC explicou que várias casas estão interditadas no Estado e que, nesses locais, as pessoas só são soltas e não presas. Além disso, explicou

que o sistema de progressão de penas está prejudicado, pois há apenados que já têm o direito de progredir de regime e não há vagas no semiaberto.

No que diz respeito às pessoas LGBTs, o Diretor descreveu que a galeria onde estão as duas celas que visitamos é uma "galeria diversa, uma galeria peculiar, porque esse é um espaço mais harmônico dentro do sistema. Não se pode dizer que é bom, nem ideal, mas é o que menos exclui, porque permite o convívio, permite que as pessoas cumpram a pena em convívio com outras pessoas".

Ao longo da conversa com a equipe da penitenciária, a advogada Gabriela Lorenzet explicou que a Coordenadoria LGBT do Rio Grande do Sul desenvolveu projetos na PEC de março a dezembro de 2018, como oficina de capacitação profissional, oficina de direitos e auxílio para a confecção de documentos. As atividades eram realizadas todos os meses, o que "transmitia a ideia de continuidade e cumpriu uma agenda, estabeleceu uma relação de confiança", segundo ela.

Em um segundo momento foi possível dialogar com as pessoas que ocupam as duas celas da galeria A. Inicialmente conversamos com todas juntas, a fim de explicar o objetivo da visita e também ouvir as demandas. Entre as muitas questões colocadas, destacou-se que não estavam recebendo preservativos da enfermaria e a dificuldade de diálogo com a equipe de psicólogas e assistentes sociais. Como parte dessa equipe estava acompanhando a visita técnica, algumas demandas foram colocadas ali mesmo. As apenadas relataram também a falta que fazia a ONG (não identificaram qual) que ia fazer trabalhos sociais no local.

Escola da PEC tem boa estrutura e materiais, mas não realizava aulas no momento da visita por conta da impossibilidade de pagar horas extras aos agentes penitenciários.

Em seguida, a direção da penitenciária permitiu que fossem realizados diálogos individuais, então a equipe da Comissão e os deputados Luciana Genro e Jeferson Fernandes conversaram individualmente com 3 pessoas das celas 18 e 19. As informações que foram passadas indicaram violações das mais distintas:

a) Foi relatado que a escola está sem aulas, devido à falta de profissionais para trabalhar no local e à indisponibilidade, por parte do governo do Estado, de pagar horas extras aos agentes penitenciários para que pudessem fazer a necessária escolta dos professores durante as aulas. Além disso, quando estava em funcionamento, as travestis não podiam frequentar, pois o convívio com os demais apenados gerava atritos;
b) Com relação à saúde sexual: Falta de distribuição de medicamentos para tratamento de HIV; Não realização de exames de HIV;
c) Violência no semiaberto: Os atos vão desde abuso sexual até a utilização de travestis e transexuais para o transporte de drogas e celulares, havendo relatos de fugas do regime semiaberto para terminar de cumprir a pena em regime mais gravoso, considerado pelas travestis mais seguro à sua sobrevivência.

Além disso, entre as pessoas com quem dialogamos, houve indicação de três que gostariam de ser transferidas para outra penitenciária. Considerando esse cenário, foram realizados os seguintes encaminhamentos:

1. Ofício n. 002/2019 da CELGBT ao Diretor da Penitenciária Estadual de Charqueadas, Carlos Roberto da Cunha Rodrigues, a fim de indicar as violações encontradas no local.

A direção da casa prisional respondeu ao ofício (em 17/05/2019) indicando que o atendimento da unidade de saúde estava sendo realizado e que os remédios para tratamento estavam sendo entregues, bem como preservativos. Apontaram também que uma oficina com palestra sobre saúde e dia de beleza fora agendada para o dia 20/05/2019.

2. Ofício n. 003/2019 da CELGBT ao Núcleo de Defesa em Execução Penal (NUDEP) da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul para informar as demandas de cunho estritamente judicial no processo de execução.

3. Ofício n. 004/2019 da CELGBT ao Juiz Paulo Augusto Oliveira Irion, do 1º Juizado da 1ª Vara de Execução Criminal de Porto Alegre, para comunicar sobre demandas judiciais.

4.2 Centro de Cidadania LGBTI Luiz Carlos Ruas

Data: 26/04/2019

Presentes: Eduardo Jorge, Coordenador do Centro de Cidadania LGBTI Luiz Carlos Ruas; Gabriel Galli, representando o mandato da Deputada Federal Fernanda Melchionna (PSOL); e Samir Oliveira, Tamires Garcia e Taynah Ignacio, da equipe técnica desta Comissão.

Equipe técnica da Comissão conheceu experiência de política pública municipal para LGBTs em São Paulo.

A equipe técnica da Comissão visitou o Centro de Cidadania LGBTI Luiz Carlos Ruas, em São Paulo, no dia 26/04/2019. No local, a equipe teve a oportunidade de conversar com uma mulher trans atendida pelo Projeto Reinserção Social Transcidadania há um ano, que quando começou era analfabeta. Ela relatou que antes de participar do Transcidadania trabalhava com prostituição, e que somente agora estava podendo estudar. Mas lamentou que o programa acabaria no ano que vem, pois ela já teria cumprido o prazo máximo de dois anos de participação, de modo que ficaria sem o auxílio financeiro disponibilizado pelo projeto.

O Projeto Transcidadania foi instituído pelo governo de Fernando Haddad (PT), por meio do Decreto n. 55.874, de 29 de janeiro de 2015. O programa é "destinado a promover os direitos humanos, o acesso à cidadania e a qualificação e humanização do atendimento prestado a travestis e transexuais em situação de vulnerabilidade social.", conforme o artigo primeiro da normativa. As pessoas selecionadas para fazer parte do programa recebem um auxílio mensal, que atualmente é de R$ 1.047,90, devendo cumprir uma carga horária diária de 6 seis horas, durante o período de dois anos, em que o objetivo é aprimorar a qualificação da população de travestis e transexuais.

Na época em que foi lançado, a gestão do programa competia à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. Atualmente, o projeto está ligado aos Centros de Cidadania LGBTI da cidade de São Paulo, onde são oferecidos inúmeros serviços, como assistência jurídica, psicológica e social.

São quatro centros de cidadania LGBTI em São Paulo, divididos por regiões - a equipe da Comissão visitou o da região central. A gestão dos centros é feita por movimentos sociais, que concorrem por meio de edital público para convênios de 2 anos. Cada centro recebe o valor de R$1.900.000,00 (um milhão e novecentos mil reais) para todas as demandas durante esses dois anos: locação de espaço, remuneração de equipe, realização de oficinas, entre outras atividades. Cada centro chega a atender 1.100 pessoas por ano.

Existem também as unidades móveis para cada centro, que fazem os primeiros contatos com as pessoas atendidas, divulgando o trabalho, fornecendo orientação e também realizando testagens rápidas de HIV. As vans têm fundo financeiro próprio, com cerca de R$15.000,00 (quinze mil reais) (cada) por mês para o pagamento de motoristas e demais custos. A seleção de quem realizará esse serviço é feita por licitação, mas o trabalho de promoção dos serviços é de quem integra a equipe dos centros de cidadania.

O Centro de Cidadania LGBTI Luiz Carlos Ruas tem uma equipe de 17 pessoas. Mas uma equipe mínima compreende: 1 coordenador, 1 assistente administrativo, 1 assistente de comunicação, 1 assistente operacional, 2 articuladores sociais, 1 recepcionista, 1 advogado, 1 pedagogo, 2 psicólogos e 2 assistentes sociais. Com isso, "a casa tem a ideia de estar a serviço do movimento LGBT", disse o próprio Eduardo. Além dos serviços disponibilizados, a Defensoria Pública de São Paulo realiza atendimentos no local uma vez por semana, bem como coletivos parceiros desenvolvem atividades como cine-debates, seminários e reuniões diversas.

4.3 CASA 1

Data: 26/04/2019

Presentes: Ângelo Castro, da Casa 1; Gabriel Galli, representando o mandato da Deputada Federal Fernanda Melchionna (PSOL); e Samir Oliveira, Tamires Garcia e Taynah Ignacio, da equipe técnica desta Comissão.

Casa 1 acolhe LGBTs expulsos de seus lares por conta do preconceito.

A equipe da Comissão Especial Para Análise da Violência Contra a População LGBT visitou a Casa 1 no dia 26 de abril de 2019, no turno da tarde. Ângelo Castro, integrante da Casa, apresentou os projetos desenvolvidos no local, seu histórico de criação e alguns espaços do Galpão Casa 1.

O espaço está localizado na região central da cidade de São Paulo, tendo sido inaugurado no dia 25 de janeiro de 2017, depois de um mês e meio de arrecadação de fundos por meio de uma plataforma de *crowdfunding*, que totalizou o valor de R$ 112.000,00 (cento e doze mil reais)[4]. Na época, eram oferecidas 8 vagas para moradia na República de Acolhida.

Atualmente, esse local abriga até 20 pessoas, entre 18 e 25 anos, por um período de até 4 meses - que é o tempo que entendem que a pessoa tem para procurar uma outra

[4] ESTADÃO. **Casa para abrigar LGBTs expulsos pela família é inaugurada após 'vaquinha'**. 25 jan. 2017, 03h00min. Disponível em: <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,apos-vaquinha-casa-para-abrigar-lgbts-expulsos-pela-familia-e-inaugurada,70001640471>. Acesso em: 09 jan. 2019.

rede, com fonte de renda e moradia. Para poder ser abrigado na Casa 1 é preciso corresponder ao “perfil da casa”, que é de pessoas sem fonte de renda, que geralmente passaram por situação de violência e sem nenhuma outra rede que poderia buscar para moradia: em torno de 90% das pessoas acolhidas são travestis periféricas.

A Casa funciona com 12 pessoas contratadas e voluntários que atuam em diversas áreas. Dentre os serviços oferecidos, são realizados: a) atendimentos médicos, com clínicos e psiquiatras; b) serviços de acompanhamento psicológico, tanto presencial quanto online. Os atendimentos presenciais são das pessoas que chegam para abrigamento e também com acompanhamento periódico, enquanto na internet é realizada uma triagem por psicólogas, com recomendações para que procurem serviços nas suas cidades; c) no Galpão são oferecidas oficinas gratuitas com temas como empregabilidade, ou de canto, costura, bordado, yoga, lutas (em turmas de até 20 pessoas). Ainda existe a biblioteca, onde qualquer pessoa pode retirar livros, deixando nome e telefone; 2 salas para aulas de inglês e espanhol; cursos pré-Enem.

A Clínica Social conta com 7 psicólogos, que atendem demandas de saúde mental. São realizados plantões de escuta de terça a sábado, em que o acompanhamento regular pode ter um prosseguimento de até 4 atendimentos por pessoa. No período atual, a coordenação da Casa está empenhada em expandir o espaço, criando mais uma área para a Clínica Social ficar em um prédio separado do Centro Cultural, podendo ser melhor estruturada.

Além disso, o Centro Cultural recebe todos os dias cerca de 25 crianças que moram em torno do local, na comunidade. Ao todo, circulam no Galpão cerca de 50 crianças, que vão ao local para brincar e participar de oficinas direcionadas para este público. Cada uma dessas 50 crianças possui uma caixa com brinquedos (imagem abaixo), as “caixas do pertencimento”, onde cada criança coloca seus desenhos e brinquedos e quando retornam têm essa referência, garantindo uma sensação de pertencimento ao espaço.

Crianças da comunidade onde está localizada a Casa 1 também são acolhidas no espaço.

Todos esses espaços são mantidos por meio de doações, priorizando-se aquelas de pessoas físicas e não aceitando de certas empresas e empreiteiras que podem comprometer a atuação da Casa 1. Na última campanha na plataforma de financiamento coletivo online Benfeitoria houve cerca de 100 doadores, num movimento que ultrapassou o valor estipulado para o projeto. Além disso, é possível também ser um doador recorrente - a casa tem 3.300 assinantes que doam valores de até R$95,00 por mês.

4.4 Penitenciária Feminina Madre Pelletier

Data: 27/05/2019

Presentes: Deputada Estadual Luciana Genro (PSOL), Equipe técnica da Comissão (Samir Oliveira, Taynah Ignácio, Izabel Moreira e Tamires Garcia) e direção da Penitenciária.

A visita à Penitenciária Feminina Madre Pelletier foi realizada no dia 27 de maio de 2019, no turno da manhã, com a presença da Deputada Luciana Genro (PSOL) e da equipe técnica da Comissão. No primeiro momento, a Diretora da casa prisional, Maria Clara Oliveira de Matos, organizou um espaço para uma conversa com seis servidoras sobre os atendimentos oferecidos e a estrutura do local: Carolina, assistente social;

Rafaela, psicóloga; Sabrina, psicóloga; Lorena, agente penitenciária; Marília, agente penitenciária; Fabrício, chefe de segurança.

A população carcerária feminina do Rio Grande do Sul atualmente é de 2.486[5] pessoas, mais que o dobro se comparada a 2007, quando totalizava 1.060[6]. Segundo a diretora atual (há 4 anos no cargo), o número de presas na Penitenciária Madre Pelletier no momento da visita era de 278[7], enquanto a capacidade do local é para 239 apenadas.

Com relação ao cumprimento das penas, a Diretora revelou que mais da metade das prisões é provisória - sem condenação definitiva/trânsito em julgado. Além disso, a penitenciária não abriga mulheres envolvidas com facções criminais, de modo que a organização interna das galerias e celas se dá por meio de outras divisões: considerando a natureza do crime cometido, a condição materna, entre outras, totalizando 5 galerias e uma Unidade Materno-Infantil.

Segundo as servidoras da SUSEPE que trabalham na penitenciária, existe um "índice bem grande" (não há um mapeamento exato) de mulheres que se relacionam com outras mulheres na casa prisional, quantia que apontaram como maioria. Além disso, nos informaram que algumas apenadas já chegam *da rua*[8] com a orientação sexual definida como homo ou bissexual, mas que outras também passam a se relacionar com mulheres somente depois do aprisionamento. Existem inclusive as que recebem visita íntima de mulheres.

Na percepção da equipe que trabalha na penitenciária, não existe preconceito entre as mulheres privadas de liberdade em relação à orientação sexual ou identidade de gênero. Ao contrário, as chamadas de "paizinho" ou "Joãozinho" - aquelas com características lidas como masculinizadas - são as mais elogiadas pelo conjunto das presas, porque a maioria tem interesse em se relacionar com elas. A equipe ainda apontou que os principais atritos são relacionados ao ciúme entre as parceiras.

Uma das agentes penitenciárias mais antigas da casa prisional, que conta com 25 anos de trabalho, falou que é normal lidar com questões relacionadas à diversidade sexual:

---

[5] Conforme Mapa Prisional da Superintendência dos Serviços Penitenciários, disponível em: http://www.susepe.rs.gov.br/conteudo.php?cod_menu=29. Acesso em: 29 mai 2019.

[6] CANAZARO, Daniela; ARGIMON, Irani Iracema de Lima. Características, sintomas depressivos e fatores associados em mulheres encarceradas no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 7, p.1323-1333, jul, 2010.

[7] Importa frisar que esse número corresponde ao dia 27/05/19, data da visita. O chefe de segurança, que é responsável pela triagem de todas as mulheres que entram na penitenciária, explicou que o fluxo diário é muito constante, portanto este dado muda com frequência.

[8] A expressão faz alusão às pessoas que não estavam privadas de liberdade e ingressaram no sistema prisional. Manifestações como essa, próprias do campo penitenciário, foram incorporadas ao texto em itálico para permitir uma leitura que diferencie a narração do olhar das pessoas com quem dialogamos.

“É normal. Sempre foi assim. Claro que agora tá melhor. Pra nós é muito natural esse tratamento. Pra nós é simples”, disse, explicando que é valorizado o tratamento digno. Completou comparando o cenário do Madre Pelletier com as dificuldades de prisões masculinas, dizendo que “o presídio feminino é muito diferenciado”.

As psicólogas e assistentes sociais relataram também que há casos de mulheres heterossexuais que se sentem assediadas, já que a maioria das mulheres se relaciona com mulheres. Uma delas identifica que “muitas cedem ao relacionamento por proteção”. O chefe de segurança vê as relações entre mulheres com otimismo, pois “no casal uma conforta a outra”.

Em relação aos acompanhamentos de saúde, foi explicado que é realizada uma triagem no momento que cada pessoa chega na penitenciária. É quando são realizados os primeiros testes de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e atendimentos nas áreas psicológica e jurídica. Quando é detectada alguma IST, é feito um cadastro do nome da pessoa no sistema nacional do SUS para que seja feito um acompanhamento periódico. Ressaltou-se que há muitos casos de sífilis atualmente (não tinham o dado exato no momento da visita).

Chamou a atenção a narrativa de que muitas são as mulheres que passam por transtornos mentais. A assistente social Carolina ressaltou que: “A saúde mental demonstra a seletividade do sistema penal. São dependentes, se prostituem, *fazem a mão* (para o tráfico de drogas) e acabam presas. A maioria não chegou a acessar a política pública de educação e saúde”.

Seguindo o mesmo debate, a psicóloga Rafaela completou: “São pessoas vulneráveis e que estão em conflito com a lei”.

Carolina relatou que houve casos em que as mulheres tiveram acesso aos primeiros direitos na casa prisional, pois eram moradoras de rua, usuárias de drogas e sequer tinham documentação. Ainda, falou de uma apenada que comeu com garfo e faca pela primeira vez quando foi recolhida no Madre Pelletier. São histórias que demonstram a complexidade das vivências no cárcere; confirmando que as pessoas apenadas são aquelas que correspondem à parcela vulnerabilizada da população; e expoem as fraturas civilizatórias do contexto brasileiro.

Quando a visita foi agendada, a Comissão solicitou o diálogo com 5 pessoas apenadas e a gestão da casa oportunizou este momento, permitindo uma conversa conjunta. Toda a recepção foi realizada em uma espécie de capela, mas era um espaço que também era utilizado para reuniões e palestras.

Deputada Luciana Genro e equipe da Comissão dialogaram com apenadas do Madre Pelletier.

Conversamos com 4 mulheres e 1 homem trans, desde aquelas que estavam presas há mais de 20 anos ou há poucos meses. Uma delas relatou que a antiga gestão da casa era muito truculenta e agora é a primeira vez que não são violentadas pelos agentes. Relataram que o discurso era: "Quer ser homem, então vai apanhar que nem homem!". As *machorras*, como se auto-identificam as mulheres lésbicas mais masculinizadas, eram revistadas e apanhavam somente de agentes homens e, por vezes, eram algemadas nas grades ao serem agredidas.

Machorra, no contexto prisional, é o termo utilizado para se referir às mulheres com características lidas como masculinas ou mesmo homens transexuais, quando não há muito acúmulo sobre questões identitárias. Há uma divisão entre as machorras e as mulheres - aquelas vistas como "paizinho" e aquelas cujos hábitos correspondem ao ideal de feminilidade. Conforme as narrativas apresentadas, existe respeito com as machorras que são comprometidas. As raras discriminações podem vir de apenadas com idade mais avançada.

Segundo a perspectiva apresentada sobre as violências da gestão anterior, o maior problema era o chefe de segurança da época, que permitia a perseguição às machorras. Disseram também que esse tipo de tratamento segue sendo realizado na Penitenciária Feminina de Guaíba, para onde são enviadas para cumprir o chamado "castigo". "Guaíba é choque e bala de borracha", disse uma das apenadas.

Ao ouvir estes relatos, que envolvem sérias agressões cometidas por agentes penitenciários no exercício de funções públicas, por motivo baseado em discriminação, a Deputada Luciana Genro (PSOL) imediatamente determinou que deveria ser realizada uma visita técnica na Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba, acrescentando o local ao plano de trabalho da Comissão. A diligência foi agendada e realizada posteriormente (relatos no tópico seguinte).

Com relação aos tratamentos de saúde, uma das apenadas relatou que tem hepatite C e no sistema prisional realiza todos os exames e acompanhamento, diferentemente de quando estava em liberdade. Outra disse ainda que começou o tratamento para o HIV também no cárcere e também não fazia quando não estava presa. A administração prisional parece oferecer condições adequadas na unidade de saúde da penitenciária. Quando o tratamento não é ofertado lá, as apenadas são encaminhadas para uma Unidade Básica de Saúde (UBS) que fica perto do local.

Nesse momento, uma grave informação sobre a realização de exames preventivos de rotina foi revelada: mulheres de características masculinas - e que não se viam como homens transexuais - disseram não aceitar fazer qualquer acompanhamento ginecológico.

Em alguns casos, a permissão ao toque no próprio corpo não era concedida nem mesmo às companheiras das apenadas. Além disso, o homem transexual manifestou interesse em fazer tratamento hormonal e registrar seu nome social. Disse que já tinha solicitado a realização da hormonoterapia, mas ainda estava aguardando.

Com relação à demanda para a realização de tratamento hormonal e registro de nome social, a Comissão enviou, em 6 de junho de 2019, o **Ofício n. 012/2019 – CELGBT**. O documento teve por objetivo recomendar: a) o encaminhamento oficial de retificação de nome civil junto a qualquer cartório; e b) o direcionamento para endocrinologista a fim de dar início à tratamento hormonal.

Recebemos o retorno ao ofício em 15 de julho, para informar que o referido homem trans está sendo acompanhado pela Unidade Básica de Saúde da Penitenciária Madre Pelletier, tendo sido encaminhado para agendamento com endocrinologista. Para a mudança do nome civil, a equipe fez contato com a ONG Somos, que desenvolve o Projeto Passagens e foi orientada pelo Assistente Social e Professor Guilherme Gomes Ferreira. Em função disso, estabeleceu-se contato com a Defensoria Pública da União, na Comissão de Direitos Humanos, para a retificação da documentação para mudança do nome.

4.5 Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba

Data: 06/06/2019

Presentes: Deputada Estadual Luciana Genro (PSOL), Equipe técnica da Comissão (Samir Oliveira, Taynah Ignacio, Tamires Garcia), Ariane Leitão, assessora da Comissão de Segurança e Serviços Públicos da Assembleia Legislativa, Diego Severo, assessor da Bancada do PT na Assembleia Legislativa, Caio Klein, assessor jurídico da ONG Somos.

Deputada Luciana Genro (PSOL) dialogou com as apenadas da Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba.

A Comissão Especial para Análise da Violência Contra a População LGBT visitou no dia 06/06 a Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba. A ação foi coordenada pela Deputada Luciana Genro (PSOL), presidente da Comissão, com o objetivo de dialogar com a direção do presídio e com as apenadas a respeito da situação das mulheres lésbicas, bissexuais e de homens trans detidos no local.

A penitenciária de Guaíba é a maior casa prisional feminina do Rio Grande do Sul, contando, no momento da visita, com 350 detentas e capacidade para receber até 430. Na penitenciária de Guaíba são alocadas as presas consideradas perigosas e também aquelas ligadas às facções criminosas. Também é para Guaíba que são levadas todas as detentas com problemas disciplinares nos demais presídios femininos gaúchos, onde cumprem o chamado “castigo”.

Diferentemente das penitenciárias masculinas, as casas prisionais femininas não adotam uma política de separação da comunidade LGBT apenada. Isso porque, em geral,

não há problemas de preconceito entre as detentas e, na maioria dos casos, muitas acabam tendo sua primeira experiência afetiva e sexual com outra mulher no presídio.

Luciana Genro e a equipe da Comissão LGBT foram recebidos pelo diretor do presídio de Guaíba, Rogério Rosa da Mota, e a equipe de técnicos penitenciários, formada por psicólogos, assistentes sociais e agentes de saúde.

Eles explicaram que os principais problemas envolvendo as apenadas lésbicas dizem respeito às brigas entre casais, comuns em presídios femininos. Outro problema comum observado nas penitenciárias femininas é a dificuldade de acesso à saúde para as detentas lésbicas com um perfil de gênero considerado mais masculino. Estas mulheres, em alguns casos, se recusam a aceitar tratamento ginecológico e a serem examinadas por um profissional.

Em Guaíba, o presídio criou um programa de capacitação das apenadas como agentes comunitárias de saúde. Três detentas de cada galeria são capacitadas pelas profissionais da casa em questões de saúde e, assim, podem atuar como multiplicadoras deste conhecimento junto às demais, incentivando-as a comparecer às consultas.

"Este projeto precisa ser espalhado para os demais presídios femininos. Certamente é uma das recomendações que iremos colocar em nosso relatório final", disse a Deputada Luciana Genro. A parlamentar também conversou com um detento trans que cumpre pena em Guaíba. Ele relatou que não consegue mais ter acesso ao tratamento hormonal na prisão – um direito seu e que foi reivindicado pela Comissão LGBT junto ao presídio.

No diálogo com as detentas em Guaíba, a equipe da Comissão constatou que a maior parte das demandas trazidas por elas diz respeito à situação do cumprimento das penas, informações sobre os processos e auxílio jurídico em geral. As apenadas que dependem da Defensoria Pública encontram muitas dificuldades neste ponto, já que o defensor comparece ao presídio apenas uma vez por semana, atendendo a quatro celas de uma galeria por semana e permanecendo cerca de uma hora na penitenciária.

Após a visita, a Comissão LGBT encaminhou ofícios à direção do presídio e à Defensoria Pública solicitando providências paras os problemas relatados pelas apenadas.

OF. Nº 013/2019 – CELGBT

Encaminhado ao Núcleo de Defesa em Execução Penal (NUDEP)

Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul

Objeto: Solicita encaminhamentos referente ao cumprimento de penas de 9 detentas, apontando casos que já estariam aptos a progressão de regime ou remição de penas.

OF. Nº 014/2019 – CELGBT

Encaminhado ao Juizado Regional da Infância e Juventude de Novo Hamburgo

Poder Judiciário

Objeto: Solicitação de informações a respeito do filho de [redacted], apenada que cumpre pena na Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba há 1 ano e 1 mês, sempre trabalhando. Ela relatou que foi presa no hospital, depois de ter dado à luz na rua. O nome da criança é [redacted] e estava no Lar Padilha, em Taquara, mas agora ele está com uma família substituta. [redacted] gostaria de saber onde e com quem está o filho, pois se preocupa com ele e demanda o direito a informações.

OF. Nº 015/2019 – CELGBT

Ao Sr. Rogério Mota

Diretor da Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba

Objeto: O ofício demanda a direção da penitenciária em uma série de questões que foram relatadas pelas detentas, como a permissão de que o número de itens a ser levado às apenadas em cada visita seja superior a 5, montante permitido atualmente. A direção também foi oficiada no sentido de fornecer os materiais de limpeza utilizados pelas detentas na higienização da casa prisional - serviço feito pelas mulheres encarceradas, com materiais que elas próprias precisam viabilizar. Também foi solicitado que o acesso à biblioteca do presídio seja permitido a todas as detentas, e não apenas às apenadas que estão na galeria onde fica a biblioteca. O ofício ainda requer que seja permitido o acesso do detento [redacted], homem trans, ao tratamento hormonal que ele já vinha realizando antes de ser encarcerado.

Em relação aos relatos das sérias agressões físicas ouvidas na Penitenciária Feminina Madre Pelletier, cumpre dizer que a Penitenciária de Guaíba permitiu o diálogo com a galeria das trabalhadoras, que é um grupo que normalmente tem boas relações com a direção da casa prisional, não tendo relatado nenhuma situação de violência nos termos em que havia sido denunciado no Madre Pelletier. Isso não significa, no entanto, que não

[9] A identidade de todas as pessoas privadas de liberdade com quem a Comissão teve contato foi preservada, a fim de garantir a segurança das informações fornecidas.

ocorra, mas não foi possível obter evidências que possam embasar uma denúncia do cometimento de violência na Penitenciária Feminina de Guaíba.

4.6 Cadeia Pública de Porto Alegre

Data: 17/05/2019

Presentes: Deputada Luciana Genro (PSOL); Juíza Sonáli Zluhan, da Vara de Execuções Criminais; Conrado Klöckner, assessor jurídico da Bancada do PSOL na Assembleia Legislativa; Diego Severo, assessor da Bancada do PT na Assembleia Legislativa; Caio Klein, assessor jurídico da ONG Somos; Equipe técnica da Comissão (Samir Oliveira, Tamires Garcia e Taynah Ignacio); Direção e equipe de assistência social e psicológica da Cadeia Pública.

A Comissão Especial para Análise da Violência Contra a População LGBT realizou uma visita técnica à Cadeia Pública de Porto Alegre, o antigo Presídio Central. A Deputada Estadual Luciana Genro (PSOL), presidente da Comissão, e a Juíza Sonáli Zluhan, da Vara de Execuções Criminais, estiveram presentes.

A Comissão visitou a galeria 3 do pavilhão H da Cadeia Pública, que é destinada a presos que são LGBTs. No caso, a apenadas transexuais ou a homens gays e bissexuais. E também conversou individualmente com os presos.

"As pessoas LGBTs em privação de liberdade acabam sofrendo duplamente as consequências de um sistema penitenciário em colapso e dominado por facções, sendo também vítimas de preconceito e até mesmo de estupros dentro dos presídios. Por isso é importante que as penitenciárias adotem políticas específicas para essa comunidade, como a criação de alas e celas exclusivas", disse Luciana Genro.

Ao longo da visita, constatou-se que a situação na galeria 3 destoava do contexto de superlotação do presídio. O local contava com 14 apenados, sendo 13 homens gays e uma mulher trans, havendo praticamente uma cela para cada detento. Os critérios para cumprimento de pena na galeria 3 do pavilhão H correspondem à auto-identificação do apenado ou da apenada enquanto integrante da população LGBT, sem necessidade de preenchimento de nenhum documento formal. Após informar sua orientação sexual ou identidade de gênero, o detento é entrevistado pelo líder da galeria, que permite ou não seu ingresso. Outro critério estipulado pela direção da Cadeia Pública é o não-pertencimento a nenhuma facção criminosa.

Diante destes requisitos, torna-se necessário destacar que a galeria 3 do pavilhão H não contém toda a população de homens gays que cumprem pena na Cadeia Pública. Muitos acabam optando por permanecer em outras galerias, com receio de declararem publicamente sua orientação sexual, em geral porque suas famílias sequer sabem que são gays - o que passaria a se tornar "público" a partir do momento em que eles fossem cumprir pena na galeria 3.

A Comissão dialogou coletivamente com os detentos e, em seguida, individualmente com três deles. As maiores violações aos direitos humanos ocorreram nas situações relatadas por [redacted], a única detenta transexual que cumpria pena no local no momento da visita. Ela relatou que não podia usar roupas femininas na Cadeia Pública e que também não podia prosseguir com o tratamento de hormonioterapia. Logo ao ser detida, [redacted] informou à Comissão que passou muitos meses "fingindo" ser homem para não ser agredida, já que ingressou no sistema prisional antes da criação da galeria específica para LGBTs. "Eu não abria a boca, fiquei muito tempo sem falar uma palavra, porque tinha medo que descobrissem", contou.

O detento [redacted] relatou à Comissão que estava sem acesso à medicação psiquiátrica que necessita tomar.

Diante destas situações, a Comissão encaminhou os seguintes ofícios:

OF. Nº 008/2019 – CELGBT

Encaminhado ao Sr. Tenente Coronel Magno

Diretor da Cadeia Pública de Porto Alegre

Objeto: O presente ofício foi encaminhado para comunicar à direção da Cadeia Pública de Porto Alegre a respeito de violações a direitos de apenados LGBTs verificadas após a visita técnica da Comissão. Foi solicitado à direção a devida informação aos apenados dos resultados de seus exames para detecção de ISTs e o fornecimento dos devidos medicamentos psiquiátricos a [redacted], réu primário preso há 4 meses. Também foi requerida a disponibilidade de tratamento hormonal à detenta [redacted], que fazia tratamento hormonal antes de estar privada de liberdade. De igual maneira, a mesma apenada já solicitou inúmeras vezes a retificação de seu nome social, para constar o nome [redacted] em seus documentos, o que exigiria movimentação oficial junto a qualquer cartório, mas não obteve resposta da casa prisional. Além disso, [redacted] é proibida pela administração de usar roupas femininas, nem mesmo íntimas, o que viola integralmente sua identidade de gênero. Pode utilizar trajes femininos somente no

convívio dentro da Galeria H, o que faz com quem tenha que circular na casa prisional com roupas masculinas. O ofício ainda solicita a adequada distribuição de preservativos.

Resposta: Em ofício à Comissão, o Diretor do presídio informou que: a) Os exames de ISTs são informados aos presos apenas quando os resultados são positivos, ou seja, acusando a detecção de alguma infecção; b) O detento [redacted] tem realizado tratamento com médico psiquiatra e tomado as devidas medicações; c) a detenta Larissa pode receber os medicamentos necessários à hormonioterapia, desde que sua família os forneça e garanta consulta com médico particular, ou ela pode ser remetida ao tratamento no PROTIG do Hospital de Clínicas; d) A detenta [redacted] pode solicitar a retificação de seu registro civil, desde que apresente sua certidão de nascimento ao setor responsável por este encaminhamento na Cadeia Pública; e) É impossibilitado o uso de roupas femininas pela detenta [redacted] ou por qualquer outra detenta trans nos espaços de convivência comum do presídio, sob a justificativa de que isso "afronta perigosamente questões de segurança por causar comoção no restante da massa carcerária"; f) Os preservativos são distribuídos na galeria em lotes de 144 por mês, mas caso seja necessário os apenados podem solicitar mais.

OF. Nº 009/2019 – CELGBT

Encaminhado ao Núcleo de Defesa em Execução Penal (NUDEP)

Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul

Objeto: Foi informada à Defensoria Pública, para fins de fiscalização e auxílio dos apenados, todos os casos envolvendo o ofício 008/2019.

OF. Nº 010/2019 – CELGBT

Encaminhado à Sra. Juíza Sonáli da Cruz Zluhan

2º Juizado da 1ª Vara de Execução Criminal de Porto Alegre

Objeto: Foi informado à Juíza Sonáli da Cruz Zluhan, para fins de fiscalização e auxílio dos apenados, todos os casos envolvendo o ofício 008/2019.

4.7 Fonte Colombo

Data: 10/07/2019

Presentes: Equipe técnica da Comissão (Taynah Ignacio, Tamires Garcia, Samir Oliveira) e Cristiane Saraiva Marins, funcionária da ONG.

Equipe da Comissão conhece Fonte Colombo e população assistida pela ONG.

A equipe técnica da Comissão Especial Para Análise da Violência Contra a População LGBT visitou a ONG Fonte Colombo no dia 10 de julho de 2019, em Porto Alegre. A entidade, que trabalha na assistência e acolhimento a pessoas que vivem com HIV, fica localizada em um casarão do bairro Floresta e foi fundada em 30 de novembro de 1999 pelos freis capuchinhos - congregação religiosa que até hoje coordena as atividades da ONG.

Durante a visita, a equipe da Comissão foi recebida pela funcionária Cristiane Saraiva Marins, uma das 3 trabalhadoras remuneradas da ONG, que conta ainda com 4 frades capuchinhos como coordenadores e um time de 47 voluntários. A Fonte Colombo atende todas as tardes cerca de 60 pessoas em situação de vulnerabilidade social que vivem com HIV e seus acompanhantes. A entidade oferece alimentação, consulta médica e com profissionais de enfermagem, auxílio psicológico e serviços de bem estar como corte de cabelo e massagem terapêutica. A ONG também oferece assistência a mulheres grávidas e seus filhos - que tenham ou não contraído HIV -, além de auxiliar as pessoas que já desenvolveram um quadro de Aids a solicitar o passe livre municipal.

Cristiane explicou que o público atendido pela Fonte Colombo não é exclusivamente LGBT, embora haja grande presença desta população, majoritariamente de homens gays. A Comissão foi convidada a visitar a ONG através da iniciativa de Marlowa Truss, mulher trans que vive com HIV e é atendida pela organização.

Ao longo da visita, além de explicar o trabalho da ONG e mostrar os espaços de atendimento, Cristiane também possibilitou uma conversa da equipe da Comissão com as pessoas que estavam sendo acolhidas naquela tarde. Foi possível verificar, através de demandas por emprego, moradia e assistência social, que o público atendido pela Fonte Colombo é formado por pessoas em situação de extrema vulnerabilidade social, quando não de miséria absoluta.

A ONG Fonte Colombo não se limita a um trabalho - importante e necessário - de assistência social a quem mais precisa, mas também realiza uma luta política em defesa dos direitos da população que vive com HIV. A entidade compõe o Fórum de ONGs Aids do Rio Grande do Sul e a Pastoral da Aids, atuando nestes movimentos buscando incidir sobre políticas públicas e gestores.

4.8 Caxias do Sul

Data: 16/07/2019

Participantes: Equipe técnica da Comissão (Samir Oliveira, Taynah Ignacio, Tamires Garcia); Maicon Moreira, da ONG Identidade LGBT; Denise Pessôa (PT), Vereadora de Caxias do Sul; Cleonice Araújo, coordenadora do Centro de Referência LGBT da Serra Gaúcha e da ONG Construindo Igualdade; Natalia Polesso, escritora; Raquel Rota, coordenadora da Comissão Especial de Diversidade Sexual e Gênero da OAB de Caxias do Sul; Ana Carolina da Silveira, secretária da Comissão Especial de Diversidade Sexual e Gênero da OAB de Caxias do Sul; Márcio Ramos, do Coletivo Artístico DramaQueer; Gabriel Godoy, da assessesoria da Vereadora Denise Pessôa (PT); Rudson da Luz, professor; Robson Ussinger, ativista LGBT; Samantha Rodrigues, do coletivo LGBT Caxias; Sara Lima de Quadros, ativista LGBT; Andressa Cortellini, da organização da Parada Livre de Caxias; Sandro Silva, da organização da Parada Livre de Caxias; Jair Zauza, organização da Parada Livre de Caxias; Jeferson Kessler, da ONG Identidade LGBT e da organização da Parada Livre de Caxias; Felipe Zardin, da ONG Identidade LGBT; Douglas Monegat, da ONG Identidade LGBT;

A equipe da Comissão Especial Para Análise da Violência Contra a População LGBT visitou a cidade de Caxias do Sul no dia 16 de julho de 2019, onde realizou duas reuniões com grupos de ativistas e coletivos do município - o segundo maior do Rio Grande do Sul.

A primeira reunião ocorreu na sede do Centro de Referência LGBT da Serra Gaúcha, coordenado pela militante transexual Cleonice Araújo, que também dirige a ONG Construindo Igualdade, fundada em 25 de novembro de 2003. O Centro de Referência foi inaugurado em 19 de julho de 2018 e viabilizado através de emenda parlamentar do então deputado federal Pepe Vargas (PT). De acordo com sua coordenadora, a entidade tem o objetivo de "prestar atendimento jurídico, assistencial e psicológico à população LGBT e às pessoas vivendo com HIV".

O relatório de atividades do Centro de Referência demonstra que, de agosto de 2018 a maio de 2019 foram realizados 200 atendimentos jurídicos com advogado vinculado ao Centro, 60 atendimentos com assistente social e 38 atendimentos com profissionais da psicologia. Além disso, o Centro de Referência promoveu um cursinho gratuito preparatório para redação do ENEM voltado à população LGBT e planeja, no próximo período, oferecer formação em cabeleireira para travestis e transexuais, em parceria com salões de beleza da cidade.

Ao longo da conversa no Centro de Referência, foi comentado a respeito da necessidade de se criar uma casa de acolhimento e passagem para LGBTs em situação de vulnerabilidade social em Caxias do Sul e na região. Cleonice relatou que muitas pessoas procuram o local porque não têm onde passar a noite, mas o Centro de Referência não possui esse tipo de estrutura. Também foi referido que um menino LGBT chegou a dormir uma noite em uma praça de Caxias do Sul por não ter para onde ir.

A coordenadora do Centro de Referência também criticou a Secretaria Municipal de Saúde de Caxias pois, segundo ela, a pasta se recusa a dar andamento a um projeto, já pronto, de criação de um ambulatório trans na cidade.

A escritora Natália Polesso e o artista Marcio Ramos falaram sobre as tentativas de censura à livre manifestação artística e cultural em Caxias. Em novembro de 2018, a prefeitura proibiu visitas escolares a uma exposição na Câmara Municipal da cidade. Tratava-se da exposição "Santificados", do artista caxiense Rafael Dambros, com 20 trabalhos que utilizavam a nudez para promover uma releitura de santos da Igreja Católica. À época, o artista criticou a posição da prefeitura, dizendo que: "É um discurso moralista. A exposição é resultado de uma pesquisa de três anos junto a referências de imagens e textos bíblicos**.** Selecionei alguns da iconografia católica, como São Francisco, São Roque e Santa Verônica, fazendo uma releitura mais contemporânea desses ícones. A nudez não é sexual, muito menos de corpo, é uma nudez da verdade**.** Quando trabalhamos com imagem**,** utilizamos signos que remetem a essa interpretação".

Natália Palesso, escritora lésbica e ex-patrona da Feira do Livro de Caxias do Sul, também relatou ter sofrido perseguição, ataques e ameaças por conta dos artigos que costumava publicar no jornal Pioneiro. Ela acabou decidindo abandonar a coluna no jornal - o mais lido da cidade - após a onda de ameaças.

Reunião realizada com militantes no Centro de Referência LGBT da Serra Gaúcha.

A equipe da Comissão também dialogou com um conjunto de ativistas da ONG Identidade LGBT e da organização da Parada Livre de Caxias do Sul em um café no Centro da cidade, onde também estava presente a vereadora Denise Pessôa (PT). O principal assunto abordado foi a perseguição da prefeitura contra a Parada Livre, que pelo segundo ano consecutivo está sendo impedida de ocorrer nos locais históricos em que sempre acontece: as praças do Centro de Caxias.

A perseguição teve início no ano passado, quando pela primeira vez uma gestão municipal em Caxias impediu que as praças do Centro fossem liberadas para realização da Parada Livre. Neste ano, a prefeitura já anunciou que a impossibilidade seguirá vigorando. A alternativa encontrada pela organização da Parada ano passado foi alugar um espaço em um estacionamento privado, mais afastado da região central, demandando inclusive gastos excessivos por conta das políticas restritivas do prefeito.

Neste ano, a organização da Parada Livre de Caxias segue mobilizada pelo direito, assegurado pela Constituição Federal, de realizar este evento público, festivo e de luta em defesa da diversidade em praça pública.

Reunião realizada com ativistas da ONG Identidade LGBT e da organização da Parada Livre de Caxias do Sul

Durante a reunião também foi comentado a respeito da dominação violenta que a rede de cafetinagem exerce em Caxias do Sul sobre as travestis e transexuais que são profissionais do sexo, inclusive com casos recentes envolvendo mortes e crimes violentos neste meio. Ativistas que possuem contato com essa população relatam a cobrança de taxas abusivas e ameaças violentas.

5 POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A POPULAÇÃO LGBT: UMA ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL

Desde o início da apresentação do plano de trabalho, esta Comissão elaborou suas atividades a partir da compreensão de violência como um fenômeno multidimensional e estrutural, que atinge a população LGBT de diversas maneiras. Essencialmente, a análise de dados coletados baseou-se nos eixos de Segurança Pública, Educação e Saúde como setores fundamentais para pensar o cenário das políticas públicas para LGBTs nos dias atuais.

A violência contra a população LGBT, no modo como foi descrita em audiências públicas, retratada nos contextos de visitas técnicas, bem como de acordo com dados de pesquisas, se manifesta por meio da produção de valores morais, culturais e condicionantes materiais, que resulta na ausência de políticas de segurança pública e de justiça. Nesse contexto, a falta de políticas públicas específicas e prioritárias para a população LGBT e a falta de perspectiva de investigação e análise de suas mortes também contribuem para a manutenção da discriminação e das violações perpetradas contra este público. (PEIXOTO, 2019)

Dessa forma, se retroalimenta um projeto de sociedade com símbolos conservadores que podem excluir pessoas que se identificam com a diversidade sexual e de identidade de gênero. Entre alguns elementos que integram a estrutura que edificam esse sistema, pode-se falar de espaços de exploração, dominação, inferiorização e opressão de gênero e sexualidade, que envolvem situações discriminatórias no ambiente de trabalho, no contexto escolar, no seio familiar, por exemplo. Ainda, tratam-se de mecanismos de desigualdades sociais e culturais, em que as normas dominantes se refletem em diversos aparelhos da sociedade, sejam instituições públicas ou privadas. (PEIXOTO, 2019)

Compreende-se, portanto, que as condutas violentas contra a população LGBT, sejam de natureza física ou psicológica, em âmbito público ou privado, integram uma estrutura social e cultural responsável pela manutenção das normas de gênero e sexualidade dominantes. Trata-se de uma disposição social que permite a reprodução da ideia da ordem heteronormativa e, por meio dela, uma hierarquização das sexualidades, em que a heterossexualidade opera como uma régua para medir toda manifestação de sexualidade. O mesmo pode-se dizer em relação à identidade de gênero, em que as normas

de gênero criam hierarquizações que resultam em desigualdades em relação às manifestações divergentes daquelas naturalizadas. (GARCIA, 2019)

A partir destas construções, é possível visualizar as formas de violências contra a população LGBT como inúmeras manifestações de discriminação e preconceito, materializadas em condutas que ferem a integridade física e psicológica de sujeitos LGBTs, quando não são letais. Além disso, podem ser também o processo de manutenção de aparelhos de propagação de violência, por meio de instrumentos legítimos de manutenção (ou não) da vida em sociedade. (GARCIA, 2019)

Considerando que as violências podem manifestar-se de diversas formas, em diferentes contextos, as análises referentes a políticas públicas não se restringiram aos aspectos que dizem respeito à segurança pública. Compreende-se, nesta construção, que as violências se apresentam de forma transversal, atravessando cenários que passam por mais de uma área da gestão pública, o que indica a necessidade de trabalhar os reflexos das violações à população LGBT com um olhar voltado para mais de um setor, que neste relatório abordamos a partir de segurança pública, saúde e educação.

5.1 SEGURANÇA PÚBLICA: POLÍTICAS PÚBLICAS, VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL E OMISSÕES DO ESTADO

No que diz respeito às políticas direcionadas à segurança pública, a Comissão dialogou majoritariamente com servidores da Polícia Civil do Rio Grande do Sul e com algumas instituições penitenciárias de cidades do Estado. Além disso, também reuniu com movimentos sociais para incluir suas demandas neste relatório. Foram movimentos distintos e que tiveram por objetivo conhecer políticas criminais por meio de diferentes abordagens: seja de acolhimento, prevenção e composição de conflitos da polícia judiciária; seja pelos instrumentos de responsabilização penal pelo cometimento de delitos; seja pelo viés das próprias populações atingidas como vítimas destas violências e os grupos organizados que desenvolvem ações em apoio a estas pessoas.

Para compreender a forma de trabalho, é preciso considerar que a segurança pública é prevista como dever do Estado e responsabilidade de todos, de acordo com o artigo 144 da Constituição Federal. É um instituto que cuida “menos de um conceito teórico e mais de um campo empírico e organizacional que estrutura instituições e relações sociais em torno da forma como o Estado administra ordem e conflitos sociais”

(LIMA; COSTA, 2014, p. 482). No âmbito de atuação das entidades federativas, conta com os órgãos das polícias civis, polícias militares e corpos de bombeiros militares.

A Comissão Especial para Análise da Violência Contra a População LGBT procurou também estabelecer diálogo com a Polícia Militar do RS, a Brigada Militar, que enviou representantes à maioria das audiências públicas, em que pese não haja uma política específica para questões de diversidade sexual e identidade de gênero. Nas audiências de São Leopoldo, Santa Maria e Porto Alegre, os representantes da Brigada apresentaram-se à disposição para pensar formas de garantia dos direitos da população LGBT.

No âmbito das audiências públicas, cabe mencionar a fala do Secretário Municipal de Segurança Pública e Defesa Comunitária de São Leopoldo, Carlos Sant'ana, que reconheceu que a subnotificação dos casos de violência inviabiliza um mapeamento eficaz e informou que um levantamento sobre índices de violência e criminalidade aponta a existência de 16 casos de violência contra a população LGBT em 2018 e 8 casos de violência autoprovocada contra esta população, que foram atendidos na rede de saúde do município.

Também foi importante o relato de Diego Menezes, Chefe de Unidade da Diretoria de Política de Prevenção à Violência da Secretaria Municipal de Segurança Pública, que apresentou também uma crítica em relação à forma como são organizados os dados do Sistema Consultas Integradas - uma plataforma utilizada pelas Polícias, Ministério Público e Judiciário que fornece dados sobre situações conflitivas registradas pela Polícia Civil. Apresentou a dificuldade para quem trabalha com estatísticas criminais em função do modelo do sistema não permitir a pesquisa correta de crimes de ódio, o que inviabiliza a análise desses dados para a criação de políticas públicas.

4.1.1. Polícia Civil

A Polícia Civil foi o único órgão que esteve presente em todas as audiências realizadas, bem como aceitou dialogar com a Presidente da Comissão, Deputada Luciana Genro (PSOL), na época da articulação da votação do projeto para a criação da comissão. A principal política criminal apresentada foi a criação de um novo órgão na polícia, o Departamento Estadual de Proteção a Grupos Vulneráveis (DPGV), que está substituindo o antigo DECA (Delegacia Especializada da Criança e do Adolescente) na estrutura organizacional.

A modificação foi estabelecida pela Lei n. 15.120, de 11 de janeiro de 2018, que alterou a Lei n. 10.994, de 18 de agosto de 1997 - ambas normativas estaduais -, que estabelece a organização básica da Polícia Civil. A mudança foi no artigo 9º, inciso V, que expõe os órgãos de execução especializada, vinculados ao Chefe de Polícia:

> V - órgãos de execução especializada, vinculadas ao Chefe de Polícia:
> a) Departamento Estadual de Polícia Judiciária de Trânsito - DPTRAN;
> b) Departamento Estadual de Investigações do Narcotráfico - DENARC;
> c) Departamento Estadual de Investigações Criminais - DEIC;
> d) Departamento Estadual da Criança e do Adolescente - DECA;

Com a medida, a alínea d) fica da seguinte forma: "d) Departamento Estadual de Proteção a Grupos Vulneráveis - DPGV;". A nova lei ainda dispõe sobre as atividades designadas ao novo departamento, no artigo 18, inciso IV:

> Art. 18
> [...]
> IV - ao Departamento Estadual de Proteção a Grupos Vulneráveis - DPGV - compete coordenar, fiscalizar e executar as atividades de polícia judiciária e de investigação criminal relacionadas:
>
> a) aos atos infracionais em que o adolescente figure como infrator e às infrações penais em que a criança e o adolescente figurem como vítimas em razão dessa condição;
> b) às infrações penais em que a mulher e o idoso figurem como vítimas em razão dessa condição; e
> c) às infrações penais resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional ou orientação sexual;

A efetivação desta modificação na estrutura da Polícia Civil está se dando gradualmente. Ou seja, a lei é de janeiro de 2018 e ainda não foi implantada nenhuma delegacia de atendimento. De acordo com a fala da Delegada Andrea da Rocha Mattos, da Polícia Civil, o setor administrativo do departamento está funcionando no Palácio da Polícia, em Porto Alegre, e tem previsão de implantação de delegacia até o final do primeiro semestre de 2020. Além disso, disse que existe a ideia da criação de uma delegacia 24h de atendimento a grupos vulneráveis.

A criação de um espaço de acolhimento com estas características é importante especialmente porque a população LGBT não encontra locais onde é possível realizar com segurança o registro de qualquer violência sofrida. Um retrato disso foi o caso ocorrido na cidade de Canoas, apresentado pela militante transexual Natasha Ferreira, em que duas mulheres transexuais foram ameaçadas por policiais militares e precisaram fazer o registro da violência em São Leopoldo, pois não puderam fazer isso na sua cidade.

Natasha Ferreira na Audiência Pública de Canoas, realizada em 29/04/2019.

5.1.2. Sistema prisional: marcadores sociais da diferença no cárcere

A preocupação em observar o contexto do sistema prisional foi inserida como eixo de análise porque desde 2012 diferentes casas prisionais masculinas brasileiras têm inaugurado espaços específicos para LGBTs presos, como resposta às situações de violência experimentadas por essa população, algo que vem sendo tratado como uma "política penitenciária" de humanização do tratamento penal. Com o advento da Resolução Conjunta n. 1 de 2014 (CNCD-LGBT/CNPCP), galerias ou alas específicas para essa população passam a ser algo recomendado pelo governo federal, ratificado em diretrizes ainda em construção como aquelas encontradas no documento "Postulados e Princípios para a Política Nacional de Diversidades no Sistema Penal" do Departamento Penitenciário Nacional. (FERREIRA; KLEIN; GOULART, 2019)

Com relação aos dados quantitativos da população LGBT privada de liberdade, é preciso considerar o primeiro Mapa do Encarceramento LGBTI+ no Brasil, resultante do trabalho da ONG Somos, de Porto Alegre. A entidade desenvolveu, entre 2018 e 2019, o Projeto Passagens - Rede de Apoio a LGBTs nas prisões, contando com o financiamento do Fundo Brasil de Direitos Humanos.

Os dados dessa pesquisa foram apresentados pelos representantes do Somos, Caio Klein, Guilherme Gomes Ferreira e Vincent Goulart durante o Seminário Internacional Pessoas LGBTI+ em privação de liberdade, ocorrido no Rio de Janeiro, em julho de 2019.

Em razão da parceria estabelecida entre esta Comissão e a ONG, a integrante da equipe técnica Tamires de Oliveira Garcia esteve presente no referido evento apresentando algumas atividades realizadas pela Comissão enquanto projeto político de âmbito estadual no Rio Grande do Sul[10].

Mesa "Um olhar sobre a situação da população LGBTI nas prisões brasileiras", no dia 02/07/2019, às 10h30min - Galpão Bela Maré/RJ.

De acordo com o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) de 2017, em torno de 100 unidades prisionais possuem cela ou galeria específica para a população LGBT. O número de pessoas privadas de liberdade que se declararam LGBT no Brasil é de 1.730, mas o mapeamento do grupo Somos indica que esse dado não corresponde à realidade.

Durante o trabalho, o grupo enviou questionários para todas as instituições penitenciárias do país (1.329), tendo um retorno de apenas 5%. Fizeram visitas em 13 casas e 1 fundação de serviço socioeducativo, atingindo cerca de 572 LGBTs. De acordo com informação parcialmente levantada pela Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo, estima-se que existam mais de 5 mil presos LGBT somente nesse estado, podendo-se concluir que os dados oficiais do DEPEN estão defasados.

[10] A ida para o evento no Rio Janeiro não teve nenhum custo para a Comissão Especial da Assembleia Legislativa.

De acordo com as conversas da Comissão com as equipes das instituições penitenciárias visitadas, não é realizado nenhum levantamento do número de pessoas privadas de liberdade que integram a população LGBT. Consultando os dados formais específicos das casas prisionais do Rio Grande do Sul também não é possível encontrar essa informação.

Ainda com relação aos resultados do Projeto Passagens (SOMOS, 2019), os dados indicam que o encarceramento da população LGBT é produzido fundamentalmente por crimes cometidos no decorrer da prostituição e do tráfico de drogas. O dado dialoga com as informações coletadas por essa Comissão em visita à Penitenciária Feminina Madre Pelletier, em que a assistente social Carolina ressaltou que as mulheres apenadas na instituição são, em grande medida, dependentes químicas, "se prostituem, faz[em] a mão [para o tráfico de drogas] e acaba[m] presa[s]", considerando que "a maioria não chegou a acessar a política pública de educação e saúde" antes de ingressar no sistema prisional.

De acordo com o levantamento do grupo Somos, considerando proporcionalmente o número de pessoas LGBTs privadas de liberdade, é possível concluir que esse segmento populacional passa por **maior seletividade penal.** Apontam também que entre as informações das instituições respondentes do levantamento online, há predominância de pessoas negras e com baixa escolarização. Outra vez os dados dialogam com o cenário encontrado pela Comissão nas visitas técnicas: também na Penitenciária Feminina Madre Pelletier a psicóloga Rafaela explicou que as apenadas "são pessoas vulneráveis e que estão em conflito com a lei".

Reunião realizada com os militantes Caio Klein e Guilherme Gomes Ferreira, coordenadores do Projeto Passagens - Rede de Apoio a LGBTs nas prisões, em 21/07/19.

Um dos principais problemas com o qual a Comissão se deparou no sistema prisional diz respeito a questões que envolvem a saúde da população LGBT apenada. Com relação à precariedade dos tratamentos para **HIV/Aids e outras ISTs**, é preciso considerar que a vigilância, prevenção e controle de infecções sexualmente transmissíveis e vírus caracterizados como epidemia é dever do Estado. É o que se pode compreender do artigo 4º da Lei de Execução Penal:

> Art. 14. A assistência à saúde do preso e do internado de caráter preventivo e curativo, compreenderá atendimento médico, farmacêutico e odontológico.
> § 2º Quando o estabelecimento penal não estiver aparelhado para prover a assistência médica necessária, esta será prestada em outro local, mediante autorização da direção do estabelecimento.

Demandas por comunicação de resultados de exames e tratamento adequado foram comunicados por travestis e transexuais no Presídio de Charqueadas (PEC), por exemplo. Tendo em conta que as pessoas, quando em privação de liberdade, não têm total autonomia para o exercício de direitos e estão sob responsabilidade estatal, é preciso que estes serviços sejam ofertados pelo sistema prisional, de modo a não propiciar ambiente que possibilite a propagação de vírus e infecções.

Além disso, na Cadeia Pública de Porto Alegre houve relatos de não atendimento psiquiátrico e não fornecimento de medicação para pessoas que necessitavam desses acompanhamentos. Importa mencionar que referente a esta violação, foi encaminhado ofício à casa prisional, que respondeu (com documento datado de 27/06/19) comunicando que houve consulta com médico psiquiatra em 25/06/19 para o apenado, com outra agendada para 24/07/19. O ofício da Comissão foi encaminhado em 04/06/19 e logo depois a instituição prisional respondeu informando que deu encaminhamento ao caso, o que demonstra que a fiscalização por parte do poder público, representado pela Comissão, é necessária para que esta e outras violações não sejam cometidas, ou cessem diante do aviso da ilegalidade.

A hormonioterapia trans também foi reivindicada mais de uma vez, na Cadeia Pública de Porto Alegre e na Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba, e em ambos os casos foram encaminhados ofícios às instituições prisionais comunicando a demanda. A casa prisional respondeu indicando as providências que foram tomadas para que a mulher transexual fosse contemplada pela hormonioterapia:

> Acerca do uso de hormônios por parte da presa Larissa Moraes, cabe registrar que foi autorizado por esta Casa, havendo aquiescência da VEC com jurisdição

> sobre este estabelecimento, o atendimento por médico particular no ambulatório local, bem como recebimento de medicamento trazido pelos familiares de Larissa, mediante prescrição médica, em razão de possuir, a família, recurso para atendimento do pleito, uma vez que, não havendo recursos suficientes para aquisição de todos os medicamentos solicitados pelos cerca de 4500 presos ora abrigados nesta CPPA, tem-se priorizado a aquisição daqueles que se destinam a prevenir ou curar doenças. (Of 408/Sec-CPPA/2019, em anexo)

Outra vez é possível perceber que a fiscalização por parte do poder público pode gerar modificações nos posicionamentos adotados pelas instituições do Estado. A Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba, entretanto, não respondeu ao ofício encaminhado pela Comissão.

Além disso, ressalta-se um importante projeto que é desenvolvido na Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba: o Projeto Educação em Saúde Transversal. O projeto é realizado desde 2017 e tem por objetivo capacitar as mulheres em privação de liberdade para a promoção de informações relacionadas à saúde. Existem 3 promotoras em saúde em cada galeria e, entre as atividades, incluem-se a organização de quem vai tomar o contraceptivo injetável trimestral, todas as semanas, bem como a divulgação da importância da realização dos exames de rotina preventivos para ISTs.

Também foram ouvidos relatos de violências sofridas por apenadas transexuais que cumpriam penas no Presídio de Charqueadas (PEC), como atos de abuso sexual e a utilização de travestis e transexuais para o transporte de drogas e celulares por parte de grupos criminais organizados no **regime semiaberto**. Uma das travestis que conversou com a equipe disse inclusive que fugiu do regime semiaberto para terminar de cumprir a pena em regime fechado, que é mais gravoso na execução penal, porque neste espaço há celas específicas para a população LGBT, o que garante maior segurança para evitar essas violações.

Neste ponto, importa destacar dados informados na reunião da Comissão com Charles Bordin, que trabalha no Setor de Reintegração Social da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, realizada em 27/04/19. O servidor explicou que lá existem celas e espaços específicos para pessoas LGBT <u>também no regime semiaberto</u>. Trata-se de política penitenciária que deve ser implementada em respeito à da Resolução Conjunta n. 1, de 15 de abril de 2014, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, tendo por objetivo garantir maior segurança para as pessoas apenadas, já que não são acolhidas por grupos criminais nas casas prisionais:

> Art. 3º - Às travestis e aos gays privados de liberdade em unidades prisionais masculinas, considerando a sua segurança e especial vulnerabilidade, deverão ser oferecidos espaços de vivência específicos.

Há que se mencionar que a literatura indica que a criação de alas e galerias específicas para a população LGBT privada de liberdade tem por objetivo tutelar a integridade física das pessoas encarceradas. Considerando a violência, o crime organizado e outras mazelas do sistema prisional brasileiro, é uma medida que não pode ser vista como uma política penitenciária por si só, podendo-se apontar como indicativo para a criação de "políticas públicas para LGBT nas áreas da saúde, educação, e trabalho, uma vez que, para realizar tais direitos sociais, é necessário consolidarmos um estado de efetivação de liberdades individuais básicas, como o direito à vida, à integridade física e à identidade". (FERREIRA; KLEIN; GOULART, 2019, p. 35)

Com relação ao uso, registro e respeito ao **nome social** nas realidades que a Comissão teve acesso, cumpre mencionar que as pessoas privadas de liberdade do Presídio de Charqueadas (PEC) disseram que nem todos os agentes da SUSEPE respeitam o nome social. Ainda, na Penitenciária Feminina Madre Pelletier, um homem transexual indicou que gostaria de ter registrado seu nome social e iniciar a hormonioterapia. Outro movimento importante foi realizado a partir da comunicação por parte da Comissão deste caso, quando a casa prisional informou que o referido homem trans passou a ser acompanhado pela Unidade Básica de Saúde da Penitenciária Madre Pelletier, tendo sido encaminhado para agendamento com endocrinologista. Para a mudança do nome civil, a equipe fez contato com a ONG Somos e foram orientados pelo Assistente Social e Professor Guilherme Gomes Ferreira a buscar a Defensoria Pública da União para a retificação da documentação, o que estavam fazendo.

5.3 SAÚDE: A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA PELA FALTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Em 2001, o Ministério da Saúde aderiu ao Programa Brasil Sem Homofobia - Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual. Importa destacar, ainda, a Portaria n. 2.836, de dezembro de 2011, que instituiu, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT). Teve por objetivo garantir, entre outros direitos, o uso do nome social de travestis e transexuais, bem como a inclusão da orientação sexual e de identidade de gênero nos prontuários clínicos (POLIDORO; CANAVESE, 2018).

O documento de 2011 reafirma a necessidade de políticas públicas de segurança como uma agenda política necessária para a redução das desigualdades. O seu papel, enquanto sistema de saúde, é garantir, por exemplo, protocolos de atendimentos contra violências, considerando gênero e orientação sexual. (SOUZA; COELHO; MARTINS; HONORATO, 2019)

A política de saúde integral para LGBTs foi uma importante medida para a coleta de dados em atendimentos dessa população no SUS. Consultando o site do Ministério da Saúde, é possível perceber que a portaria consta como *não vigente*[11], porque foi implementada a Portaria de Consolidação n. 2, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde, agregando também as diretrizes da Portaria n. 2.836 no Anexo XXI.

Esses são marcos importantes para pensar a saúde enquanto conceito ampliado, que pode apresentar-se como importante estratégia para a produção de informações sobre a população LGBT. Destaca-se, por exemplo, as recomendações da 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, realizada em 2008 com o tema Direitos Humanos e Políticas Públicas: o Caminho para Garantir a Cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, que propôs, entre outras coisas: a inclusão e garantia da implantação dos quesitos cor, etnia e raça, portador de deficiência, orientação sexual e identidade de gênero, bem como o uso do nome social em todos os formulários e sistemas de informação do SUS; e a adoção de nomenclatura de homens e mulheres transexuais, quando referente à população transexual e separadamente homens e mulheres, onde for específico. (POLIDORO; CANAVESE, 2018)

A existência de políticas que reconheçam esses indicadores importa para possibilitar a análise dos casos tanto quantitativa quanto qualitativamente. O Atlas da Violência de 2019, por exemplo, incluiu uma seção inédita - nunca antes elaborada - com a análise da violência contra a população LGBT, considerando os dados do Disque 100 e do Sinan.

Em 2006, o Ministério da Saúde instituiu o Sistema de Vigilância de Violências (Viva) como um componente da Vigilância Contínua (Viva Contínuo/Sinan), que permite o registro de dados de violência interpessoal/autoprovocada nos serviços de saúde do Brasil. A notificação de violências passou a integrar a lista de notificação compulsória, ou seja, a "Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de

[11] A consulta foi realizada em 28/07/2019, no endereço eletrônico disponível em: http://www.aids.gov.br/pt-br/legislacao/portaria-no-2836-de-1-de-dezembro-de-2011.

saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional" a partir de 2016, de acordo com a Portaria no 204, de 17 de fevereiro de 2016. Com isso, o Ministério da Saúde passou a catalogar e classificar diversos tipos de violência interpessoal, de maneira comparável. (IPEA; FBSP, 2019)

Destaca-se a fala da psicóloga Jaqueline Batista, Coordenadora da Política de Atenção Integral da População LGBT da Secretaria Municipal da Saúde sobre o Ambulatório Trans de Canoas, que surgiu através de ato normativo da prefeitura, no final de 2016, por meio da política de atenção integral à Saúde do Município de Canoas. Em 2017, com apoio da UFRGS, formaram 22 promotores de saúde LGBT para acolhimento e multiplicação de conhecimento. O Ambulatório Trans trabalha com hormonização; grupos de homens e mulheres trans para encaminhamento ao Programa de Identidade de Gênero (PROTIG) do Hospital de Clínicas de Porto Alegre; grupo de familiares, porque para a prevenção da violência também é necessário trabalhar junto às famílias, para fortalecer a rede de apoio e cuidado.

Além disso, Simone Avila, da Secretaria de Saúde de Porto Alegre, falou sobre a criação da área de saúde integral LGBT dentro da pasta, em novembro de 2017. Ela informou que foram capacitados 1.515 profissionais de saúde para um atendimento adequado à população LGBT. A formação abrangeu 119 unidades de atenção primária. Simone explicou que tem sido feito, junto com a Coordenadoria da Vigilância em Saúde, um monitoramento da violência contra a população LGBT. Em 2017 e 2018 houve 123 notificações de violência por motivação LGBTfóbica nos atendimentos em saúde na cidade. "É um número muito baixo, pois quando as pessoas sofrem algum tipo de violência, vão a um pronto atendimento e não a uma unidade de saúde. Elas não querem falar sobre a violência sofrida, pois acreditam que isso chegará até a polícia", relatou.

No relatório especial da pesquisa sobre "Situação da violência contra as populações negra, LGBT, indígena e em situação de rua no sistema único de saúde do Rio Grande do Sul", o professor da UFRGS Daniel Canavese observa que foram registradas, nos atendimentos do SUS no Estado, 1.560 notificações de violências contra LGBTs entre 2014 e 2017.

5.3.1. População vivendo com HIV/Aids

No Brasil, existe desde 1989 a Declaração dos Direitos Fundamentais da Pessoa Portadora do Vírus da Aids. O texto segue com essa redação, mas de acordo com o Guia de Terminologia do UNAIDS de 2015, os termos "portador do vírus da Aids" e "portador de HIV" caíram em desuso por serem considerados estigmatizantes e ofensivos, havendo a recomendação de substituí-los pela expressão "pessoa vivendo com HIV".

A partir desta declaração, foram elaboradas inúmeras legislações prevendo o exercício de direitos pela população vivendo com HIV/Aids. Nos Estados do Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo existem leis específicas contra a discriminação de pessoas vivendo com HIV/Aids.

Segundo os dados do Sinan, havia 1.487 casos de HIV notificados no Rio Grande do Sul em 2017. Considerando os anos anteriores, o número de casos parece ter reduzido - entre 2013 e 2017 o número de registros oscila entre 2.732 e 3.697[12] -, num movimento que pode ser explicado por três motivos: i) a mudança nas gestões de governo pode ter influenciado no direcionamento das políticas de captação de dados; ii) a quantidade é desproporcional em relação ao aumento demográfico; e iii) existe um alto índice de casos não detectados.

No Brasil, foram registrados 11.463 óbitos causados por Aids em 2017. Além disso, os dados são de 1.264 casos de Aids notificados no Sinan no Rio Grande do Sul. Em 2017, a taxa de detecção de casos de Aids registrados no Sinan, declarados no SIM e registrados no Siscel/Siclom era de 29,4 por 100.000 habitantes no RS. Nas capitais do Brasil, Porto Alegre lidera o ranking da taxa de detecção de Aids desde 2006, contando com 60,8 casos a cada cem mil habitantes.

De acordo com o Boletim Epidemiológico de HIV/Aids, os números de infecção pelo HIV registrados no Sinan de 2007 a junho de 2018 em indivíduos maiores de 13 anos de idade, entre os homens, foi 59,4% dos casos decorrentes de exposição homossexual ou bissexual e 36,9% heterossexual, e 2,6% se deram entre usuários de drogas injetáveis (UDI). Entre as mulheres, nessa mesma faixa etária, nota-se que 96,8% dos casos se inserem na categoria de exposição heterossexual e 1,6% na de UDI.

[12] Ministério da Saúde. **Boletim Epidemiológico - HIV/Aids 2018**. Secretaria de Vigilância em Saúde: 2018. Disponível em: http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2018/boletim-epidemiologico-hivaids-2018. Acesso em: 09 jul. 2019.

O boletim indica também que, em todas as regiões brasileiras, a principal via de transmissão do HIV entre homens e mulheres com 13 anos de idade ou mais foi a via sexual. Entre os homens, no ano de 2017, a região Sudeste apresentou um predomínio da categoria de exposição de homo/bissexual (55,8% dos casos, sendo 46,3% na categoria "homossexual" e 9,5% na categoria "bissexual"), enquanto nas demais regiões o predomínio foi heterossexual.

Os números de casos detectados e registrados são alarmantes e indicam os altos índices de alastramento do vírus HIV, gerando a epidemia da Aids. Em especial no Rio Grande do Sul, os dados são preocupantes porque demonstram a ausência de políticas públicas de prevenção.

Considerando que a maior parte da população infectada é jovem, o militante da Rede Nacional de Jovens Vivendo com HIV/Aids (RNAJVHA), Guilherme Kern Assumpção, indicou, em reunião com a equipe da Comissão, que é preciso desenvolver projetos de prevenção que dialoguem com a população jovem. Para ele, uma política preventiva baseada na metodologia do medo e que fomenta somente o uso de camisinha – ignorando outras formas de prevenção – não é efetiva e não alcança o público que manifestamente já demonstrou que não utiliza esse meio.

Guilherme considera que isso faz parte de política de comunicação de todas as formas de prevenção. No mesmo sentido é o posicionamento de Carla Almeida, que faz parte do Grupo de Apoio à Prevenção da Aids/RS (GAPA). A ativista disse, em reunião com a equipe da Comissão, que a comunicação de todas as informações faz parte de uma política de prevenção cidadã. Para ela, a informação referente às formas de prevenção está ligada à gestão do risco.

Assim como Guilherme Kern Assumpção, Carla Almeida também falou sobre formas de prevenção combinada[13] para HIV, como a Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) e Profilaxia Pós-Exposição Sexual (PEP). Carla explicou que a experiência demonstra que "só quem sabe de PrEP e PEP é bicha rica", porque existe muito estigma e desconhecimento em relação a essas políticas por parte da população economicamente vulnerável.

Quanto a este ponto, importa mencionar que o índice de mortalidade por Aids entre homens é praticamente o dobro do que entre mulheres: em 2017, foram 7.589 (sete

[13] O termo *prevenção combinada* se refere à estratégia adotada por uma pessoa para se prevenir do HIV, associando diferentes ferramentas ou métodos (ao mesmo tempo ou em sequência) conforme a situação, risco e escolhas.

mil quinhentos e oitenta e nove) óbitos do sexo masculino e 3.873 (três mil oitocentos e setenta e três). Com relação ao recorte de raça/cor, o Boletim Epidemiológico de HIV/Aids indica que tanto para homens quanto mulheres a mortalidade por Aids é maior entre a população negra: também em 2017, 63,3%[14] dos óbitos de mulheres foram entre a população negra, enquanto entre homens o percentual foi de 58,8% do total.

Entre as estratégias de prevenção combinada, pode-se falar na *prevenção da transmissão vertical*, já que a transmissão pode ocorrer de mãe para filho durante a gravidez, trabalho de parto ou no período de amamentação. Quando a mãe é portadora do vírus, é possível realizar o tratamento preventivo para o nascituro durante e depois da gestão, desde que seja detectado em tempo. Carla expôs que as estratégias de prevenção nunca são pensadas sob a perspectiva das mulheres, tanto das gestantes quanto das que têm o desejo de engravidar e, no período fértil, precisam tomar alguns cuidados específicos.

Carla também falou da destinação de R$ 525.000,00 (quinhentos e vinte e cinco mil reais) da Secretaria Estadual da Saúde do Rio Grande do Sul para o desenvolvimento de Ações de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, HIV/Aids e Hepatites Virais. De acordo com a Resolução n. 430/18, da Comissão Intergestores Bipartite/RS, o art. 2º da normativa prevê que os valores passarão diretamente do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde, conforme tabela abaixo:

Município	**Valor**
Eldorado do Sul	R$ 75.000,00
Estância Velha	R$ 75.000,00
Santa Vitória do Palmar	R$ 75.000,00
São Jerônimo	R$ 75.000,00
São Luiz Gonzaga	R$ 75.000,00
São Sebastião do Caí	R$ 75.000,00
Tapes	R$ 75.000,00
TOTAL	**R$ 525.000,00**

Fonte: Resolução n. 430/18 – CIB/RS

[14] O Boletim Epidemiológico de HIV/Aids do Ministério da Saúde indica esses percentuais separando as categorias "preta" e "parda". Para este relatório, esses dados foram somados para integrar o que chamamos de "população negra".

Segundo a militante, esse recurso até hoje não foi repassado para o desenvolvimento das ações estratégicas. O acordo estabelecido é que o valor seria encaminhado para o Fórum de ONGs Aids do Rio Grande do Sul, que reúne mais de 50 ONGs do Estado.

Reunião realizada com a militante Carla Almeida, do Grupo de Apoio à Prevenção da Aids/RS (GAPA), em 10/07/19.

Importa mencionar também a denúncia realizada por Rodrigo Rosa, militante do coletivo Juntos LGBT, durante a audiência pública em Pelotas. O ativista gay disse que é também um homem vivendo com HIV e por isso conhece as violações direcionadas a esta população. Segundo ele, o passe livre no transporte público é um direito de quem vive com HIV/Aids, pois muitas vezes precisa manter o tratamento em outras cidades, por exemplo. É competência dos estados e municípios elaborar norma que garanta o direito à isenção do pagamento de tarifa no transporte coletivo e o Rio Grande do Sul não possui legislação específica para isso.

Rodrigo Rosa, militante do coletivo Juntos LGBT, durante audiência pública em Pelotas, no dia 09/05/19.

5.3.2. Mulheres lésbicas e bissexuais

Não é possível falar de violação na área da saúde e desconsiderar a falta de políticas públicas para mulheres lésbicas e bissexuais. Trata-se de uma população que, quando o assunto é atendimento médico voltado para a sexualidade, passa por muito descaso ou maus tratos, o que resulta, por vezes, na ausência de diagnóstico de problemas graves de saúde ou até mesmo afastamento dessas mulheres do espaço que deveria ser rotineiro para o acompanhamento da saúde sexual.

Quando uma mulher é heterossexual, ao procurar um(a) profissional ginecologista, existe um certo roteiro para a condução da consulta. De acordo com as respostas da paciente, haverá a indicação de determinados exames que devem ser realizados para o diagnóstico de possíveis problemas ou verificação de alterações no corpo. Além disso, o(a) ginecologista pode fazer indicações e propor métodos anticoncepcionais.

Diferentemente, quando uma mulher diz que é lésbica ou afirma que não têm relações sexuais com homens, o quadro é alarmante: ao se deparar com essa realidade, corriqueiramente o(a) profissional da saúde considera a paciente virgem e, por isso, deixa de encaminhá-la para procedimentos invasivos. Isso é o que se percebe a partir da pesquisa da jornalista Larissa Darc (2019), que chega a descrever um caso de uma estudante lésbica de São Paulo que precisou retirar um cisto dos ovários, que cresceu demais pela demora do diagnóstico, que só veio depois de ter percorrido consultas com diversos profissionais até encontrar alguém que a examinasse. O caso envolveu inúmeras negligências médicas que levaram a mulher a desenvolver um estágio avançado de um mioma maligno, tendo resultado na impossibilidade de esta mulher ser mãe de forma biológica, o que era um desejo dela.

Durante as atividades da Comissão, não foi descrita nenhuma violação ocorrida neste contexto, mas este problema foi relatado mais de uma vez nos eventos realizados. A advogada Bianca Hilgert, da Comissão da Diversidade da OAB de Canoas e do Conselho LGBT de Canoas, falou que a falta de acesso à saúde para mulher lésbica e bissexual é uma forma de violência.

A militante Carol Bastos, articuladora local da Liga Brasileira de Lésbicas (LBL) no Rio Grande do Sul, também apresentou forte preocupação com o tema. Na oportunidade em que a equipe da Comissão pode se reunir com ela para pensar coletivamente as necessidades de políticas públicas, a ativista entregou uma Carta Aberta

da LBL (em anexo), apresentando trabalhos realizados pela ONG e propostas de políticas públicas.

Reunião realizada com a militante Carol Bastos, articuladora local da Liga Brasileira de Lésbicas/RS, em 09/07/19.

No documento, que versa sobre violências que atravessam a vida de lésbicas e mulheres bissexuais, é destacada a necessidade de promoção de direitos que passam por condicionantes de desigualdade, que influenciam na segurança da população LGBT. Destaca-se a pesquisa realizada entre 2008 e 2009 em Porto Alegre: "As faces da homofobia no campo da saúde", desenvolvida pelas pesquisadoras Daniela Riva Knauth e Nádia Elisa Meinerz e o Núcleo de Antropologia do Corpo e Saúde (NUPACS), em parceria com a Liga Brasileira de Lésbicas e com o Candaces - Coletivo Nacional de Lésbicas Negras.

Os principais resultados revelam a existência de tensão entre profissionais da saúde para compreender as dinâmicas do preconceito, visto que existe uma noção de homossexualidade como distúrbio hormonal ou doença psíquica. Além disso, a experiência de mulheres lésbicas e bissexuais na área da saúde em geral é indicada como um tema delicado, já que envolve experiências de discriminação, desconforto, particularmente em relação à saúde sexual.

Assim como as informações encontradas pela Comissão na Penitenciária Feminina Madre Pelletier, de mulheres com características masculinas - e que não se viam como homens transexuais - que afirmaram não aceitar fazer qualquer acompanhamento ginecológico, os resultados da pesquisa apresentada pela LBL vão no mesmo sentido.

Indicam, ainda, que são mulheres que só recorrem aos serviços de saúde nas situações em que se percebem incapacitadas para o trabalho ou para a realização de atividades cotidianas.

Há indicações também de um *pacto de silêncio* a respeito da homo ou bissexualidade, na medida em que profissionais não tratam do tema pelo medo de invadir a privacidade ou discriminar as pacientes, ou por não se sentirem capacitados tecnicamente para abordar o assunto. Enquanto isso, as mulheres têm medo do tratamento desigual, tendo dúvidas sobre a necessidade de informar a orientação sexual durante a consulta, fazendo com que silenciem sobre as práticas sexuais. Isso resulta numa

> [...] consulta impessoal, que não reconhece a diferença das mulheres lésbicas e bissexuais, com pacientes acuadas pelo medo da discriminação explícita e um silêncio de ambas as partes que afasta as mulheres lésbicas, sobretudo as mais masculinizadas dos consultórios do SUS;" (Carta Aberta da LBL, em anexo, p. 3)

Neste ponto, cabe referir que o Sistema Único de Saúde (SUS) é regido pelo princípio da equidade, o que, em teoria, indica que "as políticas públicas de saúde no Brasil deveriam reconhecer as especificidades de cada grupo para oferecer o tratamento correto de acordo com as necessidades de cada indivíduo". São cuidados que podem ser determinantes para o diagnóstico e tratamento adequado a um problema de saúde. (DARC, 2019, p. 41).

Em 2011 houve a criação das Diretrizes para a Assistência à Saúde de Lésbicas, Mulheres Bissexuais e que fazem sexo com outras mulheres, pela Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. O protocolo indica que grande parte do público de mulheres lésbicas e bissexuais não se enquadra no modelo prioritário da atenção básica de saúde do SUS, que se refere à saúde materno-infantil. Além disso, reconhece os dados da pesquisa mencionada anteriormente, dizendo que há experiências que envolvem discriminação no atendimento, seja na recepção ou na consulta médica, dificuldades na abordagem da orientação sexual durante as consultas, e, principalmente, desconforto com a utilização de determinados instrumentos durante a consulta - como espéculo, por exemplo. (SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, 2011)

O documento aponta que é necessário capacitar as equipes de saúde para o desenvolvimento de ações e práticas de educação em saúde nos serviços do SUS. Além disso, indica que programas de educação em sexualidade deveriam fazer parte dos currículos dos cursos da área da Saúde, visando à redução das discriminações. (SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, 2011)

O protocolo explica também que o fato de uma mulher se declarar lésbica ou bissexual não indica que ela não possa ter práticas sexuais de risco, o que indica que ela também deve passar por exames de rotina, bem como deveria haver formas de prevenção à transmissão de infecções. Com isso, declaram que o atendimento ginecológico deve estar focado na **declaração das práticas sexuais** de cada paciente, para considerar o tratamento adequado para cada situação. (SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, 2011)

5.2 EDUCAÇÃO: REFLEXOS DA DIVERSIDADE NA ESCOLA

As escolas são os espaços onde crianças e adolescentes passam muito tempo, perfazendo uma parte importante da etapa juvenil de suas vidas. Ainda, cabe lembrar a implementação de turno integral em algumas instituições - entre as 2.497 escolas da rede pública estadual[15], 91 são de turno integral atualmente[16] -, o que também faz com que os(as) estudantes permaneçam por longos períodos no ambiente escolar.

Portanto, seja habitando a sala de aula, no intervalo ou em outros momentos, é também na escola que crianças e adolescentes vão estabelecer relações de afeto, amizade, namoro, aprender valores e debater sobre diferentes assuntos. Nesse contexto, questões que envolvem a equidade de gênero e respeito à diversidade sexual são temas que relacionados às experiências vividas também na escola. (NUNES; SEFFNER, 2018)

Como qualquer outro ambiente, são espaços em que também prevalecem os princípios hegemônicos de hierarquizações de gênero e das sexualidades, reproduzindo quadros de violência e exclusão no período de descoberta e questionamentos de orientações sexuais e identidade de gênero. (FRANCO; CICILLINI, 2016)

Diante disso, é preciso construir um ambiente escolar que seja capaz de atender às demandas de estudantes conforme as suas necessidades. Para isso, faz-se importante "a construção de um currículo que valorize o indivíduo e o coletivo deve articular e problematizar a representação de diferentes marcadores identitários, entre eles raça/etnia,

[15] O dado é do ano de 2018, conforme apresentado pelo Observatório da Educação Pública no Rio Grande do Sul, da Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa, presidida pela Deputada Estadual Sofia Cavedon (PT).

[16] A implementação de escolas de turno integral teve uma crescente entre 2014 e 2016, depois da promulgação da Lei n. 14.461/2014, mas conforme denúncia da Deputada Estadual Juliana Brizola (PDT) em audiência pública da Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa, em 24/05/2019, desde 2017 começou um processo de fechamento de escolas e redução de investimentos na educação na rede pública do Rio Grande do Sul.

gênero, classe social, sexualidade, geracionalidade e diferenças físicas e cognitivas", de modo a fomentar o respeito e a valorização da multiplicidade de sujeitos que compõem a sociedade. (BOHM, 2018, p. 164).

Nesse processo, é necessário sensibilizar professores(as) para que se comprometam com uma educação com atenção aos direitos humanos e cidadania, que contemple as temáticas da diversidade, de acordo com a faixa etária de cada grupo escolar. Assim como nos debates de raça/cor, trata-se de um assunto por vezes negado no espaço escolar, bem como invisibilizado quando surge algum acontecimento específico. Com um processo contínuo de capacitação é possível fornecer as bases para que docentes possam identificar situações em que alguma intervenção é precisa.

Vale ressaltar que, no âmbito da educação, um dos problemas muito relatados a esta Comissão nas audiências públicas e reuniões com movimentos sociais foi a questão do desrespeito ao nome social de alunos e alunas trans nas escolas da rede pública estadual. Em conversa com professores, foi relatado que fica a cargo de cada escola decidir se respeitará ou não o nome social de alunos e alunas trans em seus registros.

O Rio Grande do Sul possui, desde 2011, o decreto 48.118, de 27 de junho de 2011, que "dispõe sobre tratamento nominal, inclusão e uso do nome social de travestis e transexuais nos registros estaduais relativos a serviços públicos prestados no âmbito do Poder Executivo Estadual".

Em seu artigo 6º, o decreto estipula que: "As escolas da rede de ensino público estadual ficam autorizadas a incluir o nome social de travestis e transexuais nos registros escolares para garantir o acesso, a permanência e o êxito desses cidadãos no processo de escolarização e de aprendizagem".

5.2.1. Dados oficiais: CIPAVE e ABGLT

Buscando informações referentes à população LGBT no contexto escolar, foram encontrados os dados das Comissões Internas de Prevenção a Acidentes e Violência Escolar (CIPAVE). Por meio do Mapeamento CIPAVE 2018 é possível acessar algumas referências da identificação de situações de violência, de acidentes, bem como suas causas. (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL, 2018)

No mapeamento divulgado, foram considerados os dados de 2017 e 2018. Entre as 2.553 escolas do Estado (em 2017), somente 1.237 escolas responderam os

questionários do sistema de monitoramento; em. 2018, das 2.497 escolas do RS, 1.575 responderam.

Em 2017, entre as violências registradas que podem ter vinculação com as questões que envolvem discriminação a LGBTs, destacam-se os dados: de 172 casos de *homofobia*; 173 de suicídio; 1.015 de automutilação; e 3.848 de violências físicas entre alunos. Em 2018, há registro de 83 episódios de *homofobia*; 45 de suicídio; 260 de tentativas de suicídio; 1.483 de automutilação; e 4.454 violências físicas entre alunos.

O mapeamento indica algumas conclusões em relação às ações preventivas desenvolvidas a partir de parcerias do CIPAVE:

> As escolas que respondem ao mapeamento são também as que mais acolhem ações preventivas e, por consequência, são as que reduziram significativamente os índices de violência escolar.
> Com o aumento das ações destes parceiros a partir de 2018, reduziram mais os índices de violência nas escolas. (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL, 2018, p. 10-11)

O Relatório da Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - ABGLT (2016) traz importantes dados relativos a vivências de estudantes LGBTs. A pesquisa foi realizada com 1.016 estudantes, que frequentaram o ensino básico no Brasil durante o ano letivo de 2015, identificados como LGBTs, de idade entre 13 e 21 anos de idade, contando com a participação de todos os estados e do Distrito Federal, com a exceção do Tocantins.

De acordo com o relatório, **60,2% de estudantes afirmaram se sentir inseguros/as na instituição educacional por causa de sua orientação sexual**, enquanto **42,8% se sentiam inseguros/as em função da maneira como expressavam o gênero**. Ainda, 47,5% dos(as) estudantes LGBT relataram ter ouvido outros/as estudantes fazendo comentários pejorativos em relação à orientação sexual, tais como “bicha,” “sapatão,” ou “viado,” frequentemente ou quase sempre. Além disso, com relação a estudantes que fazem comentários pejorativos sobre expressão de gênero, 27,2% das estudantes LGBTs indicou que as ofensas vêm da maioria dos colegas e 46,1% apontou que são alguns/algumas que têm esse tipo de conduta. (ABGLT, 2016)

Com relação à origem desses comentários, 21,7% indicou que eram feitos pela maioria dos seus pares, enquanto 69,1% apontou que já ouviu comentários LGBTfóbicos feitos por professores(as) ou outros(as) funcionários(as) da instituição educacional. A pesquisa mostra que mais da metade das vezes (53,9%) não houve intervenção de

profissionais da instituição educacional, e em 36,2% também não houve manifestação de estudantes. (ABGLT, 2016)

A pesquisa compilou também os dados de **agressão verbal**: a) quase três quartos dos(as) estudantes LGBT (72,6%) já sofreram agressão verbal por sua orientação sexual, e quase um quarto (22,8%) vivenciou essa forma de agressão quase sempre ou frequentemente; e b) mais de dois terços (68,0%) foram agredidos(as) verbalmente na instituição educacional por causa de sua identidade/expressão de gênero, e um quarto (23,5%) relatou ter sido agredido por este motivo com frequência ou quase sempre. (ABGLT, 2016)

Com relação à agressão física, foi apurado que 26,6% de estudantes LGBTs sofreram agressão física por causa de sua orientação sexual, e 6,0% relataram que esta forma de agressão ocorreu frequentemente ou quase sempre. Além disso, 24,6% foram agredidos fisicamente na instituição educacional por causa de sua identidade/expressão de gênero, sendo que 5,7% vivenciam essa agressão frequentemente ou quase sempre. (ABGLT, 2016)

5.2.1. Educação a distância e população trans

Pesquisas dedicadas a investigar a inclusão de pessoas transexuais nas escolas indicam uma faixa em média de 80% a 90% de pessoas trans, em especial travestis, que evadem da escola por inúmeros motivos que giram em torno da transfobia e que, por conta disso, não concluem o ensino médio. As experiências de pessoas trans passam por corriqueiras práticas de desrespeito à identidade de gênero, desde o momento da matrícula até a realização de chamada para averiguação de presença, com situações que geram estranhamento, repulsa, piadas e violência. (BOHM, 2009)

Considerando essas violações, a escola não é vista como um ambiente acolhedor para a população LGBT, em especial para as pessoas trans. Existe um movimento para que o ambiente escolar caminhe para a inclusão da diversidade sexual e de gênero, de modo a deixar de compor um quadro sério de trajetórias que envolvem a evasão escolar, exclusão do espaço familiar e a dificuldade de empregabilidade - especialmente com a população trans. (PASSOS, 2018)

Diante deste contexto, o pesquisador Gustavo Passos trata da educação a distância como uma alternativa de inclusão e reinserção de LGBTs no espaço educacional. A educação a distância é um dos fenômenos da contemporaneidade globalizada, inserindo-

se no contexto tecnológico que captura diversas formas de sociabilidade, trânsito de informações e relações sociais (NOGUEIRA, 1996). Trata-se de uma modalidade que permite autonomia ao estudante e que surgiu para suprir a dificuldade de alcance da atuação de escolas em locais mais distantes dos centros urbanos, atendendo tanto pessoas que estão distantes fisicamente quanto aquelas que apresentam incompatibilidade de horários (BELLONI, 2002).

Considerando que estar em um espaço escolar tradicional pode apresentar risco à população LGBT, especialmente a travestis e transexuais, apresenta-se que o ensino a distância responde uma urgência em resposta à exclusão de determinadas pessoas das escolas. Em relatos de pesquisa, é possível perceber que a escola é vista como um ambiente de medo, com episódios de violência física e que muitas vezes gera a sensação de não pertencimento[17]. Nesse contexto, não ter que estar fisicamente neste ambiente pode ser considerado uma forma de reinserção da população trans, possibilitando a realização dos estudos em curto prazo, em resposta à urgência da evasão escolar que exclui LGBTs. (PASSOS, 2018)

É claro que essa não é uma solução ideal, visto que também nessa modalidade podem haver problemas: durante um curso à distância é possível que seja muito difícil efetivar o uso do nome social, por exemplo. É uma medida que não afasta o movimento que tenta tornar a escola um espaço acolhedor, mas é uma viabilidade que pode ser utilizada como uma ferramenta de inclusão. (PASSOS, 2018)

5.2.2. Banheiro para pessoas transexuais

Outra situação que envolve a vivência de pessoas transexuais nas escolas - mas também em outros ambientes - é o uso do banheiro. Para pessoas trans, um ato que pode parecer simples, como ir ao banheiro, pode configurar uma prática de exposição à vulnerabilidade. São relatos que indicam que é um momento de tensão e medo, já que no banheiro masculino as mulheres trans se tornam vulneráveis a violências de homens cis e no banheiro feminino elas se tornam vulneráveis à violência das mulheres cis. Um dos relatos da pesquisa de Alessandra Maria Bohm (2009, p. 59) é de uma interlocutora que diz que “preferia ficar sem fazer xixi, apertada a manhã toda, a entrar em um dos banheiros”.

[17] Os relatos são de uma pessoa travesti e uma transexual. (PASSOS, 2018)

A utilização de banheiro por pessoas transexuais foi questão levantada desde o início dos trabalhos desta Comissão Especial. A militante trans Luiza Eduarda disse que o medo e tensão chegam a levar as pessoas ao hábito diário de ficar mais de cinco horas sem ir ao banheiro, o que pode gerar casos de incontinência urinária crônica.

Luiza Eduarda na Audiência Pública de Canoas, realizada em 29/04/2019.

Cabe ressaltar os dados do Relatório da ABGLT, que indicam os banheiros como o espaço que mais deixa de ser frequentado por LGBTs pelo constrangimento ou insegurança, com um percentual de 38,4%. Em seguida, as aulas de educação física vêm em segundo lugar, tendo sido evitadas em 36,1% dos casos. Os vestiários, que também são espaços de exposição do corpo, foram evitados em 30,6% dos episódios.

Também com relação a este tema, destaca-se a Resolução n. 12, de 16 de janeiro de 2015, que estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais - e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais - nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização. Consta nessa normativa um artigo específico direcionado à garantia de uso de banheiro de acordo com a identidade de gênero de cada sujeito. O artigo deixa de prescrever, no entanto, como esta diretriz deve ser cumprida pelos estabelecimentos:

> [...] O Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais - CNCD/LGBT resolve:

[...]

Art. 6º - Deve ser garantido o uso de banheiros, vestiários e demais espaços segregados por gênero, quando houver, de acordo com a identidade de gênero de cada sujeito.

6 QUESTIONÁRIO ÀS PREFEITURAS DO RIO GRANDE DO SUL

Segurança Pública, Educação e Saúde são áreas de típica incidência estatal, em todos os níveis de governo e, portanto, de criação e execução de políticas públicas. Estas também são áreas em que é possível prevenir, diminuir e, talvez, erradicar a violência contra a população LGBT. A evasão escolar decorrente do *bullying* ligado ao preconceito e à discriminação, a violência física e os assassinatos de pessoas LGBTs motivados por LGBTfobia, a falta de oportunidades e acesso ao mercado de trabalho, bem como as carências em relação à prevenção e tratamento de HIV/AIDS e às especificidades de saúde relacionadas a essa população são apenas alguns exemplos de questões que demandam a ação do poder público, através do planejamento e execução de políticas públicas adequadas e capazes de suprir tais necessidades.

Segundo a Constituição Federal, essas políticas devem ser realizadas em rede e em colaboração entre União, Estados e Municípios; assim, a responsabilidade pela execução de políticas públicas é repartida entre os entes federativos, por exemplo, na Segurança Pública (art. 144), Saúde (art. 196 e seguintes) e Educação (art. 205 e seguinte).

Durante seu período de existência, a Comissão realizou audiências públicas em alguns municípios do Estado, buscando levar o debate do tema da violência contra a população LGBT mais perto das comunidades. Em muitas dessas audiências públicas, os poderes públicos estadual e municipal se fizeram presentes através de representantes das áreas citadas, os quais, em alguns casos, apresentaram os dados e as políticas públicas executadas a respeito da violência contra a população LGBT.

Em relação às gestões municipais gaúchas, porém, é perfeitamente compreensível que a grande maioria dos municípios gaúchos não conseguisse participar de algum desses eventos pelos mais diversos motivos, sejam eles de logística, distância ou outros. Da mesma forma, era impossível à Comissão, no período de 120 dias, visitar os 497 municípios do Estado.

Diante dessa impossibilidade, mas sem abrir mão de coletar informações a respeito de seu objeto, também nessa esfera de governo, a Comissão elaborou um conjunto de quatro perguntas às Prefeituras, com o objetivo conhecer sobre a existência de políticas públicas voltadas à população LGBT, eventualmente criadas e/ou executadas nos municípios gaúchos.

As perguntas foram divididas nas áreas de saúde, educação e segurança pública, conforme levantamento inicial a respeito de demandas e problemas surgidos nas

audiências públicas realizadas até o momento. Tais perguntas foram enviadas via e-mail para cada uma das 497 Prefeituras Municipais, com o seguinte conteúdo:

QUESTIONÁRIO

1. No município existe alguma política pública de acolhimento e encaminhamento de casos de violência especificamente contra a população LGBT? Quais são os dados de violência contra a população LGBT na cidade? Existe política de prevenção a crimes de ódio contra a população LGBT?

2. Na rede de saúde pública do município, existe atendimento específico para a população LGBT? Existe algum mapeamento sobre o atendimento ginecológico a mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais? Como pode ser realizado o tratamento hormonal de pessoas transexuais que moram na cidade? Existem políticas públicas de prevenção a doenças sexualmente transmissíveis? Como é realizado? Quais são os dados sobre os atendimentos?

3. Existe um mapeamento dos casos de evasão escolar na cidade? Quantos casos são vinculados à bullying, homofobia e outras questões relacionadas à identidade de gênero e diversidade sexual?

4. Existem cursos de formação para servidores municipais sobre questões de identidade de gênero e diversidade sexual? Como são desenvolvidos? Com qual periodicidade?

Dos 497 e-mail enviados, 30 não foram entregues a seus destinatários por razões técnicas e, destes, foi possível reenviar 3 com sucesso. Portanto, 470 Prefeituras Municipais receberam e-mail desta Comissão, no qual foram convidadas a compartilhar as ações, projetos e programas das áreas de saúde, educação, assistência social e segurança pública, voltadas às suas populações LGBT.

Desse total de Prefeituras Municipais, até o final da tarde do dia 29 de julho, apenas 8 enviaram algum tipo de resposta à Comissão, ou seja, 1,7% delas. São elas as Prefeituras de Carlos Barbosa, Estrela Velha, Fortaleza dos Valos, Ibarama, Montenegro, São Leopoldo, Uruguaiana e Vila Lângaro.

A maioria das respostas, 6 de 8, se limitou a informar que o governo municipal não possui e não executa políticas públicas para a população LGBT, em nenhuma das áreas perguntadas. E, do total de 497 municípios gaúchos, apenas 2 (0,4%) forneceram informações a respeito do tema.

6.1 MONTENEGRO

A Prefeitura de **Montenegro** informou o que segue:

Sobre o tratamento hormonal é realizado o atendimento inicial no serviço e os paciente são referenciados para atendimento via central de marcação de consultas. Enquanto aguarda a lista de espera do Estado, que é demorada, o paciente pode acessar o serviço de atenção básica no município que disponibiliza atendimento com serviço social, psicólogo e psiquiatra.

O município conta com um programa municipal de Infecções Sexualmente Transmissíveis IST's, que realiza várias atividades de prevenção em IST's junto à comunidade em geral, os profissionais do programa participaram nos últimos dois anos da parada livre LGBT no município, no último ano realizou atividades paralelas de discussão e rodas conversar onde tiveram a oportunidade de participar em uma com temática específica sobre a saúde da população LGBT; que a oportunidade lhes deu um retorno muito positivo de acesso ao serviço após o evento, mais ainda longe do ideal necessário.

Por fim, informa que a Secretaria Municipal de Saúde possui profissionais com interesse e motivação para construção de um serviço de atendimento que vise implementar e desenvolver um trabalho adequado e de qualidade; afirma, porém, que faltam referências para a construção do serviço, tais como profissionais que possam qualificar e auxiliar a construção do fluxo/protocolo de atendimento.

6.2 SÃO LEOPOLDO

A Prefeitura de **São Leopoldo** informou o que segue:

Sobre violência contra a população LGBT, informa que o município conta com a Lei Municipal nº 6.010/2006, que dispõe sobre o reconhecimento da liberdade de orientação sexual e identidade de gênero e estabelece penalidades aos estabelecimentos públicos e comerciais que discriminem pessoas em virtude de sua orientação sexual e identidade de gênero e dá outras providências; sendo a Secretaria de Direitos Humanos responsável pelo acolhimento das respectivas denúncias. Informou, ainda, que, durante o ano de 2019, foram recebidas 3 denúncias.

Em relação às ações em saúde, informa que o tratamento hormonal é ofertado e referenciado através do Sistema de Gerenciamento de Consultas e Exames Especializados - GERCON, conforme portarias vigentes. Também, que a prevenção das IST é feita pelas Unidades Básicas de Saúde - UBS, com dispensação de preservativo, consultas médicas e de enfermagem, visitas domiciliares de Agentes Comunitários de Saúde, realização dos

testes rápidos, tratamento e acompanhamento na UBS, e realização de PEP (profilaxia antirretroviral pós-exposição de risco à infecção pelo HIV). Também há Serviço de Atendimento Especializado - SAE, com dispensação de medicação, médico infectologista, realização de grupos, inclusive para adolescentes, e capacitações para as equipes.

Na área de educação, informa que casos de bullying, preconceito e discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero são registrados nos campos de "Problemas de relacionamento Escolar" e "Violência no entorno da Escola" na Ficha de Comunicação de Aluno Infrequente - FICAI, tendo registrado 17 casos, de 20/02/2019 a 11/07/2019.

Em relação à formação/capacitação de servidores públicos municipais, informa que o município já promoveu um Seminário Saúde da pop LGBT (junho de 2019) e formação com a Guarda Municipal (novembro de 2018), além de estar programada uma formação com professores sobre diversidade (agosto, setembro, outubro e novembro de 2019).

7 CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E PROPOSTAS

O presente documento foi elaborado para apresentar as atividades desenvolvidas pela Comissão Especial Para Análise da Violência Contra a População LGBT durante os 4 meses de trabalho voltados para colher dados sobre essa realidade no Rio Grande do Sul, acolher as demandas dos movimentos sociais e incentivar a elaboração de políticas públicas. No cenário encontrado, as análises foram baseadas na compreensão da violência como um fenômeno multidimensional e estrutural, que atinge a população LGBT de diversas maneiras.

Tanto para a realização de audiências, quanto de visitas técnicas, considerou-se que a falta de políticas públicas específicas e prioritárias para a população LGBT e a falta de perspectiva de investigação e análise de suas mortes também contribuem para a manutenção da discriminação e das violações perpetradas contra este público. Por isso, a estrutura do trabalho teve como eixo estruturante as áreas de Segurança Pública, Educação e Saúde como setores fundamentais para se pensar o cenário das políticas públicas para LGBTs nos dias atuais.

Para atingir os objetivos propostos, a Comissão esteve em 10 diferentes cidades, tendo realizado 5 audiências públicas, 8 visitas técnicas e 9 reuniões com coletivos do movimento LGBT. As audiências públicas foram realizadas nas cidades de Canoas, Pelotas, São Leopoldo, Santa Maria e Porto Alegre, oportunidades em que foi proposto o debate acerca da violência contra a população LGBT, entre movimentos sociais e instituições públicas, também procurando observar a existência de políticas públicas nestes municípios.

As visitas técnicas foram divididas entre espaços de acolhimento para a população LGBT e casas prisionais, lugares marcados pela presença de inúmeras violações aos direitos humanos. Entre as instituições penitenciárias, a Comissão esteve no Presídio de Charqueadas (PEC), na Penitenciária Feminina Madre Pelletier, na Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba e na Cadeia Pública de Porto Alegre. Quanto aos espaços destinados a receber a população LGBT, a equipe técnica visitou o Centro de Cidadania LGBTI Luiz Carlos Ruas, a Casa 1, a ONG Fonte Colombo e o Centro de Referência LGBT da Serra Gaúcha.

Além disso, diante da impossibilidade de percorrer todos os 497 municípios do Estado no período de 120 dias, também foi enviado um questionário com perguntas específicas para as gestões municipais gaúchas. O objetivo deste movimento foi averiguar

a existência de políticas públicas voltadas à população LGBT, especificamente nas áreas de saúde, educação e segurança pública. As perguntas foram enviadas via e-mail para cada uma das 497 Prefeituras Municipais.

Para o desenvolvimento do trabalho desta Comissão, as pautas dos movimentos sociais e a atuação dos grupos de militância do Rio Grande do Sul foram essenciais para catalogar os dados de violência e compor o presente relatório. Os movimentos sociais puderam estar presentes nas audiências públicas e a Comissão também realizou reuniões específicas com organizações LGBTs para colher informações, dados e propostas de políticas públicas. Foram realizados encontros com a ONG Somos, Nuances, Igualdade RS, Rede Nacional de Jovens Vivendo com HIV/Aids (RNAJVHA), Grupo de Apoio à Prevenção da Aids/RS (GAPA), Liga Brasileira de Lésbicas, ONG Transgender Europe, ONG Identidade LGBT, organização da Parada Livre de Caxias do Sul, ONG Construindo Igualdade. Além disso, foram procuradas diversas outras organizações, tanto para reuniões presenciais, quanto para envio de dados e propostas por e-mail.

Com o resultado destas atividades, guiado pela ideia de construção de políticas públicas, a Comissão apresentou o primeiro diagnóstico sobre as formas de violência contra a população LGBT no Rio Grande do Sul. A votação para a criação da Comissão Especial Para Análise da Violência Contra a População LGBT, aprovada pela maioria dos Deputados, foi uma das primeiras pautas da 55ª Legislatura da Assembleia Legislativa. Foi um trabalho inédito no Estado e no Parlamento gaúcho, também havendo poucas notícias de comissões de mesma natureza em outras unidades federativas.

Trata-se de um trabalho importante porque apresenta uma análise das políticas públicas do Estado e os problemas e déficits encontrados pelos movimentos sociais na rede pública de atendimento. Foi mais um passo para se conhecer o cenário das formas de violência contra a população LGBT, que revelou-se grave e com imensos desafios para a consolidação de uma agenda de efetivação de direitos.

A Comissão poderá, a partir de todos este acúmulo, apresentar recomendações e propostas para os problemas encontrados, mas não tem competência para resolvê-los por si só. Até porque cabe lembrar que os avanços conquistados pela população LGBT só foram possíveis por meio da luta incansável dos movimentos sociais. Desse modo, os encaminhamentos sugeridos neste relatório também fazem parte do acúmulo de demandas de entidades organizadas que há décadas vêm travando uma luta incansável em defesa da população LGBT. Esta Comissão conclui seus trabalhos apostando na força destes movimentos para impulsionar os avanços necessários, ensejando que este relatório possa

ser apropriado e amplamente divulgado como instrumento de informação, de sensibilização e de luta em defesa dos direitos de uma parcela da população diariamente ameaçada pelo preconceito.

7.1 Propostas de políticas públicas e indicações aos poderes e órgãos públicos:

1. Criação de uma Frente Parlamentar em Defesa da População LGBT na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul que siga o trabalho da Comissão Especial Para Análise da Violência Contra a População LGBT.
2. Mapeamento, por parte da Secretaria Estadual de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, dos casos de violência/homicídios por motivação LGBTfóbica, com a devida publicação destas informações conforme a determina Lei 11.343/1999. Para tanto, é preciso que o sistema da Polícia Civil permita a inclusão da tipificação do crime de LGBTfobia, bem como a inclusão da identidade de gênero e/ou a orientação sexual da vítima. Também é necessário que o atendimento da Brigada Militar e da Polícia Civil às ocorrências desse tipo de crime garanta adequado registro.
3. Criação de Centros de Referência LGBT no Estado, para o acolhimento e acompanhamento multidisciplinar de pessoas LGBTs vítimas de violências, trabalhando em rede e articulação com os demais equipamentos estatais de proteção, a exemplo do Centro de Referência em Direitos Humanos na Prevenção e Combate à Homofobia - CCH, do Município de São Paulo, criado pelo Decreto nº 52.652, de 16 de setembro de 2011.
4. Casa de passagem para LGBTs expulsos de casa e vítimas de violência, com acolhimento para abrigamento provisório, de modo a garantir sua integridade física e emocional, bem como realizar diagnóstico da sua situação para encaminhamentos necessários, trabalhando em rede e articulação com os demais equipamentos estatais de proteção.
5. Reserva de vagas de trabalho a candidatas e candidatos transexuais e travestis nos concursos públicos promovidos pelo Estado do Rio Grande do Sul e nas empresas privadas que recebam incentivos fiscais no Rio Grande do Sul.
6. Implementação, em diálogo com o Conselho Estadual de Promoção dos Direitos LGBTs e demais organizações do movimento LGBT, de uma política permanente de capacitação e qualificação de servidores públicos estaduais e municipais no

Rio Grande do Sul em temas relativos aos direitos da população LGBT, com iniciativas pensadas de acordo com as especificidades de cada área de atuação.

7. Projeto de Reinserção Social Transcidadania: estabelecimento e implementação, nas esferas estadual e municipal, de programa de promoção dos direitos humanos, a autonomia financeira, a elevação de escolaridade, a qualificação profissional e a preparação para o mercado de trabalho das travestis, das mulheres transexuais e dos homens trans em situação de vulnerabilidade social, bem como a humanização dos serviços públicos, a exemplo do Programa TransCidadania instituído pelo Decreto nº 55.874/2015 e regulamentado pelo Decreto nº 58.227/2018, ambos do Município de São Paulo/SP.
8. Política de atendimento integral para tratamento e prevenção de HIV e Aids no Estado, com campanhas de esclarecimento nas escolas.
9. Mapeamento, por parte da gestão dos serviços penitenciários, em parceria com as organizações do movimento LGBT, de identificação da população LGBT nas instituições penitenciárias do Estado, para que se tenha informações sobre esta realidade que possam embasar a formulação de políticas públicas.
10. Formação continuada de agentes de segurança pública (Polícia Civil, Polícia Militar, SUSEPE) em temas relativos aos direitos das pessoas LGBTs nos cursos iniciais e qualificações anuais, bem como em todos os demais cursos e capacitações. Estas formações devem ocorrer em parceria com o Conselho Estadual de Promoção dos Direitos LGBTs e de organizações do movimento LGBT.
11. Restabelecimento do Setor de Fiscalização de Presídios das Varas de Execuções Criminais, na Comarca de Porto Alegre, bem como expansão de projetos similares às demais varas de execuções criminais regionais do Estado.
12. Permissão para que pessoas travestis e transexuais possam utilizar, no âmbito do sistema prisional gaúcho, as roupas adequadas ao gênero com o qual se identificam.
13. Estabelecimento, por parte da gestão dos serviços penitenciários, em parceria com as organizações do movimento LGBT, de diretrizes para o tratamento da população LGBT em privação de liberdade, com determinação de criação de alas e celas específicas para a população de homens gays, bissexuais e mulheres trans e travestis em todas as unidades penais gaúchas masculinas e em todos os regimes de cumprimento das penas.

14. Ampliação do número de itens a que cada pessoa encarcerada tem o direito de receber em visitas, modificando a Portaria nº 160/2014 da Superintendência de Serviços Penitenciários (Susepe). Trata-se de uma proposta para toda a massa carcerária, mas que também beneficiará a população LGBT em privação de liberdade, por ser uma das que menos recebe visitas de familiares nas prisões.
15. Criar um Comitê Estadual para a Prevenção e Combate à Tortura do Rio Grande do Sul e um Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, vinculados administrativamente à Assembléia Legislativa, para o fim de erradicar e prevenir a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanas ou degradantes, a exemplo do disposto na Lei nº 5.778/2010, do Rio de Janeiro.
16. Adoção, nas estruturas de gestão penitenciária do Rio Grande do Sul, de políticas específicas de reinserção social da população em privação de liberdade, com formação profissional aos apenados e acompanhamento dos egressos. Trata-se de uma proposta para toda a massa carcerária, mas que também beneficiará a população LGBT em privação de liberdade, por ser uma das que tem mais dificuldade de inserção no mundo do trabalho.
17. Criar o Programa Estadual de Enfrentamento à Reincidência no âmbito do sistema penal gaúcho.
18. Alteração na Lei n. 11.314/1999, que dispõe sobre a proteção, auxílio e assistência às vítimas de violência, ampliando o rol de pessoas protegidas.
19. Estabelecimento de um sistema de denúncia pública estadual de agressões contra LGBTs, a exemplo do canal de denúncias de violência contra a mulher existente na Rede Lilás.
20. Estabelecimento de um programa de proteção a defensores de direitos humanos e a pessoas em situação de risco grave por LGBTfobia.
21. Criação de um Observatório da Violência Contra a População LGBT para coletar dados dos números e tipos de violência cometidas.
22. Capacitação continuada de funcionários dos Centros de Referência a Vítimas de Violência em temas relacionados aos direitos da população LGBT.
23. Instituir, em diálogo entre a Secretaria Estadual de Educação, o Conselho Estadual de Promoção dos Direitos LGBTs e organizações do movimento LGBT, o programa “Escola Livre de Discriminação por Orientação Sexual e Gênero” na rede estadual de ensino público do Rio Grande do Sul.

24. Cotas para pessoas trans na UERGS. Atualmente a universidade reserva 50% das vagas para pessoas economicamente hipossuficientes, negros e índios e 10% para pessoas com deficiência. A Comissão recomenda que seja feito um estudo pela Universidade para adoção de um percentual de cotas para o ingresso de pessoas trans.
25. Garantia de acesso de pessoas trans a banheiros, vestiários e demais espaços segregados por gênero de acordo com o gênero com o qual se identificam, em todos os órgãos da administração pública estadual, com recomendação da mesma garantia aos órgãos das administrações públicas municipais no Rio Grande do Sul.
26. Campanhas educativas, no Estado e nos municípios, de combate ao bullying contra LGBTs.
27. Concessão de isenção do valor de passagens rodoviárias intermunicipais, no Estado, para pessoas em tratamento de HIV/Aids.
28. Diálogo da Secretaria Estadual de Saúde com o movimento LGBT para verificar as necessidades regionais de criação de ambulatórios de saúde LGBTs no Rio Grande do Sul, em parceria com as secretarias municipais de Saúde.
29. Criação, pela Secretaria Estadual da Saúde, em diálogo com as organizações de mulheres lésbicas e bissexuais, de uma diretriz para a assistência à saúde de lésbicas, mulheres bissexuais e que fazem sexo com outras mulheres.
30. Criação, no âmbito das secretarias estaduais pertinentes ao tema, de um programa de acompanhamento de ISTs, distribuição de insumos de prevenção e de segurança no trabalho para profissionais do sexo.
31. Ampliação da oferta, no Sistema Público de Saúde, dos métodos PREP e PEP de prevenção ao HIV.
32. Estabelecimento, no âmbito dos hospitais que gerenciam programas de cirurgia para redesignação genital, de subsídio financeiro a pessoas em situação de vulnerabilidade financeira para a manutenção do pós-operatório.
33. Recomendação aos municípios gaúchos que institucionalizem, através de lei municipal, a promoção e o reconhecimento da liberdade de orientação, prática, manifestação, identidade, preferência sexual e identidade de gênero, estabelecendo penalidades aos estabelecimentos públicos ou privados, seus proprietários, prepostos, responsáveis ou servidores públicos que discriminem pessoas em virtude de sua orientação sexual e identidade de gênero.

34. Criação de um fundo estadual de fomento a políticas públicas para a população LGBT e de combate à LGBTfobia, com editais voltados à instituições de interesse público e universidades para financiamento de ações contra a discriminação e desenvolvimento de pesquisas sobre a população LGBT, cuja execução das verbas seja fiscalizada, também, pelo Conselho Estadual de Promoção dos Direitos LGBTs, com possibilidade de destinação de uma parte destes recursos para o apoio à realização das paradas do orgulho LGBT no Rio Grande do Sul.
35. Apoio técnico do governo do Estado e da Assembleia Legislativa para que os municípios possam viabilizar a criação de conselhos municipais de promoção dos direitos LGBTs.
36. Isenção de taxas, junto ao Poder Judiciário, para retificação de nome de pessoas trans nos cartórios.
37. Alterar o Estatuto e Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado do Rio Grande do Sul, estendendo as licenças à gestante, à adotante e à paternidade, para os casais homoafetivos.

REFERÊNCIAS

Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT). Secretaria de Educação. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015:** as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016.

BELLONI, Maria Luiza. Ensaio sobre a educação a distância no Brasil. **Educação & Sociedade**, Brasília, v. 78, n. 1, p. 117-142, abr. 2002.

BOHM, Alessandra Maria. Educação para a sexualidade, equidade de gênero e diversidade sexual: apontamentos para formação de professores(as) da educação básica. In: FACHINETTO, Rochele Fellini; SEFFNER, Fernando; BULSING, Renan dos Santos. **Educação em Direitos Humanos.** 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.

BOHM, Alessandra Maria. **Os "Monstros" e a Escola:** Identidade e escolaridade de sujeitos travestis. 2009. 103f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2009.

BULGARELLI, Lucas; FONTGALAND, Arthur. **Violência contra LGBTs+ nos contextos eleitoral e pós-eleitoral**. São Paulo: Gênero e Número, 2019. Disponível em: http://violencialgbt.com.br/. Acesso em: 28 abr. 2019.

CANAZARO, Daniela; ARGIMON, Irani Iracema de Lima. Características, sintomas depressivos e fatores associados em mulheres encarceradas no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 7, p.1323-1333, jul, 2010.

COSTA, Ângelo Brandelli; NARDI, Henrique Caetano. Homofobia e preconceito contra diversidade sexual: debate conceitual. **Temas em Psicologia**, v. 23, n. 3, p. 715-726, 2015.

DARC, Larissa. **Vem cá:** vamos conversar sobre a saúde sexual de lésbicas e bissexuais. São Paulo: [s.n.], 2019.

ESTADÃO. **Casa para abrigar LGBTs expulsos pela família é inaugurada após 'vaquinha'**. 25 jan. 2017, 03h00min. Disponível em: <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,apos-vaquinha-casa-para-abrigar-lgbts-expulsos-pela-familia-e-inaugurada,70001640471>. Acesso em: 09 jan. 2019.

FERREIRA, Guilherme Gomes; KLEIN, Caio Cesar; GOULART, Vincent Pereira. A criação de alas ou galerias específicas para LGBTs presos como "política penitenciária": contradições e disputas. **Revista Sociologia Jurídica**, Pelotas, n. 28, jan/jun, p. 21-36, 2019.

FRANCO, Neil; CICILLINI, Graça Aparecida. Teoria *queer* e Educação: diálogos sobre a diferença. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; SILVA, Elenita Pinheiro de Queiroz Silva. **Atravessamentos de gênero, corpos e sexualidades:** linguagens, apelos, desejos, possibilidades e desafios. Rio Grande: Editora da FURG, 2016.

GARCIA, Tamires de Oliveira. **Política criminal e violência contra a população LGBT:** um estudo com a polícia civil e movimentos sociais em Porto Alegre. 295 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade La Salle. Canoas, 2019.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Mortes violentas de LGBT no Brasil**. Relatório 2017. Disponível em: <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/12/relatorio-2081.pdf>. Acesso em: 01 out. 2018.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada); FBSP (Fórum Brasileiro de Segurança Pública). **Atlas da violência 2019**. São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

KLÖCKNER, Conrado. **A superlotação carcerária e os dejetos humanos:** Estudos de caso sobre intervenção judicial na administração penitenciária da Comarca de Porto Alegre. 123f. Trabalho de Conclusão de Curso (Faculdade de Direito) -Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018.

LIMA, Renato Sérgio de; COSTA, Arthur Trindade. Segurança Pública. LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de (orgs.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Boletim Epidemiológico:** HIV/Aids 2018. Secretaria de Vigilância em Saúde: 2018. Disponível em: http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2018/boletim-epidemiologico-hivaids-2018. Acesso em: 09 jul. 2019.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS. **Relatório 2017 do Disque Direitos Humanos**. Balanço Ouvidoria: 2018. Disponível em: https://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/ouvidoria/dados-disque-100/relatorio-balanco-digital.pdf. Acesso em: 25 jul. 2019.

NOGUEIRA, Luís Lindolfo. Educação a distância: Colocar as novas tecnologias da comunicação a serviço da educação ajuda a diminuir as distâncias sociais e pode propiciar, a cada vez mais pessoas, o direito ao saber. **Comunicação e Educação**, São Paulo, v. 5, n. 1, p.34-39, abr. 1996.

NUNES, Cláudio; SEFFNER, Fernando. Quando Aids, Gênero, Sexualidade e Direitos Humanos se encontram no território escolar. In: FACHINETTO, Rochele Fellini;

SEFFNER, Fernando; BULSING, Renan dos Santos. **Educação em Direitos Humanos.** 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.

PASSOS, Amilton Gustavo da Silva. Educação a distância: uma ferramenta possível de inclusão e reinserção de LGBTs no espaço educacional. In: FACHINETTO, Rochele Fellini; SEFFNER, Fernando; BULSING, Renan dos Santos. **Educação em Direitos Humanos.** 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.

PEIXOTO, Valdenízia Bento. Violência contra LGBTs: premissas históricas da violação no Brasil. **Periódicus**, Salvador, n.10, v.1, nov. 2018-abr. 2019.

POLIDORO, Maurício; CANAVESE, Daniel. **Situação da violência contra as populações negra, LGBT, indígena e em situação de rua no Sistema Único de Saúde do Rio Grande do Sul, Brasil:** panorama situacional do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) de 2014 a 2017. Porto Alegre: UFRGS, 2018.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL. **Mapeamento das Comissões Internas de Prevenção a Acidentes e Violência Escolar (CIPAVE)**. Rio Grande do Sul: Governo Estadual do Rio Grande do Sul, 2018. Disponível em: https://cipave.rs.gov.br/resultado-do-mapeamento-cipave. Acesso em: 22 jul. 2019.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. **Diretrizes para a Assistência à Saúde de Lésbicas, Mulheres Bissexuais e que fazem sexo com outras mulheres**. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2011. Disponível em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/sms/usu_doc/protocolo_mulheres_lesbicas2.pdf. Acesso em: 29 jul. 2019.

SEFFNER, F. ; PASSOS, A. G. S. Uma galeria para travestis, gays e seus maridos: Forças discursivas na geração de um acontecimento prisional. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 140-161, 2016.

SOMOS. **Devolutiva Nacional do Projeto Passagens - Rede de Apoio a LGBTs nas prisões**. Resultados finais apresentados no Seminário Internacional Pessoas LGBTI+ em privação de liberdade, Rio de Janeiro, 2019.

SOUZA, Daniel Cerdeira de; COELHO, Ingrid Mesquita; MARTINS, Felipe dos Santos; HONORATO, Eduardo Jorge Sant'Ana. Assassinatos de LGBTs no Brasil – uma análise de literatura entre 2010-2017. **Periódicus**, Salvador, n. 10, v. 1, nov. 2018-abr. 2019.

WARNER, Michael. **Fear of a Queer Planet**. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 1993.

APÊNDICES

APÊNDICE I - Ofício para a Penitenciária Estadual de Charqueadas

Porto Alegre, 08 de maio de 2019.

OF. Nº 002/2019 – CELGBT

Ao Sr. Carlos Roberto da Cunha Rodrigues
Diretor
Penitenciária Estadual de Charqueadas

Ref.: Demandas para pessoas LGBT

Prezado Senhor,

Na oportunidade em que o cumprimento cordialmente, aproveito para agradecer por ter recebido a equipe da Comissão Especial para Análise da Violência contra a população LGBT da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, presidida pela Deputada Estadual Luciana Genro, no dia 22 de abril de 2019. De nossa parte, viemos apresentar algumas demandas da população LGBT encontradas na PEC.

No diálogo com as apenadas, algumas apresentaram o desejo de transferência para outras casas prisionais, em outras cidades, para ficar mais perto da família - demandas que vamos encaminhar por meio de ofício para a Defensoria Pública. Além disso, identificamos lacunas no que diz respeito ao acesso à saúde pública de travestis e transexuais na penitenciária atualmente, entre elas:

a) Falta de distribuição de medicamentos para tratamento de HIV;
b) Não realização de exames de HIV;
c) Falta de distribuição de preservativos; e
d) Sugestão de oferecimento de palestras da Enfermaria sobre DSTs.

Com relação às primeiras, é preciso considerar que a vigilância, prevenção e controle de doenças sexualmente transmissíveis e vírus caracterizados como epidemia é dever do Estado. Tendo em que conta que as pessoas, quando em privação de liberdade, não têm total autonomia para o exercício de direitos e estão sob responsabilidade estatal, é preciso que estes serviços sejam ofertados pelo sistema prisional, de modo a não propiciar ambiente que possibilite a propagação de vírus e doenças.

Encaminhamos esse ofício para compreender o contexto que gerou os problemas apresentados e saber quais providências estão sendo tomadas.

Colocamos nosso mandato à disposição para contribuir na resolução destes problemas.

Atenciosamente,

Deputada Luciana Genro,
Presidente da Comissão Especial para Análise da
Violência Contra a População LGBT.

APÊNDICE II - Ofício para o Núcleo de Defesa em Execução Penal (NUDEP)

Porto Alegre, 08 de maio de 2019.

OF. Nº 003/2019 – CELGBT

Ao Núcleo de Defesa em Execução Penal (NUDEP)
Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul

Ref.: Demandas de pessoas LGBT da Penitenciária Estadual de Charqueadas

Prezado(a) Sr. Defensor(a),

Na oportunidade em que o cumprimento cordialmente, venho apresentar algumas demandas da população LGBT da Penitenciária Estadual de Charqueadas. A Comissão Especial para Análise da Violência contra a população LGBT da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, presidida pela Deputada Estadual Luciana Genro, visitou a PEC no dia 22 de abril de 2019. Na data, fomos recebidos pela administração da casa prisional, que nos acompanhou ao longo da diligência para conhecer a estrutura das celas 18 e 19 da Galeria A e conversar com algumas mulheres transexuais e travestis que estão alojadas nesses locais.

Dialogando com apenadas sobre as condições estruturais do local, forma de tratamento pelos agentes e situações específicas de cada uma, foram apresentadas algumas demandas judiciais:

a) Mycaela (apenada cujo registro consta como Marcos Roberto do Amaral) relatou o desejo de ser transferida para Palmeira das Missões para ficar mais perto da família;
b) As apenadas cujo registro consta como Max Emiliano Ferreira de Lima e Luiz Fernando Silva Lima manifestaram interesse na transferência para a PECAN.

Encaminhamos esse ofício para apresentar demandas de cunho judicial que encontramos na PEC, para que possam ter o devido encaminhamento que a Defensoria entender cabível.

Colocamos nosso mandato à disposição para contribuir na resolução destes problemas.

Atenciosamente,

Deputada Luciana Genro,
Presidente da Comissão Especial para Análise da
Violência Contra a População LGBT.

APÊNDICE III - Ofício para o 1º Juizado da 1ª Vara de Execução Criminal de Porto Alegre

Porto Alegre, 03 de maio de 2019.

OF. Nº 004/2019 – CELGBT

Ao Sr. Juiz Paulo Augusto Oliveira Irion
1º Juizado da 1ª Vara de Execução Criminal de Porto Alegre

Ref.: Demandas de pessoas LGBT da Penitenciária Estadual de Charqueadas

Prezado(a) Sr. Defensor(a),

Na oportunidade em que o cumprimento cordialmente, venho apresentar algumas demandas da população LGBT da Penitenciária Estadual de Charqueadas. A Comissão Especial para Análise da Violência contra a população LGBT da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, presidida pela Deputada Estadual Luciana Genro, visitou a PEC no dia 22 de abril de 2019. Na data, também acompanhou a diligência o assessor do Juiz Paulo Augusto Oliveira Irion, do 1º Juizado da 1ª Vara de Execução Criminal de Porto Alegre, Marcos Ungaretti.

Nas condições oferecidas pela penitenciária atualmente, além da falta de distribuição de medicamentos para tratamento de HIV, não realização de exames de HIV e falta de distribuição de preservativos - questões que foram encaminhadas para a penitenciária a fim de averiguar quais medidas estão sendo tomadas -, foram apresentadas algumas demandas judiciais:

a) [redacted] (apenada cujo registro consta como [redacted]) relatou o desejo de ser transferida para Palmeira das Missões para ficar mais perto da família;
b) As apenadas cujo registro consta como [redacted] e [redacted] manifestaram interesse na transferência para a PECAN.

Além disso, foi relatado pelas apenadas o problema da escola estar fechada.

Encaminhamos esse ofício para apresentar algumas demandas que encontramos na PEC - e que também foram enviadas ao Núcleo de Defesa em Execução Penal (NUDEP) da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul. No mais, para compartilhar percepções tidas sobre as condições estruturais do local e situações específicas de apenadas.

Colocamos nosso mandato à disposição para contribuir na resolução destes problemas.

Atenciosamente,

Deputada Luciana Genro,
Presidente da Comissão Especial para Análise da
Violência Contra a População LGBT.

APÊNDICE IV - Ofício para a Cadeia Pública de Porto Alegre

Porto Alegre, 04 de junho de 2019.

OF. Nº 008/2019 – CELGBT

Ao Sr. Tenente Coronel Magno
Diretor
Cadeia Pública de Porto Alegre

Ref.: Demandas para pessoas LGBT

Prezado Senhor,

Na oportunidade em que o cumprimento cordialmente, aproveito para agradecer por ter recebido a equipe da Comissão Especial para Análise da Violência contra a população LGBT da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, presidida pela Deputada Estadual Luciana Genro, no dia 17 de maio de 2019. De nossa parte, viemos apresentar algumas demandas da população LGBT encontradas na Cadeia Pública de Porto Alegre.

No diálogo com os apenados, identificamos algumas lacunas nos serviços da cadeia pública, entre elas:

a) **Não divulgação dos resultados de testes de ISTs:** é realizado teste no momento da prisão, mas fomos informados que não é fornecido o resultado ao acusado. Considerando que a vigilância e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e vírus caracterizados como epidemia são deveres do Estado, é preciso que sejam fornecidos os resultados dos exames, também como forma de controle;

b) **Não fornecimento de medicamentos:** Kevin Brandon é primário e está preso há 4 meses, período em que está privado do tratamento psiquiátrico para doença mental. Se a casa prisional não permite que a medicação seja fornecida pela família, é dever do Estado fornecer o medicamento para quem está sob custódia do sistema carcerário;

c) **Impossibilidade de tratamento hormonal, retificação de nome social e uso de roupas femininas:** 1) a transexual [redacted], cujo registro consta como [redacted], fazia tratamento hormonal antes de estar privada de liberdade e a família poderia fornecer os

medicamentos para que continuasse a intervenção medicamentosa, mesmo estando presa. Ocorre que a administração prisional não permite que receba a medicação pela família, e também não está recebendo acompanhamento por parte do Estado. De igual maneira, 2) a mesma apenada já solicitou inúmeras vezes a retificação de seu nome social, para constar o nome [redacted] em seus documentos, o que exigiria movimentação oficial junto a qualquer cartório, mas não obteve resposta da casa prisional. Além disso, 3) [redacted] é proibida pela administração de usar roupas femininas, nem mesmo íntimas, o que viola integralmente sua identidade de gênero. Pode utilizar trajes femininos somente no convívio dentro da Galeria H, o que faz com quem tenha que circular na casa prisional com roupas masculinas.

d) **Distribuição de preservativos:** a quantidade de preservativos distribuídos é de 140 por mês, sendo que são 15 pessoas na galeria atualmente. Nesse sentido, foi apresentada a situação de que a quantidade distribuída é insuficiente, o que atentamos que pode acarretar riscos.

Encaminhamos esse ofício para compreender o contexto que gerou os problemas apresentados e saber quais providências estão sendo tomadas.

Colocamos nosso mandato à disposição para contribuir na resolução destes problemas.

Atenciosamente,

Deputada Luciana Genro,
Presidente da Comissão Especial para Análise da
Violência Contra a População LGBT.

APÊNDICE V - Ofício para o Núcleo de Defesa em Execução Penal (NUDEP)

Porto Alegre, 04 de junho de 2019.

OF. Nº 009/2019 – CELGBT

Ao Núcleo de Defesa em Execução Penal (NUDEP)
Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul

Ref.: Demandas de pessoas LGBT da Cadeia Pública de Porto Alegre

Prezado(a) Sr. Defensor(a),

Na oportunidade em que o cumprimento cordialmente, venho apresentar algumas demandas da população LGBT da Cadeia Pública de Porto Alegre. A Comissão Especial para Análise da Violência contra a população LGBT da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, presidida pela Deputada Estadual Luciana Genro, visitou a Cadeia Pública de Porto Alegre no dia 21 de maio de 2019. Na data, fomos recebidos pela administração da casa prisional, que nos acompanhou ao longo da diligência para conhecer a estrutura da Galeria H e conversar com alguns homossexuais e uma mulher transexual que estão alojadas no local.

Dialogando com as pessoas apenadas sobre as condições estruturais do local, forma de tratamento pelos agentes da polícia militar e situações específicas de cada uma, foram apresentadas algumas demandas que poderiam ter encaminhamento judicial:

a) **Não divulgação dos resultados de testes de ISTs:** é realizado teste no momento da prisão, mas fomos informados que não é fornecido o resultado ao apenado. Considerando que a vigilância e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e vírus caracterizados como epidemia são deveres do Estado, é preciso que sejam fornecidos os resultados dos exames, também como forma de controle;

b) **Não fornecimento de medicamentos:** Kevin Brandon é primário e está preso há 4 meses, período em que está privado do tratamento psiquiátrico para doença mental. Se a casa prisional não permite que a medicação seja fornecida pela família, é dever do Estado fornecer o medicamento para quem está sob custódia do sistema carcerário;

c) **Impossibilidade de tratamento hormonal, retificação de nome social e uso de roupas**

femininas: 1) a transexual [redacted], cujo registro consta como [redacted], fazia tratamento hormonal antes de estar privada de liberdade e a família poderia fornecer os medicamentos para que continuasse a intervenção medicamentosa, mesmo estando presa. Ocorre que a administração prisional não permite que receba a medicação pela família, e também não está recebendo acompanhamento por parte do Estado. De igual maneira, 2) a mesma apenada já solicitou inúmeras vezes a retificação de seu nome social, para constar o nome [redacted] em seus documentos, o que exigiria movimentação oficial junto a qualquer cartório, mas não obteve resposta da casa prisional. Além disso, 3) [redacted] é proibida pela administração de usar roupas femininas, nem mesmo íntimas, o que viola integralmente sua identidade de gênero. Pode utilizar trajes femininos somente no convívio dentro da Galeria H, o que faz com quem tenha que circular na casa prisional com roupas masculinas.

d) **Distribuição de preservativos:** a quantidade de preservativos distribuídos é de 140 por mês, sendo que são 15 pessoas na galeria atualmente. Com isso, não há nem 1 por dia para cada apenado, o que pode apresentar risco para a propagação de vírus e doenças sexualmente transmissíveis.

Encaminhamos esse ofício para apresentar demandas de cunho judicial que encontramos na Cadeia Pública de Porto Alegre, para que possam ter o devido encaminhamento que a Defensoria entender cabível.

Colocamos nosso mandato à disposição para contribuir na resolução destes problemas.

Atenciosamente,

Deputada Luciana Genro,
Presidente da Comissão Especial para Análise da
Violência Contra a População LGBT.

APÊNDICE VI - Ofício para o 2º Juizado da 1ª Vara de Execução Criminal de Porto Alegre

Porto Alegre, 04 de junho de 2019.

OF. Nº 010/2019 – CELGBT

À Sra. Juíza Sonáli da Cruz Zluhan
2º Juizado da 1ª Vara de Execução Criminal de Porto Alegre

Ref.: Demandas de pessoas LGBT da Cadeia Pública de Porto Alegre

Prezada Sra. Juíza,

Na oportunidade em que a cumprimento cordialmente, aproveito para agradecer por ter acompanhado a equipe da Comissão Especial para Análise da Violência contra a população LGBT da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, presidida pela Deputada Estadual Luciana Genro, no dia 17 de maio de 2019, em visita à Cadeia Pública de Porto Alegre. De nossa parte, viemos apresentar algumas demandas da população LGBT encontradas no local.

Nas condições oferecidas pela cadeia pública atualmente, foram identificadas algumas demandas que podem interessar à atuação judiciária:

a) **Não divulgação dos resultados de testes de ISTs:** é realizado teste no momento da prisão, mas fomos informados que não é fornecido o resultado ao acusado. Considerando que a vigilância e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e vírus caracterizados como epidemia são deveres do Estado, é preciso que sejam fornecidos os resultados dos exames, também como forma de controle;

b) **Não fornecimento de medicamentos:** Kevin Brandon é primário e está preso há 4 meses, período em que está privado do tratamento psiquiátrico para doença mental. Se a casa prisional não permite que a medicação seja fornecida pela família, é dever do Estado fornecer o medicamento para quem está sob custódia do sistema carcerário;

c) **Impossibilidade de tratamento hormonal, retificação de nome social e uso de roupas femininas:** 1) a transexual [redacted], cujo registro consta como [redacted], fazia tratamento hormonal antes de estar privada de liberdade e a família poderia fornecer os medicamentos para que continuasse a intervenção medicamentosa,

mesmo estando presa. Ocorre que a administração prisional não permite que receba a medicação pela família, e também não está recebendo acompanhamento por parte do Estado. De igual maneira, 2) a mesma apenada já solicitou inúmeras vezes a retificação de seu nome social, para constar o nome [redacted] em seus documentos, o que exigiria movimentação oficial junto a qualquer cartório, mas não obteve resposta da casa prisional. Além disso, 3) [redacted] é proibida pela administração de usar roupas femininas, nem mesmo íntimas, o que viola integralmente sua identidade de gênero. Pode utilizar trajes femininos somente no convívio dentro da Galeria H, o que faz com quem tenha que circular na casa prisional com roupas masculinas.

d) **Distribuição de preservativos:** a quantidade de preservativos distribuídos é de 140 por mês, sendo que são 15 pessoas na galeria atualmente. Com isso, não há nem 1 por dia para cada apenado, o que pode apresentar risco para a propagação de vírus e doenças.

Encaminhamos esse ofício para apresentar algumas demandas que encontramos na Cadeia Pública de Porto Alegre - e que também foram enviadas ao Núcleo de Defesa em Execução Penal (NUDEP) da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul. No mais, para compartilhar percepções tidas sobre as condições estruturais do local e situações específicas das pessoas apenadas.

Colocamos nosso mandato à disposição para contribuir na resolução destes problemas.

Atenciosamente,

Deputada Luciana Genro,
Presidente da Comissão Especial para Análise da
Violência Contra a População LGBT.

APÊNDICE VII - Ofício para a Fundação de Assistência Social e Cidadania - FASC

Porto Alegre, 04 de junho de 2019.

OF. Nº 011/2019 – CELGBT

À Sra. Presidente Vera Ponzio
Fundação de Assistência Social e Cidadania - FASC

Ref.: Dados de pessoas LGBT acolhidas pelo sistema de assistência social de Porto Alegre

Prezada Sra. Presidente,

Na oportunidade em que a cumprimento cordialmente, aproveito para informar que foi instalada a Comissão Especial de Análise da Violência Contra a População LGBT, aos 25 dias do mês de março do corrente ano, na sala da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

Uma das ações previstas no Plano de Trabalho aprovado pelos 12 parlamentares que integram a Comissão é a análise de dados dos projetos desenvolvidos pelo Poder Público para acolhimento da população LGBT. Para contribuir com o relatório final desta Comissão, solicitamos o envio de informações e dos dados de pessoas LGBT atendidas nos estabelecimentos da FASC e dos projetos de assistência social e cidadania desenvolvidos por esta instituição com foco na referida comunidade.

Atenciosamente,

Deputada Luciana Genro,
Presidente da Comissão Especial para Análise da
Violência Contra a População LGBT.

APÊNDICE VIII - Ofício para a Penitenciária Feminina Madre Pelletier

Porto Alegre, 06 de junho de 2019.

OF. Nº 012/2019 – CELGBT

À Sra. Maria Clara Oliveira de Matos
Diretora
Penitenciária Feminina Madre Pelletier

Ref.: Demandas de pessoas LGBT da Penitenciária Feminina Madre Pelletier

Prezada Sra. Diretora,

Na oportunidade em que a cumprimento cordialmente, venho apresentar algumas demandas percebidas a partir da visita da Comissão Especial para Análise da Violência contra a população LGBT da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, presidida pela Deputada Estadual Luciana Genro, ocorrida no dia 27 de maio de 2019. Na data, a administração da casa prisional recebeu a equipe e conduziu a visita para conhecer a estrutura da Unidade Materno-Infantil, tendo também autorizado o diálogo com algumas mulheres LGBTs que estão alojadas no local.

Essas conversas apontaram para a demanda de um apenado (homem transexual) que gostaria de realizar a retificação de nome social, bem como tratamento hormonal adequado de transexualidade. São modificações constituintes de identidade de gênero e podem ser resolvidas por meio de dois movimentos: a) encaminhamento oficial de retificação de nome civil junto a qualquer cartório; e b) direcionamento para endocrinologista a fim de dar início à tratamento hormonal. Para constar, o nome de registro é [redacted], cujo nome social é [redacted].

Encaminhamos esse ofício para sugerir algumas providências que poderiam ser tomadas.

Colocamos a Comissão e o nosso mandato à disposição para contribuir na resolução destes problemas.

Atenciosamente,

Deputada Luciana Genro,
Presidente da Comissão Especial para Análise da
Violência Contra a População LGBT.

APÊNDICE IX - Ofício para o Núcleo de Defesa em Execução Penal (NUDEP)

Porto Alegre, 23 de julho de 2019.

OF. Nº 013/2019 – CELGBT

Ao Núcleo de Defesa em Execução Penal (NUDEP)
Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul

Ref.: Demandas de pessoas LGBT da Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba

Prezado Sr. Defensor,

Na oportunidade em que o cumprimento cordialmente, venho apresentar algumas demandas da população LGBT da Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba. A Comissão Especial para Análise da Violência contra a população LGBT da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, presidida pela Deputada Estadual Luciana Genro, visitou a Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba em junho de 2019.

Na visita, fomos recebidos pela administração da casa prisional, que nos acompanhou ao longo da diligência para conhecer a estrutura de uma das galerias e conversar com algumas mulheres apenadas e um homem transexual. Dialogando com as pessoas apenadas sobre as condições estruturais do local, forma de tratamento pelos agentes e situações específicas de cada uma, foram apresentadas algumas demandas que poderiam ter encaminhamento judicial:

a) Inúmeras mulheres em privação de liberdade apontaram que as visitas da Defensoria Pública ocorrem somente uma vez por mês, o que impossibilita o atendimento regular de todas que necessitam deste serviço. Uma das demandas seria para que essas agendas ocorressem com mais frequência;

b) As apenadas abaixo listadas alegaram que cumprem os requisitos do Código de Processo Penal e da decisão do Habeas Corpus Coletivo HC 143641, que determinam que mulheres gestantes ou mães de crianças de até 12 anos ou de pessoas com deficiência devem ter a prisão preventiva convertida em domiciliar:

1. [redacted];
2. [redacted];
3. [redacted];
4. [redacted];
5. [redacted];

6. [redacted];
7. [redacted];
8. [redacted];
9. [redacted].

c) [redacted]**:** a apenada depende da Defensoria Pública e alega que deveria ter progredido de regime (para prisão domiciliar) em 22 de maio.

d) [redacted]**:** a apenada depende da Defensoria Pública. Deseja saber sobre sua remição de pena e também o paradeiro do filho. Cumpre pena há 1 ano e 1 mês, sempre trabalhando, por isso reclama o direito à atualização de sua GEP, a fim de saber quantos dias de remição já obteve com o trabalho.

e) [redacted]**:** a apenada depende da Defensoria Pública. Estava em liberdade condicional e quando voltou ao Foro para "assinar a condicional" foi presa como foragida. Está há seis meses em Guaíba e não sabe por que voltou para a prisão e por quanto tempo mais terá que ficar.

Encaminhamos esse ofício para apresentar algumas das demandas que encontramos na Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba, para que possam ter o devido encaminhamento que a Defensoria entender cabível.

Colocamos nosso mandato à disposição para contribuir na resolução destes problemas.

Atenciosamente,

Deputada Luciana Genro,
Presidente da Comissão Especial para Análise da
Violência Contra a População LGBT.

APÊNDICE X - Ofício para o Juizado Regional da infância e Juventude de Novo Hamburgo

Porto Alegre, 22 de julho de 2019.

OF. Nº 014/2019 – CELGBT

Ao Juizado Regional da Infância e Juventude de Novo Hamburgo
Poder Judiciário

Ref.: Demandas de pessoas LGBT da Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba

Prezado(a) Sr.(a) Juiz(íza),

Na oportunidade em que o cumprimento cordialmente, venho apresentar algumas demandas da população LGBT da Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba. A Comissão Especial para Análise da Violência contra a população LGBT da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, presidida pela Deputada Estadual Luciana Genro, visitou a Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba em junho de 2019.

Na data, fomos recebidos pela administração da casa prisional, que nos acompanhou ao longo da diligência para conhecer a estrutura de uma das galerias e conversar com algumas mulheres apenadas e um homem transexual. Dialogando com as pessoas apenadas surgiram algumas demandas que poderiam ter encaminhamento judicial sobre execução das penas privativas de liberdade, entre outros temas. Um deles pode ter relação com este Juizado:

> a) [redacted]**:** é uma apenada que cumpre pena na Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba há 1 ano e 1 mês, sempre trabalhando. Segundo ela, tem um filho de 1 ano e um mês. Relatou que foi presa no hospital, depois de ter dado à luz na rua. O nome da criança é [redacted] e estava no Lar Padilha, em Taquara, mas agora ele está com uma família substituta. [redacted] gostaria de saber onde e com quem está o filho, pois se preocupa com ele e demanda o direito a informações.

Encaminhamos esse ofício porque o Juizado Regional da Infância e Juventude de Novo Hamburgo abrange a Comarca de Taquara - município onde fica o Lar Padilha - na matéria de infância e juventude. Solicitamos que sejam providenciadas as informações solicitadas pela apenada e encaminhadas em resposta.

Colocamos nosso mandato à disposição para contribuir na resolução destes problemas.

Atenciosamente,

Deputada Luciana Genro,
Presidente da Comissão Especial para Análise da
Violência Contra a População LGBT.

APÊNDICE XI - Ofício para a Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba

Porto Alegre, 23 de julho de 2019.

OF. Nº 015/2019 – CELGBT

Ao Sr. Rogério Mota
Diretor da Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba

Ref.: Demandas de pessoas LGBT da Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba

Prezado Sr. Diretor,

Na oportunidade em que o cumprimento cordialmente, aproveito para agradecer por ter recebido a equipe da Comissão Especial para Análise da Violência contra a população LGBT da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, presidida pela Deputada Estadual Luciana Genro, no dia 06 de junho de 2019. De nossa parte, viemos apresentar algumas demandas da população LGBT encontradas na Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba.

Dialogando com as pessoas apenadas sobre as condições estruturais do local, forma de tratamento pelos agentes e situações específicas de cada uma, foram apresentadas algumas demandas:

a) Inúmeras mulheres em privação de liberdade apontaram que as visitas da Defensoria Pública ocorrem somente uma vez por mês, o que impossibilita o atendimento regular de todas que necessitam deste serviço. Uma das demandas seria para que essas agendas ocorressem com mais frequência;

b) Outra pauta seria em relação à restrição dos itens da "sacola" que é levada por visitantes. As mulheres pertencem a um dos segmentos que menos recebe visita no ambiente prisional, o que faz com que os materiais levados para uma precisem ser divididos entre várias. Com isso, o número de itens que pode ser entregue a cada visita (5) é insuficiente para as necessidades das apenadas;

c) A limpeza da casa prisional é feita pelas apenadas. Ocorre que os materiais usados para o serviço precisam ser trazidos pelas próprias mulheres, pois a penitenciária não fornece material de limpeza. A maior parte da população encarcerada pertence às classes mais desfavorecidas economicamente, fazendo dessa medida um abuso para com as

famílias que fazem visitas, pois evidentemente é dever do estabelecimento prisional fornecer os materiais de limpeza.

d) Biblioteca: foi relatado que o uso da biblioteca é restrito a quem ocupa a galeria onde ela fica situada. A medida não parece pedagógica, na medida que, de toda a casa prisional, somente é permitido o acesso de uma galeria à biblioteca. Neste caso, talvez fosse possível organizar um horário de visitas para as demais galerias.

e) O apenado [redacted] relatou que fazia tratamento hormonal e não está sendo autorizado a seguir o tratamento na Penitenciária de Guaíba, o que tem produzido efeitos colaterais no seu corpo. A família poderia fornecer as medicações e ele solicita o prosseguimento do tratamento. Além disso, ele teria solicitado consulta com psicóloga há 3 semanas (na data da visita), sem nenhum sucesso no atendimento do pedido. Com relação à preservação de sua intimidade, ele narrou casos em que pediu para ser revistado isoladamente, mas que nem sempre as agentes respeitam isso. Por fim, solicitou que seja autorizada a visita de seu filho adotivo, [redacted], de 2 anos.

Encaminhamos esse ofício para compreender o contexto que gerou os problemas apresentados e saber quais providências estão sendo tomadas. No mais, para compartilhar percepções tidas sobre as condições do local e situações específicas das pessoas apenadas.

Informamos também que outros ofícios também foram enviados para a Defensoria Pública; a 2ª Vara de Execução Criminal do 1º Juizado de Porto Alegre; e Ministério Público.

Colocamos nosso mandato à disposição para contribuir na resolução destes problemas.

Atenciosamente,

Deputada Luciana Genro,
Presidente da Comissão Especial para Análise da
Violência Contra a População LGBT.

APÊNDICE XII - Ofício para o 2ª Vara de Execução Criminal - 1º Juizado de Porto Alegre

Porto Alegre, 23 de julho de 2019.

OF. Nº 016/2019 – CELGBT

À Juíza Patrícia Fraga Martins
2ª Vara de Execução Criminal – 1º Juizado de Porto Alegre

Ref.: Demandas de pessoas LGBT da Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba

Prezada Sra. Juíza,

Na oportunidade em que a cumprimento cordialmente, venho apresentar algumas demandas da população LGBT da Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba. A Comissão Especial para Análise da Violência contra a população LGBT da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, presidida pela Deputada Estadual Luciana Genro, visitou a Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba em junho de 2019.

Na visita, fomos recebidos pela administração da casa prisional, que nos acompanhou ao longo da diligência para conhecer a estrutura de uma das galerias e conversar com algumas mulheres apenadas e um homem transexual. Dialogando com as pessoas privadas de liberdade sobre as condições estruturais do local, forma de tratamento pelos agentes e situações específicas de cada uma, foram apresentadas algumas demandas, quais sejam:

a) As apenadas abaixo listadas alegaram que cumprem os requisitos do Código de Processo Penal e da decisão do Habeas Corpus Coletivo HC 143641, que determinam que mulheres gestantes ou mães de crianças de até 12 anos ou de pessoas com deficiência devem ter a prisão preventiva convertida em domiciliar:

1. [redacted]
2.
3.
4.
5.
6.
7.
8.
9.

b) O apenado [redacted] relatou que fazia tratamento hormonal e não está sendo autorizado a seguir na Penitenciária de Guaíba, o que tem produzido efeitos colaterais no corpo. A família poderia fornecer as medicações e ele solicita o prosseguimento do tratamento. Além disso, ele teria solicitado consulta com psicóloga há 3 semanas (na data da visita), sem nenhum sucesso no atendimento do pedido. Com relação à preservação de sua intimidade, ele narrou casos em que pediu para ser revistado isoladamente, mas que nem sempre as agentes respeitam isso. Por fim, solicitou que seja autorizada a visita de seu filho adotivo, [redacted], de 2 anos.

c) Outra pauta seria em relação à restrição dos itens da "sacola" que é levada por visitantes. As mulheres pertencem a um dos segmentos que menos recebe visita no ambiente prisional, o que faz com que os materiais levados para uma precisem ser divididos entre várias. Com isso, o número de itens que pode ser entregue a cada visita (5) é insuficiente para as necessidades das apenadas;

d) A limpeza da casa prisional é feita pelas apenadas. Ocorre que os materiais usados para o serviço precisam ser trazidos pelas próprias mulheres, pois a penitenciária não fornece material de limpeza. A maior parte da população encarcerada pertence às classes mais desfavorecidas economicamente, fazendo dessa medida um abuso para com as famílias que fazem visitas, pois evidentemente é dever do estabelecimento prisional fornecer os materiais de limpeza.

Encaminhamos esse ofício para apresentar algumas das demandas que encontramos na Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba, para que possam ter o devido encaminhamento que o Juizado entender cabível. Informamos também que outros ofícios também foram enviados para a Defensoria Pública; Direção da Penitenciária; e Ministério Público.

Solicitamos também que a Vara junte este ofício no expediente administrativo da casa prisional.

Colocamos nosso mandato à disposição para contribuir na resolução destes problemas.

Atenciosamente,

Deputada Luciana Genro,
Presidente da Comissão Especial para Análise da
Violência Contra a População LGBT.

APÊNDICE XIII - Ofício para a Promotoria de Justiça de Execução Criminal de Porto Alegre

Porto Alegre, 23 de julho de 2019.

OF. Nº 017/2019 – CELGBT

Ao Promotor de Justiça Alexander Gutterres Thomé
Promotoria de Justiça de Execução Criminal de Porto Alegre

Ref.: Demandas de pessoas LGBT da Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba

Prezado Sr. Promotor,

Na oportunidade em que o cumprimento cordialmente, venho apresentar algumas demandas da população LGBT da Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba. A Comissão Especial para Análise da Violência contra a população LGBT da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, presidida pela Deputada Estadual Luciana Genro, visitou a Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba em junho de 2019.

Na visita, fomos recebidos pela administração da casa prisional, que nos acompanhou ao longo da diligência para conhecer a estrutura de uma das galerias e conversar com algumas mulheres apenadas e um homem transexual. Dialogando com as pessoas privadas de liberdade sobre as condições estruturais do local, forma de tratamento pelos agentes e situações específicas de cada uma, foram apresentadas algumas demandas, quais sejam:

a) As apenadas abaixo listadas alegaram que cumprem os requisitos do Código de Processo Penal e da decisão do Habeas Corpus Coletivo HC 143641, que determinam que mulheres gestantes ou mães de crianças de até 12 anos ou de pessoas com deficiência devem ter a prisão preventiva convertida em domiciliar:

1. [redacted]
2.
3.
4.
5.
6.
7.
8.
9.

b) Outra pauta seria em relação à restrição dos itens da “sacola” que é levada por visitantes. As mulheres pertencem a um dos segmentos que menos recebe visita no ambiente prisional, o que faz com que os materiais levados para uma precisem ser divididos entre várias. Com isso, o número de itens que pode ser entregue a cada visita (5) é insuficiente para as necessidades das apenadas;

c) A limpeza da casa prisional é feita pelas apenadas. Ocorre que os materiais usados para o serviço precisam ser trazidos pelas próprias mulheres, pois a penitenciária não fornece material de limpeza. A maior parte da população encarcerada pertence às classes mais desfavorecidas economicamente, fazendo dessa medida um abuso para com as famílias que fazem visitas, pois evidentemente é dever do estabelecimento prisional fornecer os materiais de limpeza.

Encaminhamos esse ofício para apresentar algumas das demandas que encontramos na Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba, para que possam ter o devido encaminhamento que a Promotoria entender cabível. Informamos também que outros ofícios também foram enviados para a Defensoria Pública; Direção da Penitenciária; e Vara de Execução Criminal.

Colocamos nosso mandato à disposição para contribuir na resolução destes problemas.

Atenciosamente,

Deputada Luciana Genro,
Presidente da Comissão Especial para Análise da
Violência Contra a População LGBT.

ANEXOS

ANEXO I - E-mail da Direção do Presídio de Charqueadas

Luciana Genro

De: Penit. Est. de Charqueadas <pec@susepe.rs.gov.br>
Enviado em: sexta-feira, 17 de maio de 2019 13:55
Para: Luciana Genro
Assunto: Re: Demandas para pessoas LGBT

Prioridade: Alta

Sinalizador de acompanhamento: Acompanhar
Status do sinalizador: Sinalizada

Prezada Deputada, ao saudá-la cordialmente informo que estamos em dia com exames, atendimento com unidade de saúde básica completa, inclusive saúde mental e fornecimento de remédios (inclusive preservativos) as pessoas presas recolhidas nesta PEC, bem como temos uma oficina agendada para segunda dia 20/05/19, com palestra de ´profissional da área da saúde e dia da beleza.

Atenciosamente,

CARLOS ROBERTO DA **CUNHA** RODRIGUES
DIRETOR-PEC
3658-7925, 3658-7490, 3658-3110
cel whatts 999409245, func 985954719.

Em 16/05/2019 às 16:26 horas, luciana.genro@al.rs.gov.br escreveu:

> Ao Sr. Carlos Roberto da Cunha Rodrigues
>
> Diretor
>
> Penitenciária Estadual de Charqueadas
>
> **OF. Nº 002/2019 – CELGBT** (em anexo)
>
> Ref.: Demandas para pessoas LGBT
>
> Atenciosamente,

1

Luciana Genro (PSOL)

Deputada Estadual

Presidente da Comissão Especial para análise da violência contra a população LGBT

ANEXO II - E-mail do NUDEP referente ao Presídio de Charqueadas

Luciana Genro

De: Nucleo De Defesa Em Execucao Penal <nudep@defensoria.rs.def.br>
Enviado em: sexta-feira, 17 de maio de 2019 14:36
Para: Luciana Genro
Assunto: Re: Demandas de pessoas LGBT da Penitenciária Estadual de Charqueadas

Prezado(a)s:

Acusamos o recebimento do e-mail e informamos que serão adotadas as medidas cabíveis.

Atenciosamente,

Pense antes de imprimir
O Meio Ambiente agradece

Núcleo de Defesa em Execução Penal - NUDEP
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Rua Sete de Setembro nº 666, sala 901, Centro Histórico
CEP: 90.010-190 - Porto Alegre/RS
Fone: (51) 3210-9332
www.defensoria.rs.def.br

De: "Luciana Genro" <luciana.genro@al.rs.gov.br>
Para: nudep@defensoria.rs.gov.br
Enviadas: Quinta-feira, 16 de maio de 2019 16:20:10
Assunto: Demandas de pessoas LGBT da Penitenciária Estadual de Charqueadas

Ao Núcleo de Defesa em Execução Penal (NUDEP)
Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul

OF. Nº 003/2019 – CELGBT (em anexo)

Ref.: Demandas de pessoas LGBT da Penitenciária Estadual de Charqueadas

Atenciosamente,

Luciana Genro (PSOL)

Deputada Estadual

Presidente da Comissão Especial para análise da violência contra a população LGBT

-

"Esta mensagem pode conter informação confidencial ou privilegiada, sendo seu sigilo protegido por lei. Se você não for o destinatário ou a pessoa autorizada a receber esta mensagem, não pode usar, copiar ou

1

divulgar as informações nela contidas ou tomar qualquer ação baseada nessas informações. Se você recebeu esta mensagem por engano, por favor, avise imediatamente ao remetente, respondendo o e-mail e em seguida apague-a. Agradecemos sua cooperação."

ANEXO III - Ofício da Cadeia Pública de Porto Alegre

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
SUSEPE – CADEIA PÚBLICA DE PORTO ALEGRE
"Presídio Tenente Coronel JAINER PEREIRA ALVES"
ADMINISTRAÇÃO BRIGADA MILITAR

Of 408/Sec-CPPA/2019

Porto Alegre, 27 de junho de 2019.

Prezada Senhora,

Ao cumprimentar cordialmente Vossa Senhoria, no tocante a solicitação encaminhada via e-mail, referente às demandas e orientações à população LGBT desta Casa, passo a expender:

No que tange a não divulgação dos testes de ISTs: Por ocasião do ingresso na Casa, todo preso recebe atendimento preliminar, através do projeto Porta de Entrada, ocasião em que se realiza a anamneses de todas as patologias, com ênfase para a tuberculose, bem como são oferecidos testes de HIV, sífilis e hepatite. Por ocasião da realização dos exames, os presos são informados de que, aqueles cujos resultados forem positivos serão chamados para início do tratamento, bem como que o não chamamento implica em resultado negativo para a contaminação em qualquer dos exames realizados (porquanto tal procedimento não se restringe àquela galeria, ao contrário disso, se estende a todas as demais galerias compreendidas pro esta unidade prisional, e se assim não o fosse, ter-se-ia a movimentação de cerca de quatro mil e quinhentos presos desnecessariamente, em desatendimento aos princípios da Administração Pública, bem como de segurança da Casa). Desta sorte, todos os presos, tanto da galeria GBT, quanto das demais, que não estão em tratamento, têm conhecimento que não estão contaminados, porquanto recebem expressamente esta informação durante a realização dos exames;

A M.D. Presidente da Comissão Especial para Análise da Violência Contra a População LGBT
Nesta Capital/RS

Referente ao não fornecimento de medicamentos para o preso [redacted]: O preso em referência ingressou nesta Casa Prisional em 21/01/2019, iniciando tratamento psiquiátrico em 23/01/2019, com Dr. Marco A. Argollo Mendes - Médico Psiquiatra CRM 29370. Em razão do histórico sanitário, vem sendo acompanhado periodicamente, sua última consulta data de 25/06/19, com reconsulta agendada para 24/07/19. Desde a data da sua primeira consulta, vem recebendo medicação regularmente;

Concernente à impossibilidade de tratamento hormonal, retificação de nome e uso de roupas femininas: - impossibilidade de tratamento hormonal: A 3ª. galeria do pavilhão "H", possui 13 reeducandos LGBT, os quais são acompanhados pelo setor técnico desta Casa Prisional, recebendo atendimento com psicóloga e assistente social específicas para esta galeria. São realizadas palestras (rodas de conversas) com esta população carcerária, na Capela (sala multiuso), acompanhadas pela psicóloga da galeria e enfermeira, onde são tratados os mais diversos assuntos: DSTs, uso de preservativos, etc. Acerca do uso de hormônios por parte da presa [redacted] cabe registrar que foi autorizado por esta Casa, havendo aquiescência da VEC com jurisdição sobre este estabelecimento, o atendimento por médico particular no ambulatório local, bem como recebimento do medicamento trazido pelos familiares de [redacted] mediante prescrição médica, em razão de possuir, a família, recurso para atendimento do pleito, uma vez que, não havendo recursos suficientes para aquisição de todos os medicamentos solicitados pelos cerca de 4500 presos ora abrigados nesta CPPA, tem-se priorizado a aquisição daqueles que se destinam a prevenir ou curar doenças. Além disso, apenas um tipo de hormônio pode ser adquirido por esta Casa, em razão da classificação da unidade de saúde local. Vale salientar, ainda, que este estabelecimento não conta com profissional de saúde, médico, habilitado para administração do referido medicamento. Destarte, sobrevindo necessidade de uso de hormônio pelo segmento GBT desta Casa, em razão da necessidade de continuidade de tratamento, ou seja, por questões de saúde, e não havendo possibilidade de aquisição por familiar do/a preso/a, (como no caso da [redacted], cuja família se prontificou a adotar tais providências) o preso/a será encaminhamento ao programa específico ao público LGBT, junto ao Hospital de Clínicas de Porto Alegre. Salienta-se, que até o momento não se registrou nenhuma situação desta natureza;

- retificação de nome: que, consoante consta no Infopen, em 19/06, foi realizado atendimento a nominada apenada, tanto pela Assistente Social, quanto pelo setor Biopsicossocial da Casa, ocasião em que foi orientada de que a operacionalização da troca de nome imprescinde da apresentação da Certidão de Nascimento, ocasião em que restou ajustado que a Recolhida apresentaria o referido documento, através de seus visitantes, àquele setor, responsável pelo das demais providências referente ao solicitado, o que não se efetivou até o momento;

- uso de roupas femininas: consoante já informado à Comissão, por ocasião de sua visita a Casa, por tratar-se de uma Cadeia masculina, o uso de roupas femininas afronta perigosamente as questões de segurança, notadamente por causar a comoção no restante da massa carcerária deste estabelecimento. Deste modo, atendendo os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, na busca pelo equilíbrio entre os

diversos interesses congregados neste complexo, sem, contudo, mitigar as questões atinentes à segurança local, os GBT são autorizados a se trajarem de acordo com suas próprias opções, no interior da galeria onde vivem praticamente a integralidade do tempo em que estão reclusos nesta Cadeia. Exigindo-se, apenas por ocasião de suas movimentações, a utilização de roupas masculinas, consoante o já aduzido, por questões eminentemente de segurança, sem qualquer conotação ideológica, que, enquanto agentes públicos, não nos compete;

Por fim, no que concerne a distribuição de preservativos, informo que no dia 20 de cada mês, aquela galeria recebe uma caixa de preservativos, contendo 144 unidades. Contudo, a qualquer tempo, pode ser solicitado maior número de preservativos pelos interessados, não se tendo, até o momento, registro de qualquer negativa, por parte do ambulatório local, na distribuição de novas unidades aos solicitantes. Destarte, a distribuição do preservativo obedece um critério numérico inicial para evitar o desperdício, através do uso indevido, dissociado de seu fim, do referido contraceptivo, porquanto, ainda que se trate de valor inexpressivo, em um olhar preliminar, é adquirido com recursos públicos, têm finalidade específica, cuja garantia e guarda compete a todos e a cada um agente público que labora nesta Casa, notadamente pela função de saúde que contempla. Reiteramos, no entanto, que a qualquer tempo àqueles presos/presas têm acesso a complementariedade de preservativos recebidas no dia 20 de cada mês.

Nada mais havendo a constar em razão do solicitado, finalizo o presente afirmando votos de estima e consideração, bem como ratificando a pronta disposição deste estabelecimento em receber e atender as demandas oriundas dessa Comissão.

Atenciosamente,

CADEIA PÚBLICA DE POA - SUSEPE -

CARLOS MAGNO DA SILVA VIEIRA - Ten Cel QOEM
Diretor da Cadeia Pública de Porto Alegre

ANEXO IV - E-mail do NUDEP referente à Cadeia Pública de POA

Luciana Genro

De:	Nucleo De Defesa Em Execucao Penal <nudep@defensoria.rs.def.br>
Enviado em:	terça-feira, 9 de julho de 2019 16:02
Para:	Luciana Genro; Comissao Especial para Analise da Violencia contra a Populacao L Especial para Analise da Violencia contra a Populacao LGBT
Assunto:	Re: Demandas de pessoas LGBT da Cadeia Pública de Porto Alegre
Anexos:	Of 409Sec-CPPA 2019 re. População LGBT.pdf; Of 408Sec-CPPA 2019 - ref. população LGBT.pdf; Ofício 09_Defensoria Pública.pdf

Exma. Sra. Deputada Estadual
Presidente da CELGBT

Na oportunidade em que cumprimentamos V. Exa, de ordem do Defensor Público Dirigente do NUDEP Alexandre Brandão Rodrigues, encaminhamos, anexa, resposta remetida pela Direção da Cadeia Pública de Porto Alegre, acerca das providências adotadas em relação às demandas da população LGBT daquele ergástulo. Outrossim, informamos que a situação em tela foi remetida ao Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos para análise e providências cabíveis, conforme informação abaixo.

Sem mais para o momento, renovamos votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Pense antes de imprimir
O Meio Ambiente agradece

Núcleo de Defesa em Execução Penal - NUDEP
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Rua Sete de Setembro nº 666, sala 901, Centro Histórico
CEP: 90.010-190 - Porto Alegre/RS
Fone: (51) 3210-9332
www.defensoria.rs.def.br

De: "Nucleo De Defesa Em Execucao Penal" <nudep@defensoria.rs.def.br>
Para: "Nucleo De Defesa Dos Direitos Humanos" <nuddh@defensoria.rs.def.br>
Enviadas: Terça-feira, 11 de junho de 2019 13:21:34
Assunto: Fwd: Demandas de pessoas LGBT da Cadeia Pública de Porto Alegre

Exmo. Defensor Público
Dirigente do NUDDH

Na oportunidade em que cumprimento V. Exa., de ordem do Defensor Público Dirigente do NUDEP Alexandre Brandão Rodrigues, encaminho, em anexo, o ofício 09/2019-CELGBT, acerca das demandas da população LGBT reclusa junto à Cadeia Pública de Porto Alegre, para conhecimento e providências que entender cabíveis.

Sem mais para o momento, renovamos votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Pense antes de imprimir
O Meio Ambiente agradece

Núcleo de Defesa em Execução Penal - NUDEP
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Rua Sete de Setembro nº 666, sala 901, Centro Histórico
CEP: 90.010-190 - Porto Alegre/RS
Fone: (51) 3210-9332
www.defensoria.rs.def.br

De: "Luciana Genro" <luciana.genro@al.rs.gov.br>
Para: nudep@defensoria.rs.gov.br
Enviadas: Terça-feira, 4 de junho de 2019 18:36:12
Assunto: Demandas de pessoas LGBT da Cadeia Pública de Porto Alegre

Ao Núcleo de Defesa em Execução Penal (NUDEP)
Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul

OF. Nº 009/2019 – CELGBT (em anexo)

Ref.: Demandas para pessoas LGBT

Atenciosamente,

Luciana Genro (PSOL)

Deputada Estadual

Presidente da Comissão Especial para análise da violência contra a população LGBT

-

"Esta mensagem pode conter informação confidencial ou privilegiada, sendo seu sigilo protegido por lei. Se você não for o destinatário ou a pessoa autorizada a receber esta mensagem, não pode usar, copiar ou divulgar as informações nela contidas ou tomar qualquer ação baseada nessas informações. Se você recebeu esta mensagem por engano, por favor, avise imediatamente ao remetente, respondendo o e-mail e em seguida apague-a. Agradecemos sua cooperação."

ANEXO V - E-mail da Penitenciária Feminina Madre Pelletier

Luciana Genro

De:	Penit. Feminina Madre Pelletier - Direcao <pfmp-direcao@susepe.rs.gov.br>
Enviado em:	segunda-feira, 15 de julho de 2019 14:56
Para:	Luciana Genro
Assunto:	Re: Demandas de pessoas LGBT da Penitenciária Feminina Madre Pelletier
Anexos:	OfÃcio 12_Madre Pelletier.pdf
Prioridade:	Alta
Sinalizador de acompanhamento:	Acompanhar
Status do sinalizador:	Sinalizada

Exma. Deputada,

Encaminho abaixo, informações dos setores pertinentes em atenção aos questionamentos constantes no ofício, em anexo.

Atenciosamente,

Maria Clara Oliveira de Matos,
Diretora - PEFMP
Presídio Estadual Feminino Madre Pelletier
Fone: 51 3317-8405

Enviado por:

	"Carolina Giugno Gaieski" <carolina-gaieski@susepe.rs.gov.br>
De:	carolina-gaieski@susepe.rs.gov.br
Para:	"Penit. Feminina Madre Pelletier - Direção" <pfmp-direcao@susepe.rs.gov.br>
Data:	12/07/2019 18:19
Assunto:	Fw: Re: Fw: Fw: Demandas de pessoas LGBT da Penitenciária Feminina Madre Pelletier
Anexos:	EmbeddedImageb963252.png (497 KB)

Prezados(as),

Em resposta ao Ofício n°012/2019 referente as demandas de pessoas LGBT no Presídio Estadual Feminino Madre Pelletier, especificamente relativo a [redacted] (homem transexual), o mesmo demandou em encontro e diálogo ocorrido junto a Comissão Especial para Análise da Violência contra a população LGBT da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, o desejo de dar início a tratamento hormonal e trocar o seu nome de [redacted] para [redacted] através da identidade social.
Em atendimento técnico com [redacted], foi constatado através de seu relato e história de vida que desde a infância sempre se identificou com o gênero masculino, e sempre teve claro a sua orientação sexual. Com relação a sua família (mãe, pai, irmã) os mesmos sempre buscaram compreendê-lo e apoiá-lo nas suas decisões de modo a aceitá-lo como um menino. Sendo assim, verificamos a importância de atender as suas demandas enquanto sujeito de direitos garantindo a sua cidadania firmados nos

1

direitos fundamentais expressos nas leis e nos tratados internacionais de afirmação dos direitos humanos.
No que se refere a questão hormonal, [redacted] está sendo acompanhado pela Unidade Básica de Saúde Madre Pelletier, e foi encaminhado para agendamento com endocrinologista. Concernente a mudança do nome, contatamos a Organização não governamental SOMOS - comunicação, saúde e Sexualidade e a rede Passagens, quando conversamos com o Assistente Social e professor Guilherme Gomes Ferreira, um dos seus representantes e especialistas na causa e garantia de direitos LGBT. E neste momento estamos em contato com a DPU - Defensoria Pública da União na Comissão de Direitos Humanos para retificação da sua documentação para mudança do nome.
Nos colocamos a disposição para mais informações e esclarecimentos.

Atenciosamente,

Carolina Giugno Gaieski
TSP - Assistente Social CRESS 4960
Presídio Estadual Feminino Madre Pelleteir
Fone: (51) 33178419

Enviado por:

	"Penit. Feminina Madre Pelletier - Saude" <apfmp-saude@susepe.rs.gov.br>
De:	apfmp-saude@susepe.rs.gov.br
Para:	"PFMP Direção" <pfmp-direcao@susepe.rs.gov.br>
Data:	12/07/2019 13:26
Assunto:	Fw: Fw: Demandas de pessoas LGBT da Penitenciária Feminina Madre Pelletier
Anexos:	2 arquivos :: Baixar todos de uma vez EmbeddedImageb963252.png (497 KB)Ofício 12_Madre Pelletier.pdf (379 KB)

Prezada Diretora,

Informamos que a paciente está aguardando consulta com endocrinologista via sistema GERCON (Gerenciamento de Consultas) pela Secretaria Municipal de Porto Alegre.
A mesma já havia mencionado o desejo do tratamento hormonal em atendimento nesta UBS.
Assim que agendado a consulta, informaremos esta Direção com maior detalhes.

Att

Ana Francisca Perinazzo Fontoura
Enfermeira
Coordenadora
Telefones: 3317 8413/ 3317 8419
PEFMP

Em 10/06/2019 às 17:35 horas, luciana.genro@al.rs.gov.br escreveu:

À Sra. Maria Clara Oliveira de Matos

Diretora

Penitenciária Feminina Madre Pelletier

OF. Nº 012/2019 – CELGBT (em anexo)

Ref.: Demandas de pessoas LGBT da Penitenciária Feminina Madre Pelletier

Atenciosamente,

Luciana Genro (PSOL)

Deputada Estadual

Presidente da Comissão Especial para análise da violência contra a população LGBT

ANEXO VI - E-mail do NUDEP referente à Penitenciária Feminina de Guaíba

Luciana Genro

De:	Nucleo De Defesa Em Execucao Penal <nudep@defensoria.rs.def.br>
Enviado em:	terça-feira, 23 de julho de 2019 11:59
Para:	Luciana Genro
Assunto:	Re: Demandas para pessoas LGBT da Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba
Sinalizador de acompanhamento:	Acompanhar
Status do sinalizador:	Sinalizada

Prezado(a)s:

Acusamos o recebimento do ofício 013/2019 - CELGBT.

Atenciosamente,

Pense antes de imprimir
O Meio Ambiente agradece

Núcleo de Defesa em Execução Penal - NUDEP
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Rua Sete de Setembro nº 666, sala 901, Centro Histórico
CEP: 90.010-190 - Porto Alegre/RS
Fone: (51) 3210-9332
www.defensoria.rs.def.br

De: "Luciana Genro" <luciana.genro@al.rs.gov.br>
Para: nudep@defensoria.rs.gov.br
Enviadas: Terça-feira, 23 de julho de 2019 10:58:20
Assunto: Demandas para pessoas LGBT da Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba

Ao Núcleo de Defesa em Execução Penal (NUDEP)
Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul

OF. Nº 013/2019 – CELGBT (em anexo)

Ref.: Demandas para pessoas LGBT da Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba

Atenciosamente,

Luciana Genro (PSOL)

Deputada Estadual

Presidente da Comissão Especial para análise da violência contra a população LGBT

1

-

"Esta mensagem pode conter informação confidencial ou privilegiada, sendo seu sigilo protegido por lei. Se você não for o destinatário ou a pessoa autorizada a receber esta mensagem, não pode usar, copiar ou divulgar as informações nela contidas ou tomar qualquer ação baseada nessas informações. Se você recebeu esta mensagem por engano, por favor, avise imediatamente ao remetente, respondendo o e-mail e em seguida apague-a. Agradecemos sua cooperação."

ANEXO VII - Carta Aberta da Liga Brasileira de Lésbicas (LBL)

LIGA BRASILEIRA DE LÉSBICAS – LBL/RS

CARTA ABERTA

À Comissão Especial da Assembleia Legislativa para Análise da Violência Contra a População LGBT

Porto Alegre, 9 de julho de 2019.

A Liga Brasileira de Lésbicas é uma expressão do movimento social, de âmbito nacional, que se constitui como espaço autônomo e não institucional de articulação política, anticapitalista, antirracista, não lesbofébica e não homofóbica. Propõe a articulação temática de mulheres lésbicas e bissexuais, pela garantia efetiva e cotidiana da livre orientação e expressão afetivo-sexual. A LBL é uma articulação de grupos, entidades, movimentos, lésbicas e bissexuais autônomas/independentes criada em 2003 durante o Planeta Arco-Íris do Fórum Social Mundial. Atualmente a LBL está representada em nível loca no Conselho Estadual de Promoção de Direitos LGBT do Rio Grande do Sul, na Organização da Parada Livre de Porto Alegre, na Organização da VI Jornada Lésbica Feminista Antirracista. Em nível nacional compomos espaços como a Frente Parlamentar Feminista Antirracista no Congresso Nacional, Frente Nacional contra Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto, Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político, Frente Parlamentar Mista em Defesa da Democracia e dos Direitos Humanos. Internacionalmente estamos representadas na Organização dos Estados Americanos (OEA) - Coalizão de Organizações LGBTTTI e de Trabalhadoras Sexuais da América Latina e Caribe.

Agradecemos o convite para dialogar sobre as violências que atravessam a vida de lésbicas e mulheres bissexuais. Promover direitos passa por condicionantes de desigualdade que influenciam diretamente na segurança e violação da população LGBT+.

Aproveitando a oportunidade, apresentamos a pesquisa "As faces da homofobia no campo da saúde", realizada pelas pesquisadoras Daniela Riva Knauth e Nádia Elisa Meinerz e o NUPACS - Núcleo de Antropologia do Corpo e da Saúde. As Instituições Executora e Mantenedora são a Faculdade de Medicina da UFRGS e a Fundação Médica do Rio Grande do Sul. Em parceria com a Liga Brasileira de Lésbicas e Candaces - Coletivo Nacional de Lésbicas Negras, entre agosto de 2008 e maio de 2009 em Porto Alegre/RS e Região Metropolitana. O público-alvo são as mulheres que fazem sexo com mulheres, lésbicas e bissexuais. Com o objetivo de reunir o maior número possível de dados técnicos, acadêmicos e de experiências na área de saúde voltada às mulheres que fazem sexo com mulheres, como forma de instrumentalizar médicos e pacientes, na busca de um relacionamento mais eficaz que possibilite um acolhimento verdadeiro nos consultórios e, com isso, o aumento do número de mulheres lésbicas e bissexuais que buscam o sistema de saúde pública.

Mulheres lésbicas e bissexuais sentem-se inibidas em procurar ajuda do ginecologista. Revelar nossa intimidade num contexto social de enorme preconceito não é uma tarefa fácil. E ainda existe o medo do uso dos aparelhos (como o espéculo) para aquelas que não sofrem penetração nas suas relações sexuais. A falta de acolhimento por parte do corpo de profissionais da saúde na rede pública, somadas ao medo da rejeição e ao preconceito efetivamente existente, faz com que muitas dentre nós saiamos dos consultórios com recomendações para usar pílulas anticoncepcionais ou camisinhas masculinas. Sem orientação adequada, algumas acham que só desenvolvem câncer de útero mulheres quem têm relações heterossexuais, deixando de prestar atenção a um fator de aumento de risco para aquelas que nunca tiveram uma gravidez e desconsiderando a necessidade de fazerem os exames e a prevenção de ISTs/AIDS. Temos necessidade de efetivar a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais no Sistema Único de Saúde (SUS) e assegurar a assistência ginecológica de qualidade e atenção à saúde integral em todas as fases da vida para todas as mulheres, sejam lésbicas, bissexuais, transexuais ou heterossexuais.

A violência a qual as lésbicas e mulheres bissexuais no atendimento de saúde, estabelece uma barreira de acesso ao direito básico à saúde. A utilização de espéculo, por exemplo, tem a função de estabelecer uma proteção, mas também uma violação caso não seja usado corretamente. O não acesso à serviços de saúde, define a precariedade cuidado com das nossas vidas.

Principais Resultados da Pesquisa

- Pesquisa revela tensão, por parte dos médicos, entre a noção de homossexualidade como distúrbio hormonal ou doença psíquica e a necessidade de aderir a um discurso "politicamente correto" de não discriminação;
- No caso das mulheres os dados indicam que a saúde em geral é um tema delicado porque envolve experiências de discriminação e expectativas de desconforto, particularmente em relação à consulta ginecológica;
- As mulheres mais masculinas tendem a evitar os médicos, recorrendo aos serviços de saúde, em geral, apenas nas situações em que se percebem incapacitadas para o trabalho ou para realizarem atividades cotidianas;
- Há constrangimento em relação à nudez e aos procedimentos envolvidos no exame, em especial com ginecologistas homens, mas não apenas com estes;
- A abordagem das questões de prevenção faz pouco sentido para as entrevistadas lésbicas porque elas não percebem riscos nas suas práticas sexuais. Além disso, o tema desperta tensões no que diz respeito ao imperativo da fidelidade conjugal e a própria afirmação de uma identidade lésbica;
- Há um pacto de silêncio a respeito da homossexualidade: os profissionais não falam sobre este assunto por medo de invadir a privacidade ou discriminar as pacientes, ou simplesmente porque não se sentem capacitados (tecnicamente) para abordar o assunto;
- Já as mulheres têm receio de serem tratadas com distinção e alimentam dúvidas quanto à necessidade dessa informação durante a consulta, o que as faz silenciar sobre sua orientação e práticas sexuais;
- O resultado é uma consulta impessoal, que não reconhece a diferença das mulheres lésbicas e bissexuais, com pacientes acuadas pelo medo da discriminação explícita e um silêncio de ambas as partes que afasta as mulheres lésbicas, sobretudo as mais masculinizadas dos consultórios do SUS;

- As consultas, não raro, resultam em receitas de contraceptivos e indicação de uso de camisinhas masculinas, o que faz com que as mulheres, invisibilizadas, não retornem ao consultório médico.

Como articulação posterior à pesquisa, em parceria com a Prefeitura de Porto Alegre realizamos a elaboração de um Protocolo de Atendimento com Diretrizes para a Assistência à Saúde de Lésbicas, Mulheres Bissexuais e que fazem sexo com outras mulheres.

Trechos sobre a violência:

"As mulheres lésbicas estão tão suscetíveis à violência conjugal quanto às mulheres heterossexuais. Os profissionais da área da saúde devem estar alerta para essa possibilidade, considerando principalmente a dificuldade da paciente em declarar a agressão e denunciar a parceira lésbica. O uso abusivo de álcool e de drogas ilícitas, segundo alguns estudos realizados há alguns anos, parece ser maior do que entre mulheres heterossexuais (FACCHINI, BARBOSA, 2006; AARON, 2001)[...] Mais de um terço das lésbicas entre 22 e 52 anos de idade já sofreu agressão por parte de suas parceiras, e o uso de álcool ou de outras drogas esteve envolvido na maior parte destes incidentes. Portanto, uma avaliação clínica criteriosa deve rastrear todas as mulheres, independente de sua orientação sexual, para o uso abusivo de álcool e de outras drogas.

Um outro aspecto a ser ressaltado é a violência a que são submetidas socialmente as mulheres lésbicas, pelo preconceito em relação a sua orientação e práticas sexuais. Nesse sentido a violência física e também verbal é utilizada como estratégia repressiva no âmbito doméstico-familiar. Além disso, as mulheres lésbicas e bissexuais estão sujeitas a diferentes manifestações de lesbofobia no espaço público e de assédio moral vinculado à orientação sexual ou à identidade de gênero no ambiente de trabalho. Nesse sentido, destaca-se uma situação mais ampla de vulnerabilidade social que favorece o desenvolvimento de doenças e reduz as possibilidades de cuidado com a saúde, criando não-raro, quadros agudos de opressão e sofrimento mental.

Frequentemente a invisibilidade e a necessidade de inventar mentiras para encobrir sua sexualidade reforçam este ambiente de repressão e de sofrimento que levam à depressão e a outras doenças mentais graves (McNAIR).
Todos estes fatores devem ser investigados e não PRESUMIDOS como condição decorrente da orientação sexual das mulheres lésbicas e bissexuais. É a abordagem utilizada pelo profissional que possibilitará um ambiente tranquilo, respeitoso e sem preconceitos que leve ao diagnóstico correto e ao encaminhamento adequado para cada paciente".

Recentemente a Assembleia Legislativa sediou a apresentação do projeto de pesquisa "Lesbocídio - As histórias que ninguém conta", desenvolvido pelo Núcleo de Inclusão Social (UFRJ) e pelo Nós: Dissidências Feministas (UFRJ). Com o objetivo de registrar e informar sobre casos de lesbocídio no Brasil, o projeto em andamento já demonstra a necessidade de atentar para assassinatos de mulheres lésbicas no país. A pesquisa destaca que entre 2014 e 2017 foram registradas 126 mortes de lésbicas no Brasil, e somente nos dois primeiros meses de 2018 foram registradas 26 mortes. Os dados sobre suicídios são preocupantes e a população jovem é a mais afetada, entre a adolescência e os 24 anos de idade correspondem a 60% dos casos registrados pela pesquisa. O Rio Grande do Sul acumula o percentual de 5% das mortes de lésbicas entre 2014 e 2017, ficando atrás apenas de São Paulo (20%), Ceará (7%), Minas Gerais (7%) e Paraná (7%). No mesmo percentual, 5%, estão os estados Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul. A região sul do Brasil, registra 14% do total de mortes de lésbicas no país, são 19 mortes de mulheres que tiveram sua vida furtada pela violência lesbofóbica.

Entendemos a importância de ações institucionais como a Comissão Especial da Assembleia Legislativa para Análise da Violência Contra a População LGBT, e sugerimos:

- → Articulação da Comissão Especial da Assembleia Legislativa para Análise da Violência Contra a População LGBT com o Conselho Estadual de Promoção de Direitos LGBT no RS;
- → Busca efetiva de atualização do Protocolo de Atendimento com Diretrizes para a Assistência à Saúde de Lésbicas, Mulheres Bissexuais e que fazem sexo com outras mulheres, e ampliação do mesmo para nível estadual;

→ Articulação com os setores responsáveis pela busca de indicadores relacionados à segurança pública, buscando efetivamente o registro de violências contra lésbicas e mulheres bissexuais;

→ Manutenção continua da busca do diálogo com os movimentos sociais e ampliação dos espaços de escuta e denúncia de violência.

Links úteis:

- Pesquisa de saúde "As faces da homofobia no campo da saúde": http://lblsaudelesbica.blogspot.com/
- Projeto de pesquisa "Lesbocídio - As histórias que ninguém conta": https://www.lesbocidio.com/

Sem mais,

Carol Bastos
Articuladora Local
Liga Brasileira de Lésbicas / RS

ANEXO VIII - Documento da ONG Construindo Igualdade e do Centro de Referência LGBT da Serra Gaúcha

Construindo Igualdade

Caxias do Sul, 30 de maio de 2019.

DA ONG CONSTRUINDO IGUALDADE E DO CENTRO DE REFERÊNCIA LGBTT

A Construindo Igualdade nasceu da necessidade de uma organização própria para difundir os princípios de auto-organização entre os integrantes da população LGBTT (lésbicas, gays, bissexuais Travestis e Transexuais), não necessariamente profissionais do sexo, dentro da cidade de Caxias do Sul. A Construindo Igualdade iniciou seus trabalhos, estruturada em 2003 através do voluntariado, formando grupos para a discussão de temas de interesse do público alvo e realizando intervenções nos locais de prostituição para a divulgação de suas ações junto às pessoas com interesses afins, tendo como missão combater qualquer tipo de discriminação e violação de Direitos Humanos em função da sexualidade ou identidade de gênero, garantindo o direito da cidadania plena, especificamente o direito de ir e vir, livre expressão e manifestação da sua sexualidade.

Tem como objetivo: garantir ações de prevenção em IST, AIDS e Hepatites Virais; Direitos Humanos; Assistência social e qualificação profissional; Garantir ingresso na esfera escolar, trabalho, igreja, segurança pública, saúde e cultura e desempenhar inúmeras ações educativas, preventivas e da promoção da cidadania e dos Direitos Humanos.

Em 19 de julho de 2018, houve a inauguração do Centro de Referência LGBT na Cidade de Caxias do Sul em solenidade realizada na Câmara de Vereadores desta Cidade. Seu objetivo está em prestar atendimento jurídico, assistencial e psicológico à população LGBT local e regional, bem como ao público vivendo com AIDS que estiver sofrendo preconceito por parte da sociedade e/ou órgãos públicos.

DA VIOLÊNCIA VIVENCIADA: DA NECESSIDADE DE QUALIFICAÇÃO NO REGISTRO DE OCORRÊNCIAS POLICIAIS PARA QUANTIFICAÇÃO E PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PREVENÇÃO E REPRESSÃO

É fato que os números da violência diariamente sofrida pela população LGBTI é notória e crescente. No entanto, a coleta de dados é dificultada pela inexistência de registros oficiais.

Segundo Dossiê – Assassinatos e violência contra TRAVESTIS e TRANSEXUAIS NO BRASIL, elaborado pelaAssociação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil - ANTRA), tem-se os seguintes números de assassinatos ocorridos no ano de 2018 no Brasil:

> No ano de 2018, lembrando incansavelmente do aumento da subnotificação desses dados, ocorreram 163 Assassinatos de pessoas Trans, sendo 158 travestis e mulheres transexuais, 4 Homens Trans e 1 pessoa não-binária. Destes, encontramos notícias de que apenas 15 casos tiveram os suspeitos presos, o que representa 9% dos casos.

Dessa sorte, sabedores de que políticas públicas somente são adotadas quanto existem números que comprovem a sua necessidade, **constamos que os sistemas utilizados pela Polícia Judiciária e Polícia Repressiva não apresentam campo ou meios de registro que levem à identificação da vítima quanto a sua identidade de gênero**.

O pleito em questão também será necessário para que se garantir a inserção das Mulheres Trans sob o manto de proteção de lei Maria da Penha, fato que já é reconhecido pelo Poder Judiciário. Além disso, cumpre salientar que está em tramitação no Senado Federal o projeto de lei nº 191/2017 que amplia a proteção da Lei Maria da Penha às mulheres transexuais e as travestis, sendo que restou recentemente aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça, conforme notícia em anexo.

Por fim, em julgamento à ADO 26 e MI 4.733 o STF enquadrou a LGBTfobia na lei de racismo, fato que reforça a necessidade de adaptação dos Órgãos de Segurança do Estado para atender à determinação da Corte Suprema, bem como tipificar de forma correta os crimes até então invisíveis aos olhos estatais.

Por todos esses motivos, faz-se necessário que os Poderes Executivo e Judiciário se reúnam e busquem a alteração do sistema de registro policial existente no Estado do Rio Grande do Sul para fins de possibilitar a quantificação dos casos de violência sofridos pela população de travestis e transexuais, bem como a aplicação das novas interpretações e alterações legais.

Cleonice Félix de Araújo
Coordenadora